

MAURÍLIO DE AMARAL SILVA

**SEGREGAÇÃO ESPAÇO-ESCOLA: AS REVERBERAÇÕES DE UM
CONTEXTO RESTRITIVO AO PROCESSO DE ESCOLARIZAÇÃO DE
ALUNOS DO BAIRRO NOVA VIÇOSA (VIÇOSA/MG)**

Dissertação apresentada à Universidade Federal de Viçosa, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, para obtenção do título de Magister Scientiae.

VIÇOSA
MINAS GERAIS - BRASIL
2015

**Ficha catalográfica preparada pela Biblioteca Central da Universidade
Federal de Viçosa - Câmpus Viçosa**

T

S586s Silva, Maurilio de Amaral, 1987-

2016 Segregação espaço-escola : as reverberações de um contexto restritivo ao processo de escolarização de alunos do bairro Nova Viçosa (Viçosa/MG) / Maurilio de Amaral Silva. – Viçosa, MG, 2016.

148f. : il. (algumas color.) ; 29 cm.

Inclui apêndices.

Orientador: Regina Esteves Lustoza.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Viçosa.

Referências bibliográficas: f.138-145.

1. Segregação na educação. 2. Segregação urbana.
3. Igualdade na educação. 4. Ambiente escolar - Avaliação - Viçosa (MG). 5. Instalações escolares - Avaliação - Viçosa (MG). 6. Escolas - Viçosa (MG). I. Universidade Federal de Viçosa. Departamento de Arquitetura e Urbanismo. Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo. II. Título.

CDD 22. ed. 371.244098151

MAURÍLIO DE AMARAL SILVA

**SEGREGAÇÃO ESPAÇO-ESCOLA: AS REVERBERAÇÕES DE UM
CONTEXTO RESTRITIVO AO PROCESSO DE ESCOLARIZAÇÃO DE
ALUNOS DO BAIRRO NOVA VIÇOSA (VIÇOSA/MG)**

Dissertação apresentada à Universidade Federal de Viçosa, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, para obtenção do título de Magister Scientiae.

APROVADA: 18 de Dezembro de 2015.

Prof. Dr^a. Teresa Cristina de Almeida Faria

Prof. Dr. Wagner Barbosa Batella

Pro. Dr^a. Regina Esteves Lustoza
(Orientadora)

Aos meus pais, exemplos de amor, carinho e dedicação infindáveis, com a mais sincera gratidão, dedico.

AGRADECIMENTOS

À Professora Regina Esteves Lustoza, pelas valiosas e fundamentais orientações, estas, apenas parte do enorme aprendizado que pude apreciar ao longo deste período. Amplio este agradecimento aos professores Wagner Barbosa Batella e Teresa Cristina de Almeida Faria pela participação neste momento de culminância.

Aos professores do Programa de Pós Graduação em Arquitetura e Urbanismo e do curso de Geografia, ambos da UFV, sempre solícitos em meu processo de formação.

Aos colegas do programa de mestrado, e do GEMAPP, partícipes assíduos nas proveitosas discussões sobre os interstícios urbanísticos.

A todos aqueles envolvidos direta ou indiretamente com o bairro Nova Viçosa, balizadores primordiais à conclusão deste trabalho, toda minha gratidão.

À CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior e à UFV – Universidade Federal de Viçosa, pela confiança na execução deste estudo.

À minha noiva Lívia, sabedora sui generis de minhas dificuldades, anseios e virtudes, seu Amor me cativa em todos os momentos. Vênus e “*Titó*”, obrigado por nos escolher e confiar como sua família.

Aos amigos de Viçosa, Diego, Vitão, Nael, Gandhi, Lacerda, Aelton, Leandrão, Bonzinho, Mauzinho, Julhão, e tantos outros, amortizadores das tensões acadêmicas e profissionais.

Aos meus pais, José Joaquim e Adeni, personificação de afeto e comprometimento com os filhos, admito a incapacidade em descrever meus sentimentos. Meus queridos, Lucas, Sheila, Leomir, Vó Delícia e Vô Manoel, sintam-se responsáveis por este momento.

SUMÁRIO

LISTA DE ILUSTRAÇÕES	vi
LISTA DE TABELAS	viii
LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS	ix
RESUMO	x
ABSTRACT	xi
INTRODUÇÃO	1
Notas Metodológicas	7
CAPÍTULO 1. DESENVOLVIMENTO CONCEITUAL DO PROCESSO DE SEGREGAÇÃO SOCIOESPACIAL	11
1.1 Os primeiros indicativos – a Escola de Chicago e a Ecologia Humana	13
1.2 A escola marxista francesa e os pensadores críticos	19
1.3 Espaço urbano e segregação: algumas produções teóricas do final do século XX	28
1.4 O debate sobre a segregação socioespacial no Brasil: origens e algumas contribuições	31
1.5 Segregação, Poder político e distribuição dos equipamentos coletivos na malha urbana	40
CAPÍTULO 2. O DESENVOLVIMENTO DESIGUAL DA CIDADE DE VIÇOSA, E O BAIRRO NOVA VIÇOSA	45
2.1 As transformações socioespaciais no Brasil e os aspectos de desigualdade	46
2.2 Caracterizações gerais da área de estudo	50
2.3 Os primórdios da ocupação e os indutores do desenvolvimento urbano: ambiência positiva ao processo de segregação socioespacial	55
2.4 A formação de periferias urbanas em Viçosa: o florescer de uma “Nova” Viçosa ...	67
2.4.1 Desigualdades distributivas dos equipamentos públicos no/em (Nova) Viçosa	70
2.4.2 Nova Viçosa: feições socioespaciais	75
2.4.3 Nova Viçosa: feições socioeducacionais	79
CAPÍTULO 3. A GEOGRAFIA DAS OPORTUNIDADES NO ESPAÇO URBANO	86
3.1 Geografia Objetiva e Subjetiva das Oportunidades	93
3.2 Geografia Objetiva das oportunidades no espaço urbano de Viçosa/MG	97
3.3 Disposições institucionais em nível médio aos alunos de Nova Viçosa	101
CAPÍTULO 4. CONCENTRAÇÃO SOCIAL E DISPERSÃO EDUCACIONAL: componentes ativos ao comprometimento escolar dos alunos no Bairro Nova Viçosa	105

4.1 PRIMEIRO EIXO – ELEMENTOS GERAIS	106
4.1.1 O transporte escolar no município	106
4.1.2 A regulação do transporte escolar com base no zoneamento municipal.....	108
4.2 ESCOLAS INVESTIGADAS QUE ABSORVEM ALUNOS DO BAIRRO NOVA VIÇOSA	112
4.2.1 Escola Estadual Effie Rolfs (E.E.E.R)	113
4.2.2 Escola Estadual Doutor Alves Torres (E.S.E.D.R.A.T)	116
4.2.3 Escola Estadual Santa Rita de Cássia (E.E.S.R.C)	120
4.3 SEGUNDO EIXO – FATORES ESPECÍFICOS	123
4.3.1 Dificuldades, Evasões e Desistências: os principais empecilhos encontrados no processo de escolarização dos alunos do Bairro Nova Viçosa.....	123
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	134
REFERÊNCIAS	138
APÊNDICES	146

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1: Organograma das etapas metodológicas.....	8
Figura 2: Diagrama de E. W. Burgess para a cidade de Chicago – EUA: O modelo de círculos concêntricos – 1926	16
Figura 3: Esquema de Hoyt: o modelo de setores – 1939.....	17
Figura 4: Localização de Viçosa e Municípios Limítrofes	51
Figura 5: Evolução da População Urbana e Rural de Viçosa – Período de 1950 a 2014	52
Figura 6: Espacialização da malha urbana no município de Viçosa e destaque para o bairro Nova Viçosa.....	54
Figura 7: Igreja Matriz Santa Rita de Cássia e da Praça Silviano Brandão em 1955 ..	56
Figura 8: Avenida Santa Rita – 1950	58
Figura 9: Linha férrea no centro da cidade, próximo de onde viria se construir a estação – 1914.....	59
Figura 10: Campus ESAV no ano de 1925	60
Figura 11: Períodos de ocupação da malha urbana de Viçosa/MG.....	66
Figura 12: Inauguração do Bairro Nova Viçosa.....	69
Figura 13: Construção da creche no bairro Nova Viçosa	71
Figura 14: Distribuição das Escolas Públicas e Privadas sobre unidades territoriais para IDH/2010.....	74
Figura 15: Distância entre o Bairro Nova Viçosa e o centro da cidade	76
Figura 16: Renda per capita na área urbana de Viçosa e destaque para o bairro Nova Viçosa	78
Figura 17: Índice de analfabetismo nas regiões pesquisadas	81
Figura 18: Composição fotográfica do bairro de estudo	85
Figura 19: Número de Estabelecimentos de Ensino da rede Pública e Privada em Viçosa, MG – 2014.....	98
Figura 20: Escolas públicas em nível fundamental e nível médio – Viçosa/MG	100
Figura 21: Valores de IDEB das escolas disponíveis aos alunos do bairro Nova Viçosa de acordo com sua distância ao mesmo.....	102
Figura 22: Escolas de destino de alunos do bairro Nova Viçosa em nível médio	103

Figura 23: Escolas de destino dos estudantes do bairro Nova Viçosa em nível fundamental e médio	111
Figura 24: Área de absorção de alunos da Escola Estadual Effie Rolfs	114
Figura 25: Área de absorção de alunos da Escola Estadual Doutor Edmundo Alves Torres	118
Figura 26: Área de absorção de alunos da Escola Estadual Santa Rita de Cássia	121
Figura 27: Localização das residências dos alunos evadidos do bairro Nova Viçosa..	126
Figura 28: Número de matrículas e evasões em escolas públicas de ensino médio dos alunos do bairro Nova Viçosa	127
Figura 29: Número de matrículas e evasões de alunos do bairro Nova Viçosa por série do Ensino Médio entre 2013 e 2014.....	128
Figura 30: Grau de instrução dos responsáveis pelos alunos em amostra	130
Figura 31: Correlação entre a renda total e os casos de reincidência nos processos de escolarização acidentados.....	131
Figura 32: Principais condicionantes relacionados a situações de acidentes escolares no bairro Nova Viçosa.....	133

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Composição das Regiões segundo os bairros e setores censitários de Viçosa - MG – 2012.....	10
Tabela 2: Evolução da População Urbana e Rural de Viçosa – Período de 1950 a 2014*	52
Tabela 3: Renda familiar entre as regiões de planejamento.....	77
Tabela 4: População Estimada em Idade Escolar por Faixa Etária e Região Urbana de Planejamento - Viçosa/MG.....	81
Tabela 5: População Estimada em Idade Escolar, que frequenta a escola, por Faixa Etária e Região Urbana de Planejamento - Viçosa/MG	82
Tabela 6: Instituições de destino de alunos do Bairro Nova Viçosa	101
Tabela 7: Quantitativo discente cadastrado no transporte escolar do bairro Nova Viçosa	110
Tabela 8: Seleção das amostras por setor censitário	124
Tabela 9: Número de alunos evadidos no biênio 2013/14 nas escolas pesquisadas.....	128
Tabela 10: Número de alunos em situação de evasão.....	129

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CENSUS	Centro de Promoção do Desenvolvimento Sustentável
PMV	Prefeitura Municipal de Viçosa
ESAV	Escola Superior de Agricultura e Veterinária
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
MEC	Ministério da Educação e Cultura
E.E.S.R.C	Escola Santa Rita de Cássia
E.S.E.D.R.A.T	Escola Estadual Doutor Raimundo Alves Torres
E.E.E.R	Escola Estadual Effie Rolfs
IDEB	Índice de Desenvolvimento da Educação Básica
LDB	Lei de Diretrizes e Bases
CMV	Câmara Municipal de Viçosa
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
REBUSCA	Ação Social Evangélica Viçosense
APOV	A Associação Assistencial e Promocional da Pastoral da Oração de Viçosa
UFV	Universidade Federal de Viçosa

RESUMO

SILVA, Maurílio de Amaral, M. Sc., Universidade Federal de Viçosa, Dezembro de 2015. **Segregação Espaço-Escola: as reverberações de um contexto restritivo ao processo de escolarização de alunos do bairro Nova Viçosa (Viçosa/MG).** Orientadora: Regina Esteves Lustoza.

O presente texto foi produzido tendo como cerne de análise os impactos educacionais que o fenômeno da segregação impele a um dos bairros da malha urbana de Viçosa/MG. Encerrando um dos traços da segregação – a insuficiência de equipamentos públicos em regiões específicas das cidades, este trabalho aborda especificamente sobre os obstáculos que a condição socioespacial afere à conclusão das etapas estudantis, especialmente em nível médio, de jovens do bairro Nova Viçosa – Viçosa/MG. O referencial teórico respaldou a apreensão da cidade em seus interstícios, neste caso as feições de desigualdade, tanto no transcurso da sua evolução, quanto na repercussão que tal condição acarreta às oportunidades e acessos às instituições escolares. Neste sentido, percebeu-se que a segregação fundamenta-se enquanto âmagô indissociável dos conjuntos urbanos capitalistas, e (in)fluência direta na formação dos diferentes níveis de capital – econômico, social e cultural, estes, princípios fundamentais ao processo de escolarização. Nessa incumbência, o campo de investigação se ateve aos discentes do bairro supradito, vitimados por eventos de interrupção na sequencia usual de finalização do ciclo médio, tendo dessa forma, como 'pano de fundo' os aspectos socioespaciais circundantes. Este exame se apoiou em noções metodológicas quantitativas e qualitativas, por meio de pesquisas documentais, entrevistas e questionários. O elo com os sujeitos se deu em análise multinível – alunos, familiares, além do corpo de gestão pública e escolar. Em linhas gerais, verificou-se que, em ordem respectiva, os principais condicionantes relacionados aos acidentes escolares no espaço de análise foram: necessidade de entrada no mercado de trabalho; distância física entre o bairro e as escolas centralizadas; gravidez; custo e/ou insuficiência do transporte escolar; desmotivação. Depreende-se com isso, que, a conjuntura socioespacial, ou Geografia Objetiva/Subjetiva das Oportunidades, é de extrema relevância no que concerne ao acesso e permanência de estudantes advindos de localidades em situação de segregação.

ABSTRACT

SILVA, Maurílio de Amaral, M. Sc., Universidade Federal de Viçosa, December, 2015.
Space-School Segregation: the reverberations of a restrictive context to the process of education of students from Nova Viçosa (Viçosa/MG). Adviser: Regina Esteves Lustoza.

This paper was produced having as the core an analysis of the educational impacts that the segregation phenomenon pushes in one of the neighborhoods in the urban area of Viçosa/MG. Ending one of the traces of segregation-the lack of public facilities in specific regions of the cities, this work, specifically about the obstacles the socio-spatial condition gauges to the conclusion of the student steps, especially at mid-level, of the youth neighborhood in Nova Viçosa-Viçosa, MG. The theoretical framework supported the apprehension of the city in its interstitial, in case the features of inequality, both in the course of its evolution, and the impact that such a condition leads to opportunities and access to educational institutions. In this sense, it is clear that segregation is based as inseparable core of capitalist urban complexes, and (in) direct influence on the formation of different levels of capital – economic, social and cultural, these, fundamental principles for the process of schooling. For this purpose, the research field adhered to students of the district concerned, victimized by events of interruption in the usual sequence of completion of the middle cycle, having as the “background”, the aspects surrounding socio-spatial. This test supported in quantitative and qualitative methodological concepts, through documentary research, interviews and questionnaires. The link with the subject took place in multilevel analyses – students, families, beyond the body of public and school management. In general, it was found that, in respective order, the main socio-spatial conditions related to school accidents in the neighborhood of Nova Viçosa were: input need in the labor market; physical distance between the neighborhood and centralized schools; pregnancy; cost and/or lack of school transportation; demotivation. It appears from this that the socio-economic situation, or Geography Objective/Subjective of Opportunities, is extremely important with regard to access and remain on/in school students coming from locations in segregation situation.

INTRODUÇÃO

"A eles eu falo: grande é a irmã que abriu a porta. Ela é um pouco de vocês todos, na revelação. É até um pouco-muito do Brasil, que muitos são os quartos de despejo, sul-norte-leste-oeste, beira de rio, beira de mar, morro e planalto. Vejam o sol que entra agora no Quarto de despejo. Aqueçam-se, irmãos, que a porta está aberta.
(Carolina Maria de Jesus)

O espaço geográfico é um constructo histórico e social. A urbanização deve ser entendida fundamentalmente como o processo de materialização das cidades, e se caracteriza de maneira peculiar por assumir diferentes formas e funções ao longo do tempo, bem como modificar sua influência e atingir distintas escalas – local, regional, global. Dessa maneira, com relação a formação dos espaços urbanos, existe uma intencionalidade e

pode-se dizer, a princípio, que a cidade nasce da necessidade de se organizar um dado espaço no sentido de integrá-lo e aumentar sua independência visando determinado fim. Isto é, a sobrevivência do grupo no lugar, e o rompimento do isolamento das áreas agora sob influência. (CARLOS, 1992, p. 57).

O espaço urbano não é por si só um mero aglomerado de pessoas em uma estrutura dinâmica, ele é produzido e reproduzido a partir das relações sociais e de trabalho, e a sua percepção exige assim uma retrospectiva histórica. Sposito (1996, p. 11) ao tratar das cidades na atualidade, expõe,

entendemos que o espaço é história e nesta perspectiva, a cidade de hoje, é o resultado cumulativo de todas as outras cidades de antes, transformadas, destruídas, reconstruídas, enfim produzidas pelas transformações sociais ocorridas através dos tempos, engendradas pelas relações que promovem estas transformações.

Ao longo dos anos, dada a sua heterogeneidade e complexidade, o espaço urbano vem sendo objeto de estudo de diversos campos do conhecimento, e umas das marcas de maior expressão em nossas cidades é a separação entre as classes, – distinguem-se os grupos através da renda, tipo de ocupação, nível educacional, e etc. Os agentes de produção capitalista do espaço encontram nas cidades a possibilidade de torná-las úteis à multiplicação de seus ganhos, para tanto, a arquitetura urbana deve se (re)produzir à maneira que as relações socioespaciais possam ocorrer sem interromper a sua essência, a disparidade no acúmulo de recursos. Este arquétipo desigual se realiza por meio da segregação socioespacial, que tem como premissa básica a desigualdade nas diferentes relações sociais.

A reprodução da força de trabalho de forma a manter o status quo dos responsáveis pelos meios de produção, torna-se primordial nas relações sociais, para tanto, há a necessidade da segmentação do um ambiente físico construído, de forma a possibilitar apenas as relações de maior conveniência a demandas específicas da sociedade. É importante destacar que a classe de mais alta renda ao consumir e valorizar o espaço de forma diferenciada, contribui na formação do processo de segregação, tendo em conta que a manutenção dessa (des)ordem é crucial para que o domínio sobre o espaço possa subsistir.

Com essa concepção básica, buscamos conduzir neste trabalho uma análise que avance no sentido de alertar a respeito de uma das repercussões que o fenômeno da segregação significa aos ambientes urbanos, e não simplesmente denunciá-la ou descrevê-la. Isto posto, um dos impactos da segregação socioespacial, conforme nos sugere Wilson (1987), seria no favorecimento de se constituir uma “subcultura” que pouco instiga os indivíduos a exercer comportamentos que os aproximem de uma rotina escolar mais eficaz e duradoura, resultando na reprodução da situação de pobreza e exclusão, manifestando com isso, no interior de bairros segregados uma atmosfera social e familiar insuficiente em termos de exemplos escolares bem sucedidos.

A desigualdade, elemento partícipe no crescimento das cidades capitalistas dá origem a fortes processos de segregação espacial, dentre eles o acesso às instituições de ensino. Nas duas últimas décadas tem-se observado o crescimento do número de estudos que tem buscado articular abordagens da sociologia urbana e da sociologia da educação, para tratar dos fatores relacionados à organização social do território e seus possíveis efeitos sobre as oportunidades e trajetórias educacionais.

Nos estudos da Sociologia da Educação que tratavam somente do efeito da família e da escola, percebe-se que a conjuntura espacial do indivíduo, também é capaz de produzir disparidades educacionais.

Os efeitos seriam sentidos tanto pelo lado da demanda (já que a vizinhança também seria uma importante instância socializadora), seja pelo lado da oferta (já que a organização social do território teria um impacto na distribuição de oportunidades de acesso a instituições escolares de qualidade). (RIBEIRO, et. al., 2010)

Com o exposto, reiteramos, nesta linha, a intensão que suscitou a análise da temática educacional com base na estruturação urbana, a de que além das características institucionais e familiares, os espaços da cidade extremamente fracionados também

apresentam relevância nas condições educacionais, especialmente de populações vitimados por processos de segregação espacial.

Essa linha de estudo na cidade de Viçosa/MG teve origem no ano de 2012 com a produção do artigo: “Segregação residencial e as ‘escolhas’ escolares: a influência da segmentação espacial nas carreiras estudantis no bairro Nova Viçosa (Viçosa – MG)”, obtendo a sua culminância em nível de detalhes com este trabalho de dissertação. O município de porte pequeno-médio, se particulariza pela predisposição educadora, com valor de 0,696 no IDH para o critério educação, instituições superiores de ensino em excelência, entretanto, apresenta sérios contrastes quando se examinam os níveis básicos de educação. (IBGE, 2010).

Dado este encadeamento segregacionista presente em distintas cidades, se faz oportuno a formulação de alguns questionamentos básicos que se relacionam e se complementam, tais como: de que maneira o capital interfere na fragmentação do espaço urbano? Quais os principais agentes que produzem este “espaço da diferença”? Qual a influência deste espaço sobre as oportunidades dos seus cidadãos, em especial ao acesso a instituições de ensino? Dessa maneira, em vistas de aprimorar a análise de tais indagações, neste trabalho recorreu-se a estudiosos de grande expressão sobre espaço urbano, como: Henri Lefebvre (1972, 1976); Manuel Castells (1978, 1983); David Harvey (1980[1973], 1993), Jean Lojkin (1997) e Christian Topalov (1979). No cenário nacional destacam-se: Ana Fani Alessandri Carlos (2007), Milton Santos (1977, 1978, 1992), Roberto Lobato Corrêa (1995) e Flávio Villaça (2001). A respeito da formação urbana de Viçosa/MG e o processo de segregação incursionado, chamamos atenção para os trabalhos de Paniago (1990), Mello (2002) e Ribeiro Filho (1997), além de textos específicos sobre diferentes características do bairro Nova Viçosa.¹

¹ O estudo do processo de segregação na cidade de Viçosa/MG e seus efeitos nas condições de escolarização, teve origem no ano de 2012 com a produção do artigo: “Segregação residencial e as ‘escolhas’ escolares: a influência da segmentação espacial nas carreiras estudantis no bairro Nova Viçosa (Viçosa – MG)”, obtendo a sua culminância em nível de detalhes com o trabalho de dissertação que ora se apresenta. O bairro é alvo de diversos estudos em distintas áreas, que versam sobre aspectos educacionais, ambientais, legislação urbanística e o processo histórico de formação do bairro. Discorrendo sobre esses assuntos, destacam-se: LIMA, E. F. Meio Ambiente e mudanças na paisagem: contextualização das segregações ambientais no bairro Nova Viçosa. 2005. 61 f. Dissertação (Mestrado em Engenharia Florestal) – Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, MG, 2005.; COTA, J. A. Nova Viçosa e Posses: lugar de esperança para crianças e adolescentes?. 2006. 54 p. Monografia. (Departamento de Geografia) – Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, MG, 2006. MATOSO, J. S. Intervenção urbanística como estratégia de desenvolvimento urbano e inclusão social: proposta para o bairro Nova Viçosa, Viçosa. 2012. Monografia (Departamento de Arquitetura e Urbanismo) – Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, MG, 2012. E por fim, COELHO, D. D. Da fazenda ao bairro: a construção de uma nova Viçosa - 1970-2000. 2013. Monografia (Departamento de Geografia) – Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, MG, 2013.

Sobre os efeitos dos processos de segmentação territorial na reprodução das desigualdades educativas, tem destaque as obras de autores como: Ribeiro (2010); Ribeiro e Koslinski (2010); Bourdieu (1997) e Preteceille (2004). Com relação à atuação do Estado na promoção de espaços urbanos diferenciados, e sua articulação com as múltiplas esferas do capital, destacam-se os escritos de Maria Helena Rauta Ramos (2002), e novamente Roberto Lobato Corrêa (1995).

A alienação espacial materializada nas discrepâncias circunscritas nos espaços das cidades compromete cada vez mais a tão almejada democracia urbana², produzindo aos indivíduos uma subjetividade aprisionada no interior dos muros dos territórios, e que sofrem pela ausência de exemplos de mobilidade social, e, no limite, pela estigmatização das instituições públicas que atendem aos mesmos, sobretudo nas áreas de saúde e educação (KAZTMAN, 2005).

Pautado nas assimetrias socioespaciais presentes na cidade de Viçosa – MG, o problema geral deste trabalho se situa na desigualdade de oportunidades educacionais a que estão expostos os alunos residentes no Bairro Nova Viçosa. Sabe-se que o isolamento físico de uma camada menos favorecida socialmente representa significativa barreira aos acessos fixos essenciais como instituições educacionais, e consequentemente à continuidade escolar.

Deste modo, o proposto com esse trabalho foi entender se a origem socioespacial de alunos residentes em bairros impelidos por fenômenos de segregação residencial, se traduzem em impedimentos aos seus acessos às instituições escolares – incidentes diretos no processo de escolarização. Em outras palavras, buscamos compreender as formas como o acesso a educação é “apropriado” por diferentes segmentos da população, ou seja, a formação da territorialização da ação educativa, e sua repercussão à continuidade escolar de alguns alunos, e desta maneira, desvelar um dos aspectos que fundamentam a própria negação ao uso mais igualitário do espaço urbano. Para tanto, dado a pertinência socioespacial, direcionamos como escala de análise o Bairro Nova Viçosa, em Viçosa – MG³. De maneira específica tentamos atingir aos seguintes objetivos:

- i. Investigar como é o acesso dos alunos residentes no bairro em questão às instituições escolares do município;

² Em acordo com Lefebvre esta implicaria a igualdade dos lugares, a participação igual nas trocas globais. Já a centralidade produziria a hierarquia, portanto a desigualdade (LEFEBVRE, 1999, p. 114).

³ O bairro não possui escola em nível médio, além de ser um dos mais distantes da área central e apresentar os piores indicadores sociais dentre os bairros da cidade.

- ii. Examinar através dos interstícios socioespaciais, qual ou quais os fatores de maior ingerência em episódios de desistências e evasões de alunos do bairro Nova Viçosa;
- iii. Estabelecer correlações entre a segmentação urbana e a hierarquia de oportunidades educativas, a este fim mapear o território, tomando como expressão maior a distribuição e alcance dos equipamentos urbanos, singularmente os escolares;
- iv. Compreender como se dá a participação do poder público no bairro em ações destinadas a promover a continuidade estudantil dos alunos do bairro Nova Viçosa, como disponibilidade de transporte, oferta institucional, e etc.;
- v. Conhecer a Geografia das Oportunidades aos sujeitos da pesquisa em seus campos subjetivos, e principalmente objetivos;
- vi. Desvelar, em certa medida, o nível de informação das famílias a fim de apreender o entendimento a respeito da qualidade e quantidade de instituições educativas disponíveis, e, dentro do possível;
- vii. Levantar dados e conclusões que permitam criar um campo de interlocução consistente entre políticas urbanas e educacionais.

Com a pretensão de trazer alguns contribuintes à discussão que trata das questões que envolvem a segregação socioespacial e educacional em ambientes urbanos, estruturou-se a dissertação que se apresenta em uma perspectiva crítica, de forma a abranger diferentes escalas em processos históricos, visando uma aproximação progressiva com o objeto de estudo. A geração de dados nesta pesquisa foi composta em duas etapas, incluindo dimensões quantitativas e qualitativas.

As investigações, como dito, foram desenvolvidas tendo enquanto recorte espacial o bairro Nova Viçosa no município de Viçosa – MG. O Universo de pesquisa abrangeu 30 residências do bairro supracitado, que compuseram a amostra, e escolas da região central – instituições que recebem o alunado em nível médio desta localidade. Optou-se por trabalhar com este ciclo de ensino pela inexistência de uma instituição pública que o ofertasse aos estudantes do bairro Nova Viçosa, e principalmente, pelo elevado número de evasões e desistência ocorrentes ao ingressarem no nível médio.

A população observada foi composta por alunos concluintes do ensino fundamental, cursistas em nível médio – especialmente alunos em situação de desistência

e/ou evasão, pais e/ou responsáveis, além do corpo de gestão das escolas, secretarias municipais e superintendência regional de ensino.

Em um constitutivo prático a proposta de trabalho se enquadra como descritivo-explicativa em análise multinível (indivíduo, bairro e instituições de ensino), pois tem como intento relatar e compreender as variáveis socioespaciais que caracterizam o bairro Nova Viçosa, e suas reverberações no cenário educacional. E em segundo momento, em caráter explicativo, entender os elementos que direcionam os alunos oriundos deste bairro a determinadas instituições na região central, e os fatores decisivos sob a ótica socioespacial que impactam nos percursos escolares acidentados. Os dados coletados dos sujeitos citados, referem-se, primordialmente, ao biênio 2013 e 2014 (período de execução do trabalho).

Ficou a incumbência de se discorrer no primeiro capítulo a respeito dos marcos teóricos e epistemológicos que circundam o objeto de pesquisa deste trabalho – a segregação socioespacial. Assim sendo, este trecho de constituição teórica foi sustentado por uma discussão envolvendo os primeiros postulados a respeito da segregação com a Escola de Chicago, caminhando por reflexões críticas da Escola Marxista Francesa, e as suas influências nos exames produzidos no Brasil. Os autores abordados, além de pioneiros, aferem grande proeminência em estudos a respeito de processos socioespaciais operantes no espaço urbano, permitindo com isso, finalizar o capítulo direcionando as análises em vias de se compreender a atuação do poder público sobre a distribuição dos equipamentos públicos nas cidades.

O segundo capítulo resulta de um esforço reflexivo no intuito de compreender em um constructo geohistórico, o processo de ocupação e formação da área urbana do município de Viçosa, realçando a ação dos atores de maior influência neste contexto, o Estado, os agentes imobiliários e os proprietários fundiários. Sempre com a tendência de alertar sobre as principais interferências destes agentes sobre o processo formação de periferias na cidade, em especial do bairro Nova Viçosa. O respaldo teórico se deu a partir de pesquisas bibliográficas em livros, teses, dissertações de autores locais, que relatam a formação do núcleo urbano local, sua evolução e caracterização.

O terceiro capítulo foi construído no sentido de apontar a Geografia das Oportunidades, em suas formas objetivas (demanda e número de escolas), e subjetivas – importância que a família atribui ao processo de escolarização, nos espaços urbanos, focalizando, obviamente, a conjuntura de equipamentos educacionais na cidade de Viçosa/MG, e disponíveis aos moradores do bairro Nova Viçosa.

O quarto capítulo intitulado de “Concentração social e dispersão educacional: componentes ativos ao comprometimento escolar dos alunos no bairro Nova Viçosa”, referiu-se de forma mais específica a respeito do objeto de estudo, correlacionando os dados socioespaciais e cartográficos com os educacionais, atentando-se aos percursos de escolarização incompletos.

De maneira geral, dentre os desafios encontrados é possível enunciar em primeiro lugar, uma certa escassez de trabalhos que relacionam conjunturas socioespaciais às questões educacionais em cidades de médio porte. Em segundo momento, os materiais encontrados que privilegiam essa correspondência trazem como foco a realidade das grandes metrópoles, nos exigindo uma certa sensibilidade e cuidado nas adequações metodológicas.

Notas Metodológicas

De forma a facilitar a produção deste trabalho, organização e entendimento do processo metodológico adotado, optou-se por agregar os dados e as análises em dois eixos. O primeiro fundamentou-se em um levantamento que evidenciasse as escolas receptoras dos alunos em situação de evasão e desistência do bairro de estudo, e principalmente o endereço destes estudantes. Ao segundo coube a responsabilidade, por meio de uma amostragem, de penetrar nos reais indicadores socioespaciais que impactam negativamente nos percursos escolares de alunos do bairro Nova Viçosa.

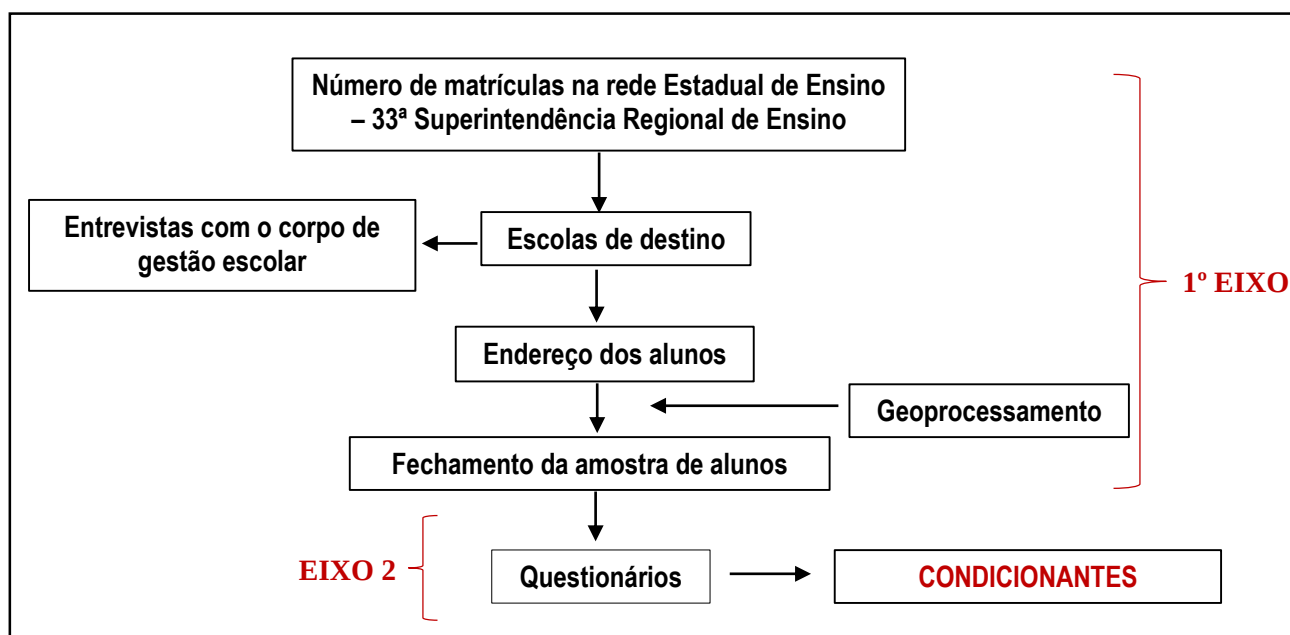
EIXO 1: Primeiramente transitamos nos principais postulados teóricos em nível global, regional e local, no que concerne à segregação socioespacial, e as variáveis socioeducacionais concernentes aos percursos escolares inesperados de alunos das regiões segregadas.

Junto a 33ª Superintendência Regional de Ensino de Ponte Nova que mantém o controle das matrículas em nível médio realizou-se um levantamento quantitativo em fontes primárias das principais escolas a que se destinam os alunos do bairro Nova Viçosa. Essa análise subsidiou a etapa seguinte onde foram feitas entrevistas semi estruturadas à gestão dessas escolas, para se desvelar os determinantes do elevado número de matrícula de estudantes advindos desta localidade, além de se conhecer em traços gerais, o perfil e o local de moradia deste alunado.

O aporte cartográfico foi empregado no estudo como forma de se conhecer e utilizar os indicadores necessários ao fechamento da amostra⁴ (em detalhes no capítulo 4), tendo por base o IDH para os fatores renda e educação dos setores censitários do IBGE. Para tanto, foram analisados por meio de técnicas de Geoprocessamento, a partir de um Sistema de Informações Geográficas.

EIXO 2: Com a amostra definida, visou-se por meio do uso de questionários compreender os fatores que nortearam as (im)possibilidades educativas por parte das famílias selecionadas⁵. Dentre as principais variáveis abordadas destacam-se: nível de escolaridade dos pais; transporte utilizado para ir à escola e o tempo médio no percurso; qual o motivo de “escolha” desse estabelecimento; características das famílias – observando o componente econômico, cultural e informacional, incidentes sobre os destinos escolares (SOARES e COLLARES, 2006). As etapas metodológicas foram resumidas no organograma abaixo (Figura 1).

Figura 1: Organograma das etapas metodológicas



⁴ O detalhamento na confecção das amostras está exposto no capítulo 4.

⁵ Por meio de levantamentos amostrais tendo como base os setores censitários do IBGE, e carreiras estudantis acidentadas, reuniu-se um grupo de 30 famílias, além das variáveis citadas foram averiguadas questões de natureza socioeconômica ligadas fundamentalmente às educacionais, tais como: o IDH; o acesso a instituições públicas; a renda total; nível instrucional; infraestrutura do bairro, e outros insurgentes que apresentaram pertinência à pesquisa. Mais detalhes com relação ao fechamento da amostra serão tratados no capítulo quatro.

Nas análises que extrapolaram as características internas do bairro, a fim de permitir a análise comparativa com outras regiões da malha urbana, e melhora na compreensão e interpretação dos mapas gerados, houve a necessidade de se realizarem agrupamentos regionais na malha urbana. Para tanto foram utilizados os dados e bases em formato shape do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE/2010) e Centro de Promoção do Desenvolvimento Sustentável (CENSUS/2014)⁶. Para a criação dos mapas foi empregado o uso do ArcMap versão 10.2 – pacote ArcGis da empresa Environmental Systems Research Institute (ESRI).

Neste mesmo percurso, além da compilação dos setores, foram consideradas as delimitações dos bairros conforme os shapes disponibilizados pelo Projeto Viçosa Digital⁷, possibilitando dividir a área urbana do município em onze regiões urbanas de planejamento. Foi utilizado o critério de proximidade e similaridade socioeconômica para o agrupamento dos setores. A (Tabela 1) a seguir, expressa como os setores foram organizados. Como base metodológica decidiu-se adaptar o que foi proposto no V Retrato Social de Viçosa pelo CENSUS, também descritos no quarto capítulo. (CRUZ et al., 2014).

⁶ O Centro de Promoção do Desenvolvimento Sustentável (CENSUS), fundada em 17 de agosto de 2000, é uma Organização Não Governamental dedicada a estudos, formação e assessoria nas áreas social, urbanística, ambiental e de gestão pública.

⁷ O Viçosa Digital é um projeto viabilizado em parceria entre o setor público municipal, neste caso, representado pelo Serviço Autônomo de Águas e Esgotos (SAAE) e o setor privado, na figura da empresa iPlanus Engenharia e Sistemas, junto do apoio da Agência de Desenvolvimento de Viçosa (ADEVI). Esse projeto se resume na formulação de uma base cartográfica com informações municipais unificadas.

Tabela 1: Composição das Regiões segundo os bairros e setores censitários de Viçosa - MG – 2012

REGIÃO DE PLANEJAMENTO	BAIRROS INTEGRADOS	CÓDIGO DO SETOR CENSITÁRIO INTEGRADO (317130305000...)
1. CENTRO	Ramos, Clélia Bernardes, Belvedere, Centro	01, 02, 03, 04, 05, 06, 24, 25, 26, 27, 28, 31, 32, 72, 73, 78, 79, 81
2. ACAMARI	Romão dos Reis, Rua Nova, Acamari, Vila Alves, Jardim do Vale, Quinta dos Guimarães, Monte Verde e Octavio Pacheco	61, 60, 89
3. BOM JESUS	Sagrada Família, Bela Vista, Bom Jesus, Estrelas, Conceição	07, 08, 09, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 74
4. NOVA VIÇOSA	Nova Viçosa, Posses	17, 18, 64, 65, 66, 75, 76, 90
5. FÁTIMA	Fátima	20, 21, 77
6. LOURDES	Betânia, Santa Clara (parte alta limitada pela Avenida JK), Lourdes e Alameda Fábio Ribeiro Gomes	29, 30, 33, 34, 80, 82
7. SANTA CLARA	Santa Clara, Maria Eugênia, São Sebastião.	19, 22, 2, 35, 36, 37, 38, 83;33; 34; 82
9. SANTO ANTÔNIO	Santo Antônio, Júlio Molá	53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 62, 63, 85, 87, 88, 03
10. NOVA ERA	Nova Era, Vale do Sol, União	45, 46, 49, 50, 52
11. AMORAS	Amoras, Boa vista, Laranjal Barrinha, Vau-Açu, Floresta e parte do Inácio Martins	85, 87, 47, 48, 51; 44;16
12. SILVESTRE E ADJACÊNCIAS	João Brás, Silvestre, Novo Silvestre, Inconfidência, Parque do Ipê, Liberdade, Violeira, João Brás.	001, 002, 0003, 004, 005, 006, 007, 008, 009, 010,

Fonte: CRUZ et al. (2012) - adaptada

As considerações finais buscaram, em linhas gerais, apontar os aspectos de segregação socioespacial, e sua preponderância no processo de escolarização de alunos do bairro Nova Viçosa. Os demais conceitos e critérios metodológicos, quando necessário, serão especificados no corpo do texto. As citações de abertura dos capítulos foram contempladas com trechos das obras de Carolina Maria de Jesus⁸.

⁸ Nascida em Sacramento/MG, provavelmente no ano de (1914), foi escritora, romancista, cozinheira, lavadora, poetisa, mãe solteira de três filhos, viveu entre 1947-1960 na favela do Canindé/SP. Catava material reciclado durante o dia e a noite retratava por meio de sua arte – a escrita testemunhal, a árdua tarefa de sobrevivência em um território totalmente “esquecido”. Sua obra de maior impacto foi: O quarto

CAPÍTULO 1. DESENVOLVIMENTO CONCEITUAL DO PROCESSO DE SEGREGAÇÃO SOCIOESPACIAL

“Quem inventou a fome são os que comem.”
(Carolina Maria de Jesus)

Em consulta ao dicionário Aurélio a palavra segregar é entendida como: “pôr de lado; pôr à margem; separar, marginalizar”. Essa conceituação também é atribuída aos diversos isolamentos espaciais existentes em nossa sociedade, a segregação socioespacial que será abordada nesse trabalho, é resultado das diferenças sociais⁹ e educacionais existentes no espaço urbano.

Como dito, as relações de poder são diferenciais e arbitram na criação e manutenção do espaço urbano, na maioria das vezes os interesses econômicos suplantam a demanda social formatada e exigida por lei – mesmo com a participação do Estado, as cidades compostas por um contingente populacional díspar tende a transmitir essa característica ao espaço, segmentando-o. Ubiquamente presente na literatura envolta à estruturação intraurbana, tem-se avançado nas explicações que abordam como a segregação se (re)produz no espaço urbano, tendo a Escola de Chicago¹⁰ – início do século XX, tendo sido referência universal em estudos dessa natureza.

Até meados do século XX, o primeiro programa de estudos da sociologia urbana da Escola de Chicago obteve notoriedade a partir dos escritos de Albion W. Small (1854-1926); Robert Ezra Park (1864-1944) e Roderick Duncan McKenzie (1885-1940). Assim como nos modelos espaciais de Ernest Watson Burgess (1886-1966) e William Thomas (1863-1947). Nas décadas seguintes, cabe destaque aos colaboradores: Frederic Thrasher

de despejo (1960), esboçando em linhas reais o perfil da fome, miséria, violência e abandono em uma época de grandes mutações na sociedade Brasileira, ao comentar informalmente sobre esta obra a autora declara, “este meu Diário eu escrevi há dez anos atrás mas não tinha a intenção de popularizar-me pretendia revelar a minha situação e a situação dos meus filhos e a situação de vida dos favelados”.

⁹ Haja vista outras formas de segregação, por etnias, nacionalidade, gênero, entre outros.

¹⁰ EUFRASIO, M. A., em seu livro “ESTRUTURA URBANA E ECOLOGIA HUMANA: A escola sociológica de Chicago (1915-1940)”. Faz apontamentos sobre o panorama histórico vivido pelas cidades do leste centro-norte dos EUA, aborda o intenso processo de transformação que a sociedade americana viveu neste período, momento em que as cidades americanas cresceram por meio da combinação desenvolvimento industrial e imigração de massa, consolidando uma burguesia industrial, financeira e comercial, favorecendo a expansão das classes sociais média e operária e o desenvolvimento de um ambiente ideologicamente diverso e culturalmente variado o qual proporcionaria o desenvolvimento de novas ideias (1999, p. 18).

(1892-1970), Louis Wirth (1897-1952); Florian Znaniecki (1882-1958); e Everett Hughes (1897-1983).

Os construtos teoricamente organizados pela Escola de Chicago, são de importância tal, que são considerados os embriões de uma disciplina direcionada para o entendimento mais pormenorizado da estrutura social nas cidades, inaugurando como ramo de estudos especializados – a Sociologia Urbana. Ao emergir como ciência, seus pressupostos foram claramente influenciados pelas teorias evolucionistas, e posteriormente pelo pragmatismo na pesquisa empírica, além de um viés comportamentalista, que, de fato, impactaria diretamente em outras ciências como a Economia e a Geografia.

Os precursores no uso do termo segregação associado aos ambientes urbanos, abordados no decorrer deste texto, aparecem primeiramente nos estudos dos expoentes Sociólogos Urbanos da escola estadunidense, tais como: Park (1999 [1925]) e Mckenzie (1924).

Neste percurso histórico de análise do tema, outro período de inflexão e significância se apresenta a partir da segunda metade do século XX, quando diversos críticos de influência marxista, expressamente engajados em relevos críticos aos autores da Escola de Chicago, focalizavam suas análises em três premissas básicas – a reprodução do capital, o poder do Estado, e a luta de classe na criação do espaço urbano. Destes autores é possível ressaltar: David Harvey (1980), Henri Lefebvre (1976; 1999) e Manuel Castells (1983). Aos dois últimos, cabe ressaltar que a natureza das suas análises foram, em primeira alçada, basicamente de cunho sociológico, atribuindo paulatinamente e com enorme destaque, os devidos valores espaciais.

A partir da década de 70, e tendo as metrópoles como escala de análise, a literatura brasileira também versa sobre os fenômenos da segregação em ambientes urbanos, associando elementos de alcunha marxista aos postulados ecológicos dos autores de Chicago. Aborda nitidamente a participação do Estado e do capital como agentes mantenedores da (des)ordem social, que promove e reforça a desigualdade, privando boa parte da população dos recursos das cidades. Entre tais autores, podemos ressaltar, Roberto Lobato Corrêa (1995), Maria Helena Rauta Ramos (2002), Pedro Vasconcelos (2004, 2013), Flávio Villaça (2001), Ermínia Maricato (2003), e outros.

1.1 Os primeiros indicativos – a Escola de Chicago e a Ecologia Humana

Talvez a maior expressão tida pelos autores da Escola de Chicago seja pela formulação do conceito de ecologia humana aplicada aos espaços urbanos. Proposta por Park e Burgess, predominou na Sociologia Americana entre os anos de 1921 a 1940. Apesar das diversas tentativas de definição conceitual de “ecologia humana”, e sabedor da sua amplitude, cabe, brevemente, situar seus delineamentos, e analisar o sentido que é dado por parte dos pensadores comentados neste trabalho.

À primeira geração da Escola de Chicago, a ecologia humana¹¹ – fundamentada em um “certame social” como estudo de áreas regionais ou locais, é aquela que melhor se adequa aos estudos de espaços sociais urbanos¹². O jornalista Robert Ezra Park, um dos fundadores da escola, ao longo da década de 1920 ao incursionar pelo campo sociológico, concretizou as formulações que delinearam as demarcações intraurbanas, ditas “áreas naturais”, “áreas segregadas” e “regiões gerais morais” da cidade. Os ecólogos subsequentes, Mckenzie e Burgess, atribuíram novos elementos aos trabalhos de Park, por meio de uma maior aproximação conceitual do fenômeno de segregação, bem como na formulação de modelos da estrutura intraurbana.

Os aspectos econômicos que caracterizam o ambiente urbano são acrescidos na perspectiva de Park de um viés orgânico, no qual entende que a cidade apresenta “vida própria”. Nessa concepção, dois elementos são fundamentais, a forma advinda do aspecto biótico de criação da sociedade, e as trocas simbólicas entre os homens ou a sua feição cultural. Diante disso, o espaço seria base desses vínculos, graças às relações de vizinhança – sua unidade elementar.

A estrutura do espaço urbano, além de física segue uma ordem moral, que aflora nas relações interpessoais, a cidade por sua diversidade étnica e profissional, promove novos e distintos padrões de interação social, de comportamento e organização comunitária, subjacentes à ordem econômica, e essencialmente mantenedora das

¹¹ Park (1999), associa a ideia de ecologia humana ao processo de interação humana, sendo os quatro grandes tipos distribuídos em: competição, conflito, acomodação e assimilação. Neste ponto, a competição, merece destaque, pois ela significa “a distribuição da população territorial e vocacionalmente”. E complementam, “a divisão do trabalho e toda a vasta interdependência econômica organizada de indivíduos, característica da vida moderna são um produto da competição.” (ibid, p. 105).

Na concepção de Mckenzie (1924, p. 04), a ecologia humana é “o estudo das relações espaciais e temporais dos seres humanos, sendo afetadas por forças de seleção, distribuição e acomodação do ambiente. Ecologia Humana está fundamentalmente interessada no efeito da posição, no tempo e no espaço, sobre as instituições humanas e comportamento” (tradução do autor).

¹² Para conhecimento de outras classes de entendimento da ecologia humana ver as páginas (95-101) da obra de Eufrásio (2013).

(des)vantagens urbanas (PARK, 1999 [1929]). Tais correspondências assumem hábitos e costumes diversos, e fundamentalmente posturas políticas diferenciadas de acordo com seus interesses. Dito de maneira distinta “a cidade não é simplesmente um mecanismo físico e uma construção artificial: está implicada nos processos vitais das pessoas que a constroem; é um produto da natureza e, em particular, da natureza humana” (IBIDEM, p.31, tradução do autor)

A competição, elemento crucial à “conquista” do espaço, propicia àquelas populações gabaritadas habitar as melhores localidades, influenciadas não apenas por aspectos raciais – tão disseminados nos estudos do período, mas também, e sobretudo, pela sua expressão social. Dessa forma, a cidade

é um grande mecanismo de classificação e separação que, de maneiras que ainda não estão inteiramente compreendidas, infalivelmente seleciona da população como um todo os indivíduos melhor ajustados para viverem numa região particular e num milieu particular.

A cidade cresce por expansão, mas ela recebe seu caráter através da seleção e segregação de sua população, de modo que todo indivíduo encontra, eventualmente, ou o lugar onde ele pode, ou o lugar onde ele deve viver (PARK, 1999 [1929], p. 79).

Por outro lado, nas afirmações de Park (1999 [1929]), a ocupação do espaço urbano por parte da população de menor prestígio social, demanda a formação de laços comunitários¹³, estes ocorrem mediante uma sinergia de interesse entre os envolvidos, sejam eles culturais, raciais, vocacionais, entre outros, que podem fortalecer e multiplicar as afirmações territoriais materializadas nos guetos – vizinhanças isoladas e segregadas umas das outras.

Roderick Mckenzie por sua vez, também galgou as suas análises a partir de propostas que abordam a comunidade no seu viés ecológico, justificável em virtude de sua proximidade com Park. Para ele as relações sociais são produtos do processo de competição e seleção¹⁴, que geram acomodações espaciais segregadas, nas colocações do autor “a localização, como conceito ecológico, significa posição num agrupamento espacial de seres humanos em interação ou de instituições humanas inter-relacionadas”, e dessa maneira prossegue,

¹³ Park traz a ideia de comunidade como conjunto populacional condicionador do “seu espaço”, caracterizada por três fatores essenciais: i. uma população territorialmente organizada; ii. mais ou menos arraigada ao seu espaço; iii. unidades individuais – residências, que mantém relações de interdependência mútua (...). (PARK, 1999 [1929], p. 129).

¹⁴ “Para McKenzie, os processos de competição e seleção abrangem aspectos biológicos, econômicos e sociais e os aspectos distributivos e espacial”. (EUFRASIO, 2013, p. 127)

a ecologia humana está fundamentalmente interessada na posição, no tempo e no espaço, das instituições e comportamentos humanos. A sociedade é composta por indivíduos separados espacialmente, distribuídos territorialmente, e capacitados de locomoção individual (MCKENZIE, 1924, p. 288 – tradução do autor)

Um dos aspectos fundamentais que viria futuramente influenciar as obras de alguns marxistas como David Harvey no que tange ao processo de segregação, é a mobilidade da população, para McKenzie, quando partícipe de uma mutabilidade social, tendem a revertê-la em translocação espacial de sua habitação para outras áreas da cidade.

O efeito mais evidente da mobilidade da população em uma cidade é, talvez a instabilidade marcante da vida local. Bairros estão em constante evolução: alguns melhoram, outros se deterioram. Alterações envolvendo renda traduzem quase imediatamente, na mudança de casa (MCKENZIE apud GRAFMEYER e JOSEPH, 2000, p. 225, tradução do autor).

Com o aprimoramento da sua produção teórica pautada nas observações ecológicas, a cidade começa a ser classificada de acordo com suas classes de uso do solo, em áreas comerciais, industriais e sobretudo residenciais. McKenzie já delineava os aspectos substanciais do valor da terra urbana e o acesso por parte da população de acordo com seu status socioeconômico, explicados através de um de seus componentes centrais, a segregação, destarte

a população de uma cidade se divide de acordo com seu status econômico, em áreas residenciais com diferentes valores fundiários e imobiliários. A renda de uma família tende a segregar a população urbana em diferentes bairros (MCKENZIE apud GRAFMEYER e JOSEPH, 2000, p. 219, tradução do autor).

Além das relações ecológicas e formações comunitárias raciais, sociais e etc., presentes nas cidades, os trabalhos de Park e McKenzie alertaram para uma certa regularidade quanto as formas intraurbanas, fornecendo bases sólidas aos postulados de Ernest Burgess. A partir deste momento as diferenças espaciais urbanas começam a se desenhar, a tomar forma, especialmente as regiões segregadas¹⁵.

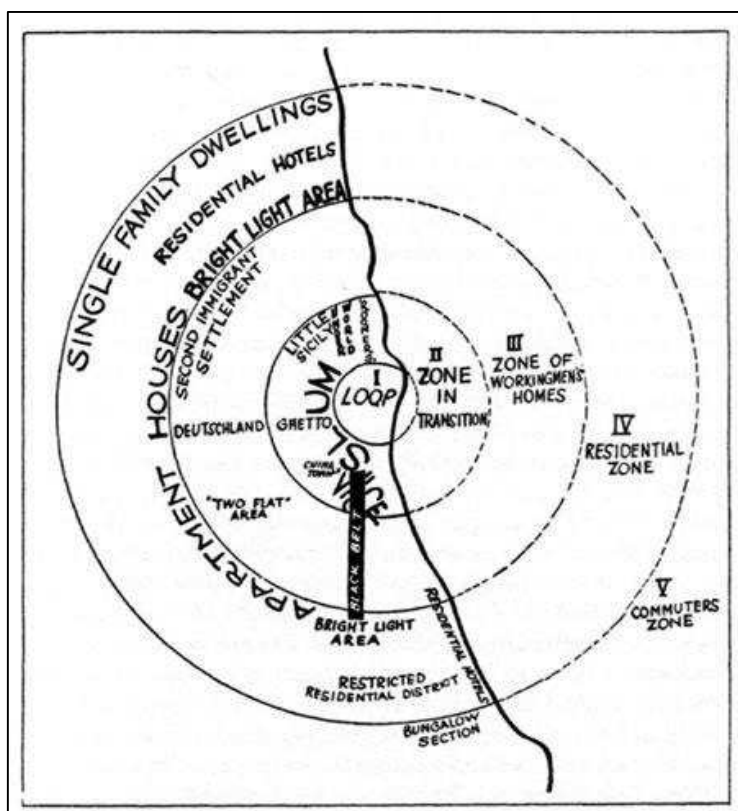
Em “O crescimento da cidade: introdução a um projeto de pesquisa” (1924), Burgess propõe uma base teórica que signifique maior robustez a respeito da organização e estrutura interna do espaço urbano, o autor percebe que as cidades

¹⁵ O primeiro modelo de segregação foi formulado pelo geógrafo alemão J. G. Kohl, em 1841. Segundo este modelo, a cidade se caracterizava por estar dividida em anéis, onde a classe alta habitava o centro enquanto que na periferia viviam os pobres. Na década de 1920, surge o modelo de E. W. Burgess que segue o caminho inverso ao de Kohl, as camadas mais ricas passam a viver nas periferias em busca de qualidade de vida e segurança, enquanto que as camadas mais pobres migram em direção ao centro da cidade em busca de minimizar as distâncias do trabalho (CORRÊA, 2013 p. 45-46).

obedecem a hierarquias circulares concêntricas, levando-o a formular seu diagrama, influenciado pelas características da cidade industrial norte-americana.

Sobre o diagrama de Burgess (Figura 2), é possível interpretar em linhas gerais, que a área central, também chamada de Central Business District (CBD) ou área core, é “onde se concentram as principais atividades comerciais e de serviços, bem como os terminais de transportes interurbanos e intra-urbanos” (CORRÊA, 2005, p. 123). São locais de alta intensidade de uso e valor do solo. A zona II, utilizada para usos diversos, área de expansão e periferia do centro, abarcava residentes pobres, habitantes dos cortiços deixados pela população de maior status social. A zona seguinte III – composta basicamente por funcionários industriais. A zona IV absorvia a população de classe média. E por fim, em busca de amenidades a população de alta renda se instalava cada vez mais distante do centro (IV e V).

Figura 2: Diagrama de E. W. Burgess para a cidade de Chicago – EUA: O modelo de círculos concêntricos – 1926



Fonte: HALL, P. Cidades do Amanhã. Uma história intelectual do planejamento e do projeto urbanos do século XX. Ed. Perspectiva, São Paulo, 1995

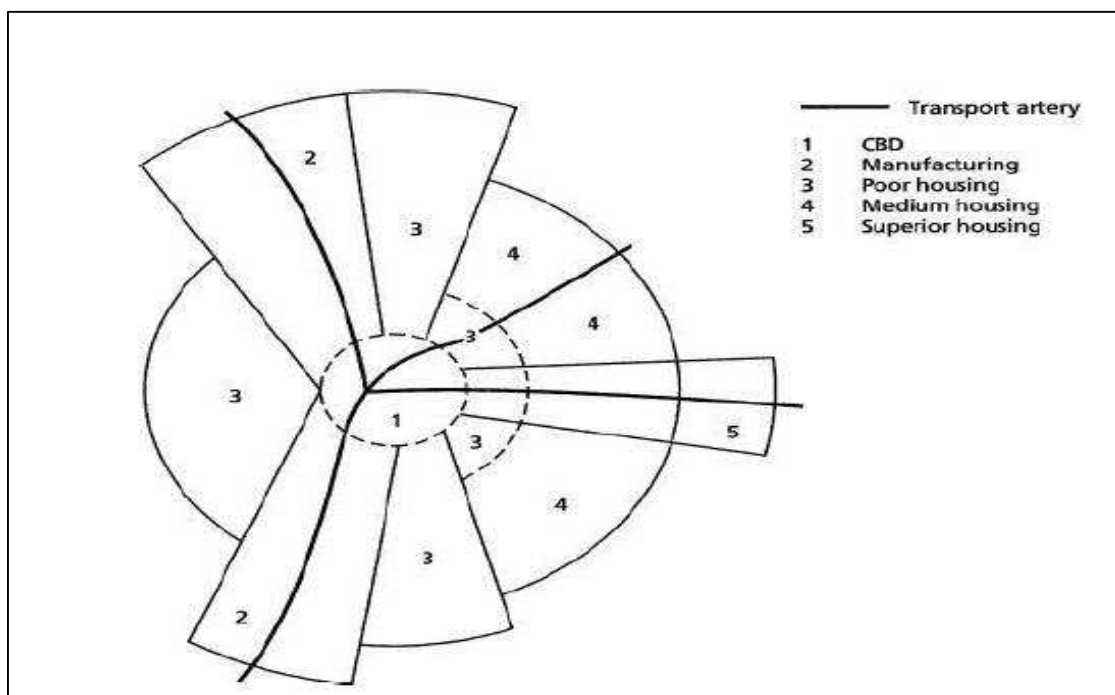
O crescimento urbano-industrial nas cidades norte americanas e reestruturação europeia no pós guerra em meados do século XX, trouxe como uma das consequências a acentuação do fenômeno da segregação socioespacial, se tornando um dos objetos de estudo e afirmação da sociologia urbana. Todavia, a escola de Chicago encontrou alguns

percalços no processo de legitimação da sua proposta teórica – algo comum, dado o seu pioneirismo, isso em virtude das novas contribuições ao entendimento do espaço urbano em seus contornos e agentes mais contemporâneos. (EUFRÁSIO, 2013).

Foi assim que Homer Hoyt apresentou em 1939 a “teoria dos setores da estrutura urbana”, um apontamento teórico-conceitual que, apesar de se apoiar em grande parte da obra de Burgess, empenhava-se fundamentalmente em se afastar das interpretações da ecologia humana. Em busca de uma “sistematização racional”, Hoyt baseou-se em dados e conceitos de ordem socioeconômica na explicação da estrutura espacial da cidade, não restrito aos aspectos da relação humana. (EUFRÁSIO, 2013).

Notoriamente interessado nas áreas residenciais¹⁶, Hoyt justifica essa tendência por verificar que os bairros compostos por sujeitos de maior rendimento, atuam como eixo norteador do desenvolvimento urbano, “no crescimento de uma cidade, o movimento das áreas de alta renda é, num certo sentido, a mais importante, devido ao fato que tende a puxar o crescimento da cidade inteira em sua direção” (Figura 3). (HOYT, 1959, p. 42, tradução do autor).

Figura 3: Esquema de Hoyt: o modelo de setores – 1939



Fonte: HOYT, H. The Structure and Growth of Residential Neighborhoods in American Cities. Washington, Federal Housing

¹⁶ Utiliza os setores residências como foco de análise pois os mesmos significam o cerne de sua pesquisa, pois o fator renda total prepondera fortemente na organização dos grupos sociais na cidade. Sem contudo, ignorar os outros tipos de uso do solo.

O autor também assume o modelo concêntrico, mas o combina com processos de setorização da cidade – ao levar em conta a influência da malha viária e dos transportes, em que os setores residenciais se irradiam a partir de um núcleo central acompanhando o conjunto residencial de alto padrão, deixa evidente que a estes existem privilégios de mobilidade e escolha dos melhores sítios naturais. Dessa maneira, para Hoyt, a evolução do espaço urbano seria regida pela trajetória espacial das classes de maior poder aquisitivo

Como dito anteriormente, grandes pensadores atribuíram críticas à hegemonia conceitual dos teóricos da Ecologia Humana, dentre eles, Edmond Preteceille, ao alertar que os estudos relacionados ao fenômeno da segregação por parte da Escola de Chicago, eram abordados estritamente pelos aspectos raciais, àqueles que enveredaram em análises socioeconômicas, trazem uma concepção puramente ecológica e gradualista da estratificação social. (PRÉTECEILLE, 2004).

As pesquisas que envolvem segregação não podem absorver o caráter centralizador e muito menos uniformizador, transplantar métodos de uma realidade urbana a outra, pode limitar decisivamente o complexo de análises, bem como desconsidera as especificidades do objeto de estudo. Dessa maneira, de acordo com Preteceille (2004, p. 12), não se deve promover “uma cultura comum homogênea de categorias e métodos”.

Fato é que todas essas formulações teóricas são relativas a um contexto específico, tanto espacial quanto cultural, e por tal, a acurácia científica contemporânea a respeito do contexto atual das cidades, requer uma certa prudência com relação às premissas ecológicas da Escola de Chicago. Assim admite Vêras (2000, p. 30), “seus tópicos são baseados nas características das cidades norte-americanas das décadas de 20 e 30 e não podem ser generalizados nem para outras cidades do capitalismo industrial, muito menos para cidades pré-capitalistas”.

Marcelo Lopes de Souza (2003) atribui algumas críticas ao próprio entendimento de ecologia humana, para tanto, utiliza de analogias com os pressupostos de seleção natural Darwinista, em que a sociedade urbana assistiria, no bojo das relações de competição e sucessão, a “sobrevivência do mais forte”. Trata-se em certa medida de uma abordagem reducionista e individualista, “o que Burgess e a escola de Chicago, assim, punham em primeiro plano, não era uma estrutura social menos ou mais justa, mas os indivíduos, competindo entre si. Expressão mais clara do individualismo norte-americano, impossível”. (p. 72).

Diante destes desdobramentos, buscamos esboçar em linhas gerais a contribuição da Escola de Chicago, o aporte teórico-metodológico acerca do fenômeno da segregação socioespacial e sua lapidação conceitual. A seguir nos pautaremos em abordagens marxistas ligadas ao materialismo histórico dialético, que veio contribuir em alguns pontos, e transformar em vários outros, o entendimento da Segregação Espacial.

1.2 A escola marxista francesa e os pensadores críticos

Neste trecho do texto, busca-se apresentar alguns dos principais contribuintes sobre o tema segregação, articulando visões similares e destoantes com relação determinados fundamentos marxistas¹⁷, essencialmente do espaço fruto das relações capitalistas e ambiente favorecedor das desigualdades. Alvo de contestações a partir da segunda metade do século XX, o espaço urbano, em particular aquele formado com base nos suportes teóricos da Escola de Chicago, ganha novos perímetros quando entra em cena a Escola Marxista Francesa.

Como anteriormente assinalado, as desigualdades promovidas pelo capital no ambiente urbano significam dinâmicas diferenciadas de uso, acarretando fundamentalmente em disputas. Assim como pontua Gottdiener, “o pressuposto básico é que à análise espacial deve ser diretamente vinculada a transformação da sociedade produzida pelo espaço de acumulação de capital e pela luta de classes.” (GOTTDIENER, 1997, p. 125).

Os contributos teóricos neomarxistas são bastante extensos, em especial quando se pautam na análise da segregação socioespacial, todavia priorizou-se os referentes bibliográficos clássicos, que, mesmo comungando de uma corrente teórica específica, norteiam-se em diferentes posicionamentos, como: Henri Lefebvre (1972, 1999); Jean Lojkine (1997); Manuel Castells (1983); David Harvey (1975, 1980[1973], 2005) e Christian Topalov (1979).

A percepção de cidade partilhada por esses autores, é aquela que a vê enquanto ambiência positiva aos modos de produção capitalista por meio do trabalho, da acumulação do capital e das relações sociais. Essa perspectiva marxista francesa fundamentou-se, além de outros aspectos, por criticar claramente pensamento sociológico predominante na época, que direcionava (in)conscientemente a dinâmica da estrutura

¹⁷ O tratamento mais pormenorizado da crítica marxista à cidade pode ser verificado nas obras de Engels, Situação da classe operária na Inglaterra (1845) e Questão da habitação (1872).

urbano-industrial¹⁸, em detrimento da lógica do capital anteriormente revelada pelos clássicos Marx e Engels. (SOUZA, 2003).

Com o passar dos anos 1960, as críticas à abordagem estritamente empiricista relacionada à formação das desigualdades nas cidades se avolumam. Na França é resgatado o materialismo dialético e histórico – fundamental no entendimento dos fenômenos urbanos, isto posto, criou-se um campo atrativo à emergência de uma “nova sociologia urbana”¹⁹, que obteve a sua justa relevância em virtude do quadro econômico crítico que viria a caracterizar as grandes economias no início dos anos 70, funcionalizando-se, neste contexto, enquanto dissolução às crescentes instabilidades sociais urbanas.

Henri Lefebvre (1976) admite que a fisionomia urbano-industrial contemporânea transporta-se na esteira do capitalismo formando exemplos irrefutáveis de privilégios e prejuízos na acomodação socioespacial. Destaca o capitalismo como um processo, e o espaço segundo um objeto, e portanto, materializador das contradições – fruto da presença, do encontro e das relações humanas, o espaço em sua dinamicidade revela-se ao longo do tempo.

Nas posições do autor, a princípio o espaço é organizado em sua feição absoluta, que consiste em fragmentos da natureza, conectado por forças políticas, cívicas e religiosas. Quando se torna objeto das relações sociais traduz-se em espaço relativizado. Ao se reforçar pelos elementos da historicidade, rompe definitivamente a sua naturalidade instaurando-se o espaço de acumulação, de todas as riquezas e recursos – os conhecimentos, as técnicas, o dinheiro, os objetos preciosos, as obras de arte e os símbolos.

Diante desse espectro, a atividade produtiva (o trabalho) começa a tomar outras conotações quando “deixa de se confundir com a reprodução que perpetua a vida social; [...] mas para se tornar a presa da abstração: trabalho social abstrato, espaço abstrato”. Este espaço se torna da expropriação, da apropriação, acirra velhas contradições, que perduram através da história e, principalmente, origina novas discrepâncias concernentes ao modo de produção capitalista. Dessas contradições aflora o espaço diferencial, no qual Lefebvre (1976, p. 52) descreve,

¹⁸ Esse cenário, como dito, é analisado pela Escola de Chicago, por influência clara do universo urbano-industrial ocorrido nos EUA após 1950.

¹⁹ Nascida com o seminal texto de Henri Lefebvre, *Le droit à la ville* (1968). O tema espaço urbano adquire maior destaque no campo sociológico a partir das produções lefebvrianas do decênio 1972/82.

[...] chamarei esse novo espaço de espaço diferencial porque, uma vez que o espaço abstrato tende para a homogeneidade, para a eliminação de diferenças ou particularidades existentes, um novo espaço não pode nascer (ser produzido) a não ser que acentue diferenças.

Ou seja, as mutações no qual o espaço é vitimado, e também agente, atuam simultaneamente, e tendem a acentuar as diferenças socioespaciais existentes, os diferentes grupos não se excluem, dialogam, e os frutos dessa dialética, produz novas relações e resgata outras, fornecendo a essência para a resistência social dos “usuários” deste espaço diferencial.

A relação entre grupos sociais distintos, assinalada por Lefebvre, obteve ratificação em Castells com a noção de interdependência. Este em 1972, publica o livro *“La Question Urbaine”*²⁰ de grande influência na América Latina, sob a perspectiva estruturalista – admitindo a estrutura social enquanto revérbero substancial das próprias relações sociais.

O essencial é perceber a ligação estreita dos processos urbanos e da estrutura social, e romper com o esquema ideológico de uma sociedade dualista rural/urbana, agrícola/industrial, tradicional/moderna. Pois, se este esquema responder a uma certa realidade social nas formas de relação e nas expressões culturais, esta realidade é simplesmente o reflexo de uma estrutura única, na qual os efeitos num dos pólos são produzidos pelo tipo particular e determinado de sua articulação com o outro. (CASTELLS, 1983, p.64).

Para Castells (1983), a cidade congrega e organiza diferentes funções, sejam elas políticas, econômicas, sociais e culturais, sob a denominação de aglomerados funcionais. A população visa satisfazer suas vontades e representa o seu potencial de intervenção e/ou resiliência no espaço, em simetria com a própria condição socioeconômica.

Castells (1983) aponta sobre a relevância de se atribuir novos métodos às análises espaciais urbanas, dando o devido privilégio qualitativo dentro de um arcabouço histórico, às atividades, funções e grupos que compõem a dinâmica social, e nesse trato científico, superar a incipiência empiricista de escolas pretéritas. Para o autor, a cidade vem se modificando ao longo do tempo, e se constrói como resultado das relações capitalistas, especificamente as formações urbanas dos últimos anos, reúnem três premissas básicas em sua composição, a primeira relativa à ampliação e massificação de processo produtivo e/ou de consumo; ao corpo de assalariados em crescente expansão

²⁰ Manuel Castells Oliván, sociólogo espanhol, considerado um dos mais importantes representantes da sociologia urbana francesa. *“La Question Urbaine”* (1972), obteve tradução para o português em 1983, intitulado como: *“A questão urbana”*.

frente aos donos de capitais, e por fim, a atuação do poder público cada vez mais exclusivista.

Com a criação e manutenção dessas “polarizações sociais”, o espaço urbano tende a fragmentar-se qualitativa e quantitativamente, os acessos a pontos estratégicos se tornam diferenciados, e dessa maneira se revela o processo de segregação na conformação centro e periferia das cidades.

A segregação pode ser entendida como processo inerente à produção do espaço, motivo recorrente dos conflitos que emergem entre diferentes classes sociais dentro do espaço urbano. Castells admite este fenômeno como algo estrutural, mas é categórico ao apontar as transgressões políticas como um dos precedentes. (CASTELLS, 1983)

Outro notável teórico de tradição marxista, David Harvey, realiza grandes apontamentos sobre os processos de acumulação de capital e seus reflexos no espaço urbano. Ao publicar em 1973, “*Social Justice and the City*”²¹, obra com traços marcantes das teorias de Lefebvre, admite em uma de suas passagens o compromisso de se estudar as cidades por meio da correlação entre suas bases sociais e geográficas – essência da segregação socioespacial.

Qualquer teoria geral sobre a cidade deve relacionar de algum modo os processos sociais à forma espacial que ela assume. Em termos disciplinares, isso implica integrar duas tradições importantes na pesquisa e na educação; chamarei a isso construir uma ponte entre aqueles que possuem a imaginação sociológica e os imbuídos de uma consciência espacial ou de imaginação geográfica (HARVEY, 1980 [1973], p. 14)²².

A partir da emergência da Geografia teórico-quantitativa²³ (década de 60/70), os atributos sociais do espaço passam a figurar como elemento central dessa ciência, tem-se o pressuposto de que o dinamismo presente nos vínculos sociais e materializações espaciais, ocorrem primordialmente, em virtude dos mecanismos e das relações econômicas. Isto é, o espaço é permeável às diferentes intencionalidades, e abarca em seus interstícios a diferença, a circunstância, os extremos.

²¹ David Harvey, Geógrafo britânico formado na Universidade de Cambridge. O livro: “*Social Justice and the City*” (1973), obteve tradução para o português em 1980, intitulado como: “*Justiça Social e a Cidade*”.

²² As datas acolchetadas indicam a data da primeira publicação da obra.

²³ Adotou-se a visão da unidade epistemológica da ciência, unidade calcada nas ciências da natureza, mormente a física. O raciocínio hipotético-dedutivo foi, em tese, consagrado como aquele mais pertinente e a teoria foi erigida em culminância intelectual.” (CORRÊA, 2003, p. 20)

Nesse aspecto, Harvey formula em 1969 a sua concepção de espaço relativo²⁴, conceito moldado nos escritos da segunda geração da Escola Sociológica de Chicago, em que os espaços da desigualdade são aqueles nos quais as “benefícios” do uso da terra se fazem mais presente, onde a alcinha econômica se revela, o valor de uso do solo urbano incide diretamente no diferencial de renda total, complacente à localização socioespacial do indivíduo. A segregação não é apenas resultado das diferenças sociais, mas também causadora e mantenedora de um panorama social dessemelhante, pois,

a partir de relações entre os objetos, relação esta que implica em custos – dinheiro, tempo, energia – para se vencer a fricção imposta pela distância. É no espaço relativo que se obtém rendas diferenciais (de localização) e que desempenha papel fundamental no uso da terra (HARVEY, 1969 apud CORRÊA, 2003).

As diferenças de localização influem diretamente nos reais valores em que o indivíduo consegue alcançar, o distanciamento dos locais de residência aos espaços de produção e consumo, significam custos às famílias quando necessitam superá-los. Dessa maneira, tal conjuntura socioespacial tende a produzir, reproduzir e intensificar o processo de segregação nas cidades, pois, “se já há diferença de renda monetária, a localização residencial pode implicar diferença ainda maior no que diz respeito a renda real”²⁵ (HARVEY, 1976, p. 362).

Fundamentado na compreensão de aglomerados funcionais de Castells (1983), no livro: “*A produção capitalista do espaço*” (2005), David Harvey discute a cidade como lócus institucionalizado das diferenças sociais, políticas e econômicas que se interagem e consomem o espaço urbano. Este tripé funcionaliza-se à consolidação e aprimoramento de um capitalismo um tanto (des)vantajoso.

A cidade capitalista é a arena da mais intensa confusão política e social ao mesmo tempo que é uma testemunha monumental das forças que movem e se movem dentro da dialética do desenvolvimento desigual capitalista. (HARVEY, 2005, p. 229)

Além dos elementos citados no parágrafo anterior, o papel da dominação traduzido na estrutura urbana é elemento crucial à manutenção do processo de segregação socioespacial. Para Harvey (1980), essa separação não deixa de ser um “mecanismo de extorsão” e que deixa velado um processo de hierarquia e soberania do espaço por parte

²⁴ “A partir de relações entre os objetos, relação esta que implica em custos – dinheiro, tempo, energia – para se vencer a fricção imposta pela distância. É no espaço relativo que se obtém rendas diferenciais (de localização) e que desempenha papel fundamental no uso da terra” (HARVEY, 1969 apud CORRÊA, 2003).

²⁵ Renda Real é entendida por Harvey (1980, p. 56), quando o indivíduo possui “o domínio sobre os recursos”.

de grupos constituídos de maior relevo econômico. Ao abordar os elementos constituintes em conjuntos urbanos, o autor entende que “a diferenciação residencial deve ser interpretada em termos de reprodução das relações sociais dentro da sociedade capitalista”, portanto, sob um regime que preza e promove a desigualdade, não é possível manter suas acomodações residenciais exclusas a esse processo. (HARVEY, 1976, p. 362)

David Harvey deixa claro em sua crítica a compreensão de que algumas observações socioespaciais tendiam à “fetichização” ou unilateralidade do espaço – como em concepções lefebvrianas. Este padrão de análise suscitou, a partir dos anos 70, novas maneiras de se pensar o espaço. Tais concepções redigidas em “*A condição pós-moderna*” (1993), livro de grande envergadura em termos epistemológicos, aborda com extrema primazia os prejuízos da pós modernidade, em que, na presença de um quadro global de “constrição” espacial, derivada de renovações em diversos campos como: a tecnologia, transportes e comunicações, novas relações de trabalho e de consumo. Cria-se de maneira crescente as trocas desiguais, o fragmentário, a formação do espaço da diferença.

Lojkin (1997)²⁶ aborda a diferenciação presente no solo urbano enquanto revérbero das próprias relações capitalistas, que alteram o seu valor de uso associando-o à lógica mercantil, privilegiando, e, principalmente, cerceando-o àqueles gabaritados economicamente para arbitrar sobre as melhores localidades no qual farão uso. O autor aponta que a contradição social se desenvolve no interior do espaço urbano, e se materializa na oposição entre a fração monopolista do capital, e as camadas não monopolistas – capitalistas e assalariados excluídos do consumo espacial.

O Estado enquanto um dos agentes transformadores do espaço urbano, exerce direta e/ou indiretamente papel de destaque no processo de segregação socioespacial, podendo atuar enquanto moderador ou indutor deste fenômeno. Neste último, especialmente caso suas ações se pautarem na unilateralidade no que diz respeito à distribuição dos equipamentos públicos²⁷, a esse desígnio, Lojkin (1997 [1977], p. 171) pontua,

²⁶ Jean Lojkin, enviesado numa corrente mais economicista, traz especial enfoque no livro: “*Le marxisme, l’Etat et la question Urbaine*” (1997[1977]), a revelação das políticas sociais nos conjuntos urbano.

²⁷ Jean Lojkin enquadra equipamentos públicos e os distingue dos individuais por: a) seu valor de uso coletivo; b) sua elevada duração (sua destruição é lenta: uma escola, um hospital, tem muito tempo de durabilidade); c) seu suporte físico associado pela finalidade com o qual foi construído, por exemplo, uma escola só se identifica enquanto tal na produção de uma “mercadoria” imaterial – nesse caso os serviços

[...] agente principal da distribuição social dos equipamentos urbanos para as diferentes classes e frações de classe, o Estado monopolista vai portanto refletir ativamente as contradições e as lutas de classes geradas pela segregação social dos valores de uso urbanos.

Para Jean Lojkin (1997), as organizações socioespaciais são definidas pela divisão do trabalho, e pelo valor do solo urbano, sendo este essencial para o desenvolvimento do processo de segregação, de uma maneira geral, as terras mais caras são apropriadas pelas camadas melhor posicionadas economicamente, pois

[...] inerente ao modo de produção capitalista, a renda fundiária urbana vai pois marcar de forma durável o desenvolvimento urbano. Sua principal manifestação espacial, reside, a nosso ver, no fenômeno de segregação, produzido pelos mecanismos de formação dos preços do solo, estes, por sua vez, determinados, conforme nossa hipótese, pela nova divisão social e espacial do trabalho (LOJKINE, 1997[1977], p. 166)

Segundo Lojkin (1997 [1977], p. 244-45), o fenômeno da segregação pode ocorrer sob diversos aspectos, a saber:

- I. A oposição entre o centro, onde o preço do solo é mais caro, e a periferia;
- II. A separação entre zonas e moradias reservadas às camadas sociais mais privilegiadas e zonas de moradia popular;
- III. O esfacelamento generalizado das “funções urbanas”, disseminadas em zonas de escritórios, zonas residenciais, zona industrial, e etc. É o que a política urbana sistematizou sob o nome de zoneamento;
- IV. A segregação no nível dos equipamentos coletivos (creches, escolas, equipamentos esportivos, etc.) – em contraste com o subequipamento dos conjuntos operários opondo-se a “*superequipamento*” dos conjuntos burgueses; e por fim. (grifo nosso)
- V. A segregação no nível do transporte domicílio-trabalho – a crise dos transportes coletivos para o operariado contrastando com os privilégios “burgueses” do uso do automóvel.

educacionais oferecidos coletivamente; d) sua mercadoria, imaterial, não se separa das atividades de seus produtores, isto é, o serviço produzido pelo trabalho imaterial não se coagula num produto distinto, pois dificilmente se cristaliza numa mercadoria separada da atividade que o produziu.

Podemos entender a partir das considerações de Jean Lojkine, que o autor enquadra peças de grande influência no mosaico urbano, sobretudo, nas distensões do mundo do trabalho e constituição dos espaços de desigualdade. Também admite a articulação do Estado com grupos hegemônicos, especialmente com a criação dos antagonismos urbanos, expressos na figura dos equipamentos públicos, quando parte da população convive com acessos em qualidade e permanentes, diferentemente de uma parte da população marginalizada e suprimida dos proveitos da cidade.

Em mesmo sentido, Hughes (2003) considera as distensões do mundo do trabalho associado às diferenças de valor do solo urbano como um dos pilares dos mecanismos de segregação.

A rigor, os processos de segregação socioespacial na cidade estão estreitamente relacionados com a precarização do mercado de trabalho e o desemprego, que afetam mais que proporcionalmente as camadas mais pobres, menos escolarizadas e que tiveram menos meios de resistir àquilo que se pode denominar de diáspora da classe trabalhadora. Este processo, associado à dinâmica especulativa de valorização do solo urbano e aos sentidos do investimento do capital imobiliário, incide sobre as condições e opções de moradia da população [...] (p. 94)

É fato a interconexão dos condicionantes citados, e assim, percebe-se na atual sociedade capitalista uma inescapável “mercantilização da vida” e obviamente a sua inscrição territorial. Ora, se o espaço tem diferenças de valor, e a nossa sociedade posicionada de forma desigual no mercado de trabalho, a aquisição espacial tende a acompanhar tais divergências

Outro estudioso com vertentes marxistas a refletir sobre o urbano é Christian Topalov. Uma de suas obras de destaque publicada em 1979, intitulada “*La urbanization capitalista: algunos elementos para su análisis*”. Neste trabalho, o autor desloca maior ênfase à renda fundiária urbana e suas derivações nos processos de fracionamento do espaço.

De acordo com as produções de Topalov, existem duas formas principais de estratificação do espaço urbano visivelmente opostas, – a das camadas superiores e a dos trabalhadores. Cada um a seu modo, particularizam o “seu” espaço, dotando-o de ofertas e/ou limitações, apresentando em comum os contornos da segregação que os mantém dependentes. Topalov, assim como Lojkine, vê a disponibilidade dos equipamentos públicos dispostos socioespacialmente de maneira distinta, e assim nos adverte

[...] os belos bairros das camadas superiores não o são somente nas representações coletivas, mas também na materialidade dos meios de

consumo que estão disponíveis; os privilégios espaciais estão relacionados com a oferta de equipamentos urbanos. (TOPALOV, 1979, p. 159)

Dessa maneira as populações se integram e se excluem em virtude daquilo que o valor do espaço os condiciona, ou seja, cria-se o espaço de privilégios das camadas sociais superiores abastecidas por bens de consumo públicos e privados, e diversidade de infraestrutura. E em outro extremo, parcelas de pobreza distanciadas física e simbolicamente de meios permissivos à reprodução do capital. A manutenção desse cenário é garantida e intensificada como menciona Topalov, graças ao

[...] predomínio massivo das formas mais capitalistas de construção de habitações; privilégios por longo período em matéria de infra estruturas e de equipamentos públicos de consumo coletivo; concentração “espontânea” dos serviços requeridos por uma clientela altamente solvente em termos monetários. A concentração espacial das camadas superiores opera uma transformação qualitativa de conteúdo dos equipamentos públicos e dos equipamentos comerciais privados, tornando-os mais seletivos. A especificidade do espaço das camadas superiores é signo de distinção social, participa do sistema de expressão e de reiteração simbólica da hierarquia das situações de classe (IBIDEM, p. 160-161).

Defronte ao panorama teórico dos autores neomarxistas e suas visões a respeito do fenômeno da segregação socioespacial, é possível perceber a comunhão entre os mesmos em torno da conotação social díspar presente nas cidades. Algo diretamente incidente nas possibilidades e anseios dos cidadãos, em vias de regra, limita em grande medida a frequência aos equipamentos básicos como escolas, hospitais, infraestrutura, postos de segurança, dentre outros.

Ainda neste trajeto, abordaremos a seguir, alguns teóricos que discutem em bases críticas mais contemporâneas – neomarxistas, as razões que levam o espaço urbano sob a égide do Estado, da dinâmica do capital e dos equipamentos urbanos, a promover as desigualdades e, principalmente o fenômeno da segregação socioespacial.

1.3 Espaço urbano e segregação: algumas produções teóricas do final do século XX

Edward Soja em “*Geografias pós-modernas*” (1989), ao debater sobre o papel da Geografia à época, critica determinadas análises do fenômeno urbano que se apoiam em teorizações estritamente capitalistas, argumentando que gradualmente o espaço em sua conjuntura é substituído por uma visão de capital hegemônico, em que o urbano é reflexo direto das relações econômicas, especificamente. Assim como Harvey (1980), Soja (1993 [1989]), traduz sob a dialética, a dependência mútua nas relações socioespaciais, quando

[...] a estrutura do espaço organizado não é uma estrutura separada, com suas leis autônomas de construção e transformação, nem tampouco é simplesmente uma expressão da estrutura de classes que emerge das relações sociais (e por isso a-espaciais?) de produção. Ela representa um componente dialeticamente definido das relações de produção gerais, relações estas que são simultaneamente sociais e espaciais. (SOJA, 1993, p. 99).

Para Edward Soja (1993, p. 99), a estrutura espacial é resultado de relações simultâneas entre a sociedade e o próprio espaço, conhecidas como homologia espacial, derivam conflitos e mudanças estruturais, cada classe realizando a sua função dentro das relações de produção e inserindo-a em seu espaço, formando as dessemelhanças, sem contudo, esquecer a noção de complementaridade entre as diferentes construções socioespaciais,

[...] essa homologia espaço-classe pode ser verificada na divisão regionalizada do espaço organizado em centros dominantes e periferias subordinadas, em relações espaciais de produção socialmente criadas e polarizadas, captáveis com maior precisão no conceito de desenvolvimento geograficamente desigual. Essa conceituação dos vínculos entre a diferenciação social e espacial não implica que as relações espaciais de produção ou a estrutura centro-periferia sejam separadas e independentes das relações sociais de produção, das relações de classe. Ao contrário, os dois conjuntos de relações estruturadas (o social e o espacial) são não apenas homólogos, no sentido de provirem das mesmas origens no modo de produção, como também dialeticamente inseparáveis.

Apesar de não enquadrar conceitualmente o fenômeno da segregação, o Sociólogo francês Edmond Préteceille, em 1997, ao discutir a relação política e a divisão de classes no conjunto urbano, aborda sob o prisma da segregação compulsória, a necessidade das famílias de menor capital social a localizarem suas residências formando agrupamentos

comunitários²⁸. De acordo com o autor tem-se dois mecanismos que incidem diretamente nessas “preferências”, um deles é escolher entre uma moradia menor porém próxima ao centro, e com isso, desfrutar mais efetivamente dos equipamentos públicos, meios de produção e lazer, ou mesmo se localizar em áreas mais periféricas permitindo ampliar dentro do possível o espaço físico da sua residência.

No artigo “*A construção social da segregação urbana: convergências e divergências*” (2004), ao refletir sobre os modelos utilizados no percurso do século XX, Preteceille faz algumas críticas sobre a impossibilidade de homogeneização de métodos e recortes espaciais nos estudos das cidades, na complexidade das categorizações e ao respaldo estatístico em fins de análise social, o receio do autor parte da possibilidade destes métodos esconderem, ou então, superficializar a realidade.

Na mesma obra, Preteceille sugere métodos mais satisfatórios no estudo deste tema, primeiramente lidar com índices globais de dissimilaridade,²⁹ de forma a comparar mais de uma categoria nas unidades espaciais. Em seguida, também em termos de comparação, confrontar o mesmo índice com o restante da população, não restrito a uma região de análise.

Préteceille também aborda a singularidade no âmbito das políticas públicas nas cidades, implementadas de maneira diferencial, em sintonia com o público no qual é direcionada, dessa maneira existe “uma amplidão das diferenças, em se tratando da sensibilidade ao problema das desigualdades urbanas, dos modos políticos de construção do problema, da intensidade das ações públicas para a sua resolução, dos tipos de práticas implementadas”. (2004, p. 17-19)

Peter Marcuse, similarmente, também versa a respeito da influência do Estado nas formações socioespaciais segregadas. No texto, “*Enclaves, sim; guetos, não: a segregação e o Estado*” (2004), o autor se propõe também a lapidar o entendimento conceitual a respeito da segregação socioespacial, entendida como o “processo pelo qual um grupo populacional é forçado, involuntariamente, a se aglomerar em uma área

²⁸ Clássica versão cultural-comunitarista “em que o agrupamento voluntário em um espaço homogêneo teria uma função de estreitamento dos laços sociais, de auxílio mútuo, de conservação da cultura própria ao grupo”, definição encontrada em: PRETECEILLE, E. Cidades globais e segmentação social. In: RIBEIRO, L. C. Q.; SANTOS JUNIOR, O. A. (Orgs.) Globalização, fragmentação e reforma urbana: o futuro das cidades brasileiras na crise. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. (1997). p. 65-92.

²⁹ Caracteriza-se como um indicador da relação entre a população de uma área de análise específica (setores ou bairros, por exemplo), e o restante da população da área de estudo (cidade ou aglomerado urbano).

espacial definida, em um gueto. É o processo de formação e de manutenção de um gueto”. (MARCUSE, 2004, p. 24).

O sobressaio espacial de partes mais privilegiadas economicamente da sociedade verifica-se nas formações urbanas, quando o autor se propõe a definir o “gueto”, concebido enquanto “área de concentração espacial adotada pelas forças dominantes na sociedade para separar e limitar um determinado grupo populacional, externamente definido como racial, étnico ou estrangeiro, tido e tratado como inferior pela sociedade dominante” (IBIDEM, p. 25). Na perspectiva do autor, segregação e gueto são as atribuições mais adequados para designar aglomerações urbanas indesejáveis, demais caracterizações devem ser empregadas no intento de se compreender as divisões espaciais de outros fenômenos urbanos.

Marcuse revela o papel central do Estado no processo de segregação socioespacial, convenientemente articulado a grupos sociais específicos, tanto na formulação de leis quanto no provimento de bens coletivos, dessa forma, “se em qualquer sociedade houver segregação ela ocorrerá com a sanção tácita, quando não explícita, por parte do Estado” (MARCUSE, 2004, p. 30). O autor exemplifica ao abordar o modelo de segregação norte-americano, com a forte presença de guetos de negros e na formação de bairros brancos de alta renda, bem díspares na disponibilidade de vias de circulação e equipamentos coletivos.

Dentre as visões apresentadas, uma aproximação bastante pertinente aos interstícios da segregação que pautamos nesta investigação, é aquele discutido pela equipe chefiada por Pinçon-Charlot, quando no ano de 1986 relacionaram a disposição de equipamentos coletivos na cidade de Paris, com os diferentes grupos sociais que habitam a malha urbana. Em concluso, os autores perceberam que uma porção da cidade mais abastada era mais bem equipada, e ocorria exatamente o contrário às regiões periféricas e/ou segregadas³⁰.

Até este momento do texto, visou-se em linhas gerais, o ordenamento do espaço urbano no que tange aos agentes que fomentam a disparidade, aproximando, obviamente, da discussão a respeito do fenômeno da segregação socioespacial em seu prelúdio, principais pensadores e reverberação nas organizações sociais urbanas, de forma a embasar teórico-metodologicamente o objeto de análise desta pesquisa – as limitações

³⁰ PINÇON-CHARLOT, M.; PRETECEILLE, E.; RENDU, P. Ségrégation Urbaine. Classes sociales et équipements collectifs en région parisienne. Paris: Anthoropos, 1986.

educacionais. A seguir, serão explorados um conjunto de reflexões de autores nacionais que se debruçam sobre esse viés segregacionista das relações socioespaciais.

1.4 O debate sobre a segregação socioespacial no Brasil: origens e algumas contribuições

Historicamente engendrada às sociedades latino-americanas, a desigualdade social esteve no centro dos estudos que envolvem a segregação, Filgueira e Geneletti (2004, p. 38) apontam que *“la segregación residencial que existe en las sociedades latinoamericanas es expresión geográfica de la desigualdad social que se ha vuelto un sello característico en comparación con otras regiones del mundo”*³¹.

A literatura Brasileira sobre a (re)produção espacial urbana e suas desigualdades, também sofreu ingerência dos postulados marxistas³². O crescente processo de urbanização³³ no Brasil, sobretudo a partir da segunda metade do século XX, influenciado diretamente pelas novas formas de produção, contexto internacional favorável e intensos processos migratórios, acentuaram as desigualdades espaciais e sociais das grandes cidades brasileiras.

Cabe neste momento abordar brevemente a concepção de espaço sustentada por Milton Santos (1977; 1992; 1994), base dos trabalhos que serão apresentados, além de ser aquela em que este texto se alinha, de forma a significar o melhor entendimento das composições socioespaciais segregadas verificadas no Brasil.

Santos (1992) pontua que o espaço não é tão somente base às intervenções humanas. Em uma visão dialética, pressupõe a condição do espaço como mecanismo fundamental à evolução da sociedade. Dito de outra forma, este mesmo espaço compõe-

³¹ FILGUEIRA, C. H.; GENELETTI, C. Estratificación y Movilidad Social en América Latina., CEPAL, Santiago, Chile. (1981)

³² Conforme Marques (2004), os estudos de autores brasileiros sobre segregação socioespacial são alinhavados em acordo com as nuances do desenvolvimento do capitalismo, inseridos nas seguintes temáticas: dinâmica econômica e seus impactos no mercado de trabalho e na estrutura social; ação do mercado de terras em relação aos agentes produtores do espaço; o papel do Estado e das políticas públicas diante da ordem jurídica brasileira favorecedora da hierarquia social e da intolerância.

³³ Processo pelo qual a população urbana apresenta taxas de crescimento superior à rural, motivado grandemente pelo processo de migração, somado a noção ideológica, referente a quantidade relativa de pessoas que se concentra em um espaço específico, “onde se constituem aglomerados funcional e socialmente interdependentes do ponto de vista interno, e numa relação de articulação hierarquizada (rede urbana)” (CASTELLS, 1983, p.28).

se de uma instância estrutural da sociedade, assim como a economia, a cultura, a história, dentre outros.

A sua fundamentação teórica privilegia a essência social, em que não se deve admitir, por si só, apenas uma visão pelas coisas que o caracteriza, como objetos geográficos naturais ou artificiais – em suma, uma visão reducionista “por/pela natureza”, mas sim em sua conjuntura. Acerca disso, o próprio Milton Santos (1994, p. 25) assinala que

o espaço seria um conjunto de objetos e de relações que se realizam sobre estes objetos; não entre estes especificamente, mas para as quais eles servem de intermediários. Os objetos ajudam a concretizar uma série de relações. O espaço é resultado da ação dos homens sobre o próprio espaço, inter mediados pelos objetos, naturais e artificiais.

No texto *“Sociedade e Espaço: a formação social como teoria e como método”*, Milton Santos evidencia a necessidade aos estudos da organização socioespacial, abordar a influência primordial dos mecanismos de reprodução do capital. Dessa maneira, admite os modos de produção e o espaço enquanto categorias interdependentes³⁴, em que “os modos de produção tornam-se concretos numa base territorial historicamente determinada [...] as formas espaciais constituem uma linguagem dos modos de produção” (SANTOS, 1977, p. 05).

Nessa compreensão do espaço como elemento fruto da organização social, Santos (1978) admite processos de apropriação e transformação de acordo com as intenções dominantes, que, além de gerar inúmeros conflitos, se apresenta heterogêneo em sua “totalidade social” quanto à forma, estrutura, processo e função³⁵.

No livro *“Por uma Geografia Nova”* publicado em 1978, obra de extrema relevância sobre a Geografia crítica, a compreensão do espaço que promove e reforça as diferenças fica mais clara, composto por uma sucessão de sistemas espaciais, no decorrer da história o valor relativo de cada lugar está em permanente mudança, “o espaço é um verdadeiro campo de forças cuja formação é desigual. Eis a razão pela qual a evolução

³⁴ “O mérito do conceito de formação sócio-espacial, ou simplesmente formação espacial, reside no fato de se explicitar teoricamente que uma sociedade só se torna concreta através de seu espaço, do espaço que ela produz e, por outro lado, o espaço só é inteligível através da sociedade. Não há, assim, por que falar em sociedade e espaço como se fossem coisas separadas que nós reuniríamos a posteriori, mas sim de formação sócio-espacial. (CORRÊA, 2003, p. 26-27)

³⁵ De acordo com Santos (1978), a forma é o aspecto visível, exterior de um conjunto de objetos: as formas espaciais; a atividade desempenhada pelo objeto é a sua função, ambas variam no tempo e assumem as características de cada grupo social. A estrutura tem uma definição histórica, nela formas e funções são criadas e instituídas. O processo significa a ação que é realizada de modo contínuo, visando a um resultado que implica tempo e mudança.

espacial não se apresenta de igual forma em todos os lugares”. (SANTOS, 1978, p. 122).

Em páginas seguintes complementa,

[...] O espaço por suas características e por seu funcionamento, pelo que ele oferece a alguns e recusa a outros, pela seleção de localização feita entre as atividades e entre os homens, é o resultado de uma práxis coletiva que reproduz as relações sociais, [...] o espaço evolui pelo movimento da sociedade total. (IBIDEM, 1978, p. 171).

Ambiência plural das atividades humanas o espaço por si só, tende a se tornar diferenciado, heterogêneo, e acomoda intervenções positivas e/ou negativas, cerceado por diferentes valores e interesses, institucionalizados ou não.

Quando todos os lugares foram atingidos, de maneira direta ou indireta, pelas necessidades do processo produtivo, criam-se, paralelamente, seletividades e hierarquias de utilização com a concorrência ativa ou passiva entre os diversos agentes. Onde uma reorganização das funções entre as diferentes frações de território. Cada ponto do espaço torna-se então importante, efetivamente ou potencialmente. Sua importância decorre de suas próprias virtualidades, naturais ou sociais, preexistentes ou adquiridas segundo intervenções seletivas. (SANTOS, 1994, p. 11)

Como vimos, Milton Santos é suficientemente cuidadoso ao definir conceitualmente a noção de espaço, por receio de privilegiar em intensidade tal que este objeto seja mais importante que as ciências que o estudam, ou se trabalhar exclusivamente com conceitos e não com os elementos que de fato formalizam o espaço. Finaliza o livro advogando sobre a premência de se conceber um espaço que venha a ser instrumento da vida, e não mera mercadoria trabalhada por outra mercadoria, o homem artificializado.

Assim como nos escritos Neomarxistas, um ponto de grande recorrência nos textos nacionais sobre a formação do espaço e suas desigualdades, é a necessidade de se compreender o fenômeno da segregação espacial sabendo que existe uma dialética entre os grupos sociais, ou seja, entre os diferentes existe um processo de interpelação e interdependência. Este pressuposto, sem dúvidas é um dos aspectos mais importantes à compreensão deste evento, e por tal, traremos mais autores que também compactuam com esse entendimento.

Por esses motivos, cabe salientar que não existem dois processos de formação socioespacial comunicáveis, mas um só, pois, “a segregação de uns provoca, ao mesmo tempo e pelo mesmo processo, a segregação de outros” (VILLAÇA, 2001, p. 148). Ou seja, deve-se empreender em estudos de natureza que envolvam diferentes classes sociais, o entendimento do conjunto de relações sociais particulares da sociedade, sem contudo,

negligenciar a totalidade, assim nos traz Robert Castel, “não há ninguém fora da sociedade, mas um conjunto de posições cujas relações com seu centro são mais ou menos distendidas” [...] (CASTEL, 1998 [1995], p. 568-569).

Ao discutir o espaço urbano na cidade capitalista, Corrêa (1995) manifesta que uma de suas particularidades é a sua representação social, e portanto, predicado das suas desigualdades, fortemente segmentado e mutuamente dependente. Nas palavras do autor, “o espaço urbano é simultaneamente fragmentado e articulado: cada uma de suas partes mantém relações espaciais com as demais, ainda que de intensidade muito variável” (CORRÊA, 1995, p. 07).

A relação entre os diferentes espaços, compreendida sob a ótica urbana como segregação, é mantenedora de um quadro social imerso em exemplos de desigualdades, tal concepção é apontada por Ermínia Maricato (2001, p. 02), quando “a segregação urbana ou ambiental é uma das faces mais importantes da desigualdade social e parte promotora da mesma”. Esse entendimento é reforçado por Alves, et. al, (2010, p. 453, grifado pelo autor), ao correlacionar a segregação em seu viés básico, enquanto “causa e consequência de diferenças de atributos, de recursos, de poder e de status que se constituem nas bases materiais de formação de categorias sociais, que tendem a buscar localizações específicas na cidade, criando a divisão social do território”.

No artigo: Diferenciação Socioespacial (2007), Ana Fani Alessandri Carlos apresentou a noção de “desenvolvimento geograficamente *desigual*”, – compreensão criada e comungada por Harvey e Soja, e avança no cerne explicativo das diferenciações socioespaciais, esclarece que a sociedade age dentro de um mecanismo diferenciador, que privilegia e/ou negligencia seus membros a partir do lugar que ocupam na produção/distribuição da riqueza gerada.

Corrêa (1995) ao apontar a maneira como a segregação socioespacial é reproduzida, versa a respeito das (re)impressões que o espaço realiza na estrutura social nas cidades, bem como as diferenças de funcionalidade que a caracteriza. Em resumo, as diferenças espaciais atuam

como um meio de reprodução social, e neste sentido o espaço social age como um elemento condicionador sobre a sociedade. Neste sentido, enquanto o lugar de trabalho, fábricas e escritórios, constitui-se no local de produção, as residências e os bairros, definidos como unidades territoriais e sociais, constituem-se no local de reprodução. (CORRÊA, 1995, p. 65-66)

Tem-se, então, maneiras distintas e desiguais de apropriação do espaço, não resultadas apenas pela sua composição social, como também por aspectos políticos e econômicos distintos, ou seja, é possível inferir que não existe exclusão, existe sim, vítimas de um contexto socioeconômico em que o eixo norteador visa a maior concentração dos lucros, utilizando para tanto, o território urbano como seu provedor.

Entende-se dessa forma que além do seu caráter de diferenciação, a segregação se torna parte funcional de um circuito hierárquico, que acirra relações de poder discrepantes entre as classes sociais que compõem o conjunto urbano. A disparidade se “processa sob o domínio de forças que representam os interesses de consumo (condições de vida) das camadas de mais alta renda” (VILLAÇA 2001, p. 328). Ao pensar nas cidades brasileiras,

[...]é indispensável articular o papel da segregação urbana na produção da desigualdade e da dominação sociais. Isso porque a segregação (em geral e em inúmeras de suas manifestações “oficiais”) é aquela forma de exclusão social e de dominação que tem uma dimensão espacial. (IDEM, 2012, p. 49)

O caso mais recorrente de acordo com Villaça (2001, p. 143), do fenômeno de segregação – e que se verifica nos recortes espaciais desse trabalho, é o de centro versus periferia, “o primeiro, dotado da maioria de serviços urbanos, públicos e privados, é ocupado pelas classes de mais alta renda. A segunda, subequipada e longínqua, é ocupada predominantemente pelos excluídos”. Esse tipo de segregação pode ser entendido como um cerceamento por classes – aquela que promove maiores implicações sobre a estrutura urbana³⁶.

Alguns autores dividem a segregação em dois campos, aquela onde o indivíduo opta por se concentrar em uma região socializando o espaço com pessoas de mesma classe, e outra em que é condicionado principalmente por fatores sociais, a se agrupar em determinados espaços. Maria Monica O'Neill (1986), ao analisar a formação de condomínios exclusivos na baixada do Jacarepaguá/RJ, denomina o primeiro de autossegregação, ao segundo atribui a segregação imposta como forma de

³⁶ Villaça (2001), acentua que o entendimento dessa ideia não pode ser tomado como regra, o autor empiricamente comprova que os estratos sociais de maiores proveitos da capital paulistana podem ocupar periferias, em geral, grandes terrenos. Por outro lado classes médias podem fazer uso de áreas mais centralizadas por meio do consumo de pequenos espaços, ou seja, a segregação não se resulta apenas pelo preço do solo.

caracterização³⁷. Gist e Fava (1986) como segregação voluntária e involuntária, respectivamente.

No que se refere à segregação concebida de forma autônoma ou voluntária, é formada por um crescente de espaços privatizados, fechados e monitorados para residência, consumo, lazer ou trabalho – são denominados condomínios fechados, ou “enclaves fortificados” (CALDEIRA, 2000)³⁸. Justificam-se de acordo com a maioria dos seus moradores por medo da violência, delegando as periferias do “submundo” e suas mazelas aos “marginais”, sem-teto e aos de menor relevância socioeconômica. Os enclaves, nas palavras da autora, originam sem disfarces ou sutilezas cidades fragmentadas, segregadas, inaptas à livre circulação, pouco efetiva à participação dos cidadãos na vida pública.

Sposito (2013), ao tratar desses novos padrões residenciais, coloca-os como centrais no desenvolvimento multiforme do espaço urbano, gerando novos traços no processo de segregação socioespacial, sendo esta responsável, em certa medida, por manter subespaços sem conexão com o restante da cidade, em suas palavras, significa “separação espacial radical e implicam rompimento, sempre relativo, entre a parte segregada e o conjunto do espaço urbano[...] (p. 65)”, em tese essa descontinuidade impactaria de forma negativa no movimento normatizado da cidade.

Após 1980, o modelo centro-periferia começou a ser alvo de contestações, o processo de urbanização e o crescente aporte populacional nas cidades, trouxe a consequente necessidade do “avizinhamento” entre os cidadãos, em alguns casos entre diferentes classes sociais. Dessa maneira surgiram novas formas de análise, e de classificação como o modelo fractal, caracterizado por promover “uma aproximação física entre as classes sociais, porém, um grande distanciamento psicológico e social”. NEGRI (2008, p. 142).

Cada vez mais o espaço urbano demonstra que além das suas diferenças espaciais compostas por paisagens desuniformes, traz em sua dimensão local, ou na microescala, diferentes classes sociais que, mesmo partilhando o mesmo espaço, pouco socializam suas práticas cotidianas – lembrando que esse contexto também se caracteriza como

³⁷ A essa compreensão merece destaque o trabalho de: O'NEILL, M. M. V. C., Condomínios exclusivos: um estudo de caso. Revista Brasileira de Geografia, v. 48, n.1, 1986.

³⁸ CALDEIRA, T. P. R. Cidade de Muros: Crime, Segregação e Cidadania em São Paulo. São Paulo: Edusp, 2000.

segregação. Tais discrepâncias são ocasionadas fundamentalmente por questões que envolvem renda, tipo de ocupação e nível educacional. Nesta linha, Negri (2008) discorre,

no caso do Brasil, a maioria das pesquisas demonstra que o principal tipo de segregação encontrada é socioeconômica, por meio do qual as classes distribuem-se de forma desigual no espaço urbano das grandes e médias cidades. Desta forma, surge uma estrutura urbana dualizada entre pobres e ricos, uma organização corporativa e fragmentada, onde as elites podem controlar a produção e o consumo da cidade, através de instrumentos como o Estado e o mercado imobiliário, excluindo e abandonando a população de baixa renda a própria sorte. (NEGRI, p. 150)

Diante da formação de polaridades socioespaciais no conjunto urbano, dada a sua influência nunca é excessivo ressaltar, que a sua materialização segue as exigências e necessidades de forças econômicas e políticas distintas, aquelas de maior influência possuem por vezes o suporte do Estado, e até da legislação urbanística, dessa maneira sobressai-se – em casos de situações conflituosas – a sua conveniência, acerca disso, Flávio Villaça (2001, p. 328) assinala que

o espaço urbano é produzido e consumido por um mesmo e único processo. A sua estruturação interna, entretanto, se processa sob o domínio de forças que representam os interesses de consumo (condições de vida) das camadas de mais alta renda. [...] tal estruturação se dá sob ação do conflito de classes em torno das vantagens e desvantagens do espaço urbano [...] em torno da disputa pela apropriação diferenciada do espaço urbano enquanto produto do trabalho.

Maricato (2003, p. 152) alerta que as dissimilaridades espaciais “tem sua expressão mais concreta na segregação espacial ou ambiental configurando imensas regiões nas quais a pobreza é homogeneamente disseminada[...]” acometendo a essa população dificuldade de acesso a serviços, infraestruturas urbanas, menores oportunidades de emprego e maior exposição à violência, entre diversos outros. Expõe a impossibilidade de se criarem cidades no Brasil com maior igualdade em uma sociedade radicalmente diferenciada e autoritária, historicamente caracterizada por relações de privilégio e arbitrariedade.

Ao versar sobre os principais eventos da metrópole paulistana, Lucio Kowarick lança o livro: “*A Espoliação Urbana*”, o autor descreve sobre a existência de um grande número de pessoas em situações de privações e carências, extorquidas no âmbito do trabalho, espaços de moradia, transporte, acesso a bens coletivos, dentre outras situações fundamentais à sobrevivência básica nas grandes metrópoles. Cria-se dessa forma, a cidade multifacetada produto das contradições do capital, vitimada por exemplos de

exploração do trabalho de um lado - “alijados dos benefícios do desenvolvimento” (KOWARICK, 1980, p. 26), e de outro uma parcela da sociedade que goza de plenos poderes políticos e econômicos.

O direito ao complexo de benefícios que o espaço urbano pode ofertar constitui-se em acordo com a posição que o indivíduo ocupa nas relações econômicas, ou seja, aqueles que basicamente tem apenas a sua mão de obra a oferecer, localizam as suas residências em locais de menor valor, e logicamente seus acessos se tornam comprometidos. A respeito de São Paulo da segunda metade do século XX, Kowarick (1980), reflete que a

distribuição espacial da população no quadro deste crescimento caótico reflete a condição social dos habitantes da cidade, espelhando ao nível do espaço a segregação imperante no âmbito das relações econômicas. [...] Sobretudo a partir das últimas três a quatro décadas, surgem e expandem os bairros periféricos que conjuntamente com os tradicionais cortiços e favelas, alojam a população trabalhadora. É nessas áreas que se concentram a pobreza da cidade e de seus habitantes. (p. 30)

Ao final do século XX, o Brasil passa por um processo de redemocratização que afeta diretamente os movimentos urbanos em luta por moradia, infraestrutura e participação nas políticas públicas. Os estudos urbanos caminham por essa vertente, acionando o Estado e a dinâmica do capital enquanto promotores dessas feições díspares, trazendo à tona o papel da sociedade civil organizada e os principais ideários que a movimenta³⁹.

A revista “Espaço e Debates” (2004, n.45), agrega um conjunto de trabalhos de grande significância sobre a temática “Segregação Urbana”, abordam-se aspectos metodológicos e conceituais a respeito do fenômeno, além das influências e dos direcionamentos que os pensadores Brasileiros vêm tomando nos últimos anos.

Dentre as discussões realizadas no periódico supracitado, cabe destacar alguns autores como Torres (2004), ao analisar as áreas em situação de vulnerabilidade econômica em São Paulo, e considerar condições de trabalho, políticas públicas e questões étnicas, entende a segregação como a separação residencial dos grupos sociais no ambiente urbano. Direciona papel de centralidade ao Estado na disponibilização de

³⁹ Dessas produções podem ser sugeridos os livros de Raquel Rolnick: “*A cidade e a lei: legislação, política urbana e territórios na cidade de São Paulo*”, (1989). E uma publicação mais nova que também aborda o período em questão, pode ser encontrado em: Marcelo Lopes de Souza com “*A prisão e a agora: Reflexões em torno da democratização do planejamento e da gestão das cidades*”, de (2006).

bens coletivos, e consequentemente nas condições de acesso ao mercado de trabalho, saúde, educação, entre outros bens coletivos.

Neste mesmo trabalho, Aldaíza Sposati (2004) questiona a compreensão da segregação socioespacial por si só como o objeto único de análise, a autora advoga sobre a necessidade de se conhecer os seus condicionantes em uma conjuntura histórica, que envolva aspectos sociais, políticos e econômicos. Trata também do papel que o poder público possui ao legitimar e hierarquizar o espaço urbano de acordo com seus “funcionalismos”, ocasionando diferenciações socioespaciais através dos zoneamentos dentro dos planos diretores municipais.

E por fim, Taschner (2004, p. 91-93), que correlaciona as colocações de Torres e Sposati ao admitir a reverberação da globalização econômica nas estruturas espaciais, além de exercitar inquirições ao modelo centro x periferia⁴⁰, intensivamente pesquisado no final do século XX, quando este recebe um trato homogeneizador – “não menos superficial”, e que desconsidera a heterogeneidade interna dos espaços metropolitanos, em especial das periferias. E finaliza indicando um complexo metodológico capaz de criar uma tipologia sócio ocupacional, baseada em variáveis censitárias para ocupação, renda e instrução, fundamentais ao mais adequado entendimento das áreas segregadas.

O que as ideias colocadas por estes autores nos indicam é que os prenúncios teóricos metodológicos, devem, assim como o espaço urbano, não serem estanques, divergir e/ou convergir, mas ajustar-se sempre na escolta dos novos e velhos agentes produtores e mantenedores de um espaço dinâmico e naturalmente discrepante, de forma a potencializar o universo de possibilidades analíticas.

A produção teórico-metodológica que se refere ao fenômeno da segregação socioespacial em cidades médias, encontra-se em um estágio ainda incipiente. As características deste processo, apesar de seguir em vários aspectos os moldes encontrados nas metrópoles, apresenta algumas particularidades.

Com o aporte populacional a partir da década de 80, as zonas periféricas das cidades médias expressaram um elevado crescimento, criando igualmente em seus espaços exemplos claros de segregação socioespacial, criando formas similares às

⁴⁰ Uma das características deste modelo de acordo com Ribeiro e Koslinski (2010, p. 122), é se formar nas cidades “em torno de desigualdades sociais extremas, nas quais as distâncias físicas e a baixa acessibilidade urbana separam territorialmente as classes e os grupos sociais entre si, assim como separam certos grupos dos bens urbanos promotores de bem-estar social”.

grandes cidades, neste sentido, “esta pluralização da paisagem e dos conteúdos da periferia urbana revela novas práticas socioespaciais, novas formas de diferenciação e segregação urbana e social da cidade.” (SPOSITO, 2004, p. 116).

Júnior e Whitacker (2007)⁴¹, ao tratarem da segregação em cidades médias, julgaram primordial – assim como nas metrópoles – a localização do indivíduo e sua acessibilidade ao centro de bens e serviços da cidade, sendo este o palco principal das disputas pelas melhores posições no espaço urbano, sem, entretanto, desconsiderar a importante figura do Estado.

1.5 Segregação, Poder político e distribuição dos equipamentos coletivos na malha urbana

O quinto parágrafo da Lei: 10257 de 10 de julho de 2001, do Estatuto da Cidade, afirma em seu artigo segundo que:

A política urbana tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e da propriedade urbana, mediante as seguintes diretrizes gerais:

V. Oferta de equipamentos urbanos e comunitários, transporte e serviços públicos adequados aos interesses e necessidades da população e às características locais.

Em um panorama geral, as transformações socioespaciais na distribuição das atividades materializadas espacialmente enquanto formas de desenvolvimento urbano, em diferentes níveis e escalas, são resultantes tanto da lógica da ação do Estado⁴², quanto de distintos capitais (empresas), entre eles o industrial, agroindustrial, e em particular o imobiliário. Somado, obviamente, às necessidades e estratégias de localização e distribuição da força de trabalho.

As relações de poder estão presentes em todos os vínculos sociais, e são por vezes fomentadoras de conflitos, tendo em vista a multiplicidade de interesses dos indivíduos. Cabe nesse momento atribuir a devida importância do poder público sobre o espaço urbano, dada a sua participação diferenciada na disponibilização de equipamentos

⁴¹ JUNIOR, A. R. A, WHITACKER, A. M. Segregação socioespacial em cidades médias: diferenças ou semelhanças? Um estudo sobre o jardim cinquentenário e o jardim morada do sol em Presidente Prudente – SP. Geografia em Atos, n. 7, v. 2, Presidente Prudente, 2007.

⁴² O entendimento de Estado que este trabalho se filia apresenta as seguintes naturezas: instituição organizacional, capaz de legislar e tributar uma determinada sociedade; instituição normativa, em acordo com a própria ordem jurídica ou o sistema constitucional, e, em específico neste texto, instituição promotora das renovações urbanas, de infraestrutura, ou como bem definido por Marx em 1948, “Comitê Executivo da Burguesia”.

públicos, levando Villaça (2011, p. 47) a alertar que “nosso maior problema é a enorme desigualdade de poder político que há em nossa sociedade”.

A essa altura, serão apontados de acordo com Corrêa (1995), os principais agentes produtores do espaço urbano, tanto envolvidos no valor de troca quanto de uso. Destes podemos destacar os grandes proprietários dos meios de produção, os proprietários fundiários, os promotores imobiliários, o Estado – estes atuam por vezes associados na promoção de seus interesses, além dos grupos sociais excluídos. Em mais detalhes conforme aponta o autor, vejamos a seguir:

- **Proprietários fundiários:** São os donos do solo e visam o aumento progressivo do valor de suas propriedades de forma a atingir o lucro máximo em sua venda, seja em utilidade comercial e/ou residencial de alto status – isto é, estão interessados primordialmente no valor de troca e não de uso. Em diversos exemplos tornam-se também **promotores imobiliários**, quando inexiste a contingência de ganhos com as práticas citadas acima, se torna loteador e pode apelar ao **Estado** como provedor de infraestrutura em projetos de moradias populares.
- **Proprietários dos meios de produção:** representados pelos grandes proprietários industriais e as grandes empresas comerciais, sendo por si só grandes consumidores de espaço, de preferência terrenos amplos e baratos, que ofereçam proximidade a meios de circulação e mercado consumidor. O crescente no preço do solo, ou especulação, de um lado encarece o preço do solo e a consequente expansão do estabelecimento, de outro atinge o preço dos imóveis incidindo diretamente nos salários da força de trabalho.
- **Promotores imobiliários:** são compreendidos enquanto um conjunto de agentes encarregados de maneira total ou parcial as seguintes operações: incorporação (gerenciadores na transformação do capital em mercadoria); financiamento (representados na figura das pessoas físicas ou jurídicas); consulta (elaboradores dos estudos de viabilidade técnica); construção (empresas da construção civil), e por fim as empresas de operação imobiliária (corretoras e de marketing) (GONÇALVES, 2012). Dentre as estratégias utilizadas destacam-se: dirigir-se primeiramente em produzir moradias à demanda solvável, e, em segundo plano, buscam auxílio do

Estado no sentido de tornar rentável a produção de residências de uma parcela não solvável, que também significa rentabilidade⁴³.

- **Grupos excluídos:** composto por aqueles impossibilitados de fazer uso de recursos locacionais, e, muito menos comprar um imóvel. A estes, de uma forma recorrente, restam apenas como morada os cortiços, áreas sem regularização pelo sistema de autoconstrução, conjuntos habitacionais fornecidos **Estado** e as degradantes favelas. É nestes espaços que estes agentes de fato atuam como modeladores do espaço urbano, ocupam áreas privadas em especulação, espaços públicos ou favelas como forma de resistência ao processo de segregação, e principalmente como forma de sobrevivência.

Em término, o **Estado**, em virtude de ser um dos agentes mais atuantes no processo de produção do espaço urbano, será tratado com maior nível de detalhes. Essa atitude se justifica por ser legislador e regulador de todos os outros agentes, e, em certos momentos, absorver o ofício dos mesmos como: promotor imobiliário, dos meios de produção, dos recursos fundiários e representante das causas civis.

O Estado encontra-se cada vez mais envolto em alianças público-privadas em relações de interdependência. A manutenção de um corpo de gestão político por exemplo, se dá pela contrapartida de favorecimentos velados a determinados grupos que apresentam relevância econômica, responsável pelos processos de financiamentos (i)lícitos. O capital imobiliário encontra no Estado um suporte importantíssimo na estabilização de seus interesses e ações, como o respaldo comercial e/ou construtivo de loteamentos e unidades habitacionais.

De fato, o que ocorre neste processo é uma subversão da função do Estado, se as suas ações se fundamentam em minimizar os efeitos da segregação, construindo mais habitação social e tendo certo nível de controle sobre os preços dos aluguéis. Age por meio do planejamento e legislação urbanística, ou mesmo na concessão de infraestrutura urbana básica, garantindo proveitos àqueles já privilegiados. Dessa maneira “a atuação do Estado se faz, fundamentalmente e em última análise, visando criar condições de realização e reprodução da sociedade capitalista” (CORRÊA, 1995, p. 26).

⁴³ É rentável se são superocupadas por várias famílias ou por várias pessoas solteiras que alugam um imóvel ou um cômodo; (b) é rentável se a qualidade da construção for péssima, com o seu custo reduzido ao mínimo, conforme Engels descreve para a Inglaterra em relação ao século XIX; e (c) é rentável quando verifi ca-se enorme escassez de habitações, elevando os processos a níveis insuportáveis (CORRÊA, 1995, p. 21-22)

Dessa forma, o Estado além de promover o fenômeno da segregação – pode ratificá-la, a participação regulamentária do uso do solo, promoção de serviços urbanos, impostos fundiários e imobiliários e principalmente, “através da alocação espacialmente diferenciada dos equipamentos de consumo coletivo, o Estado também interfere na segregação residencial” (CORRÊA, 1995, p. 26).

Dentre as ações que o Estado realiza e que pode reafirmar o processo de segregação, Gonçalves (2012, p. 68) relaciona,

Na alocação diferenciada dos meios de consumo coletivos e na infraestrutura urbana ou por meio de grandes obras de renovação urbana que tendem a valorizar determinadas áreas do espaço urbano. Há também por meio da provisão de habitação para as camadas mais pobres nas periferias como benefício indireto aos promotores imobiliários e de certa maneira, permeadas pelo clientelismo político através de práticas ideológicas.

Tanto a oferta quanto a qualidade dos equipamentos públicos e infraestrutura urbana são de competência do Estado, e cabe a este promover a igualdade em termos de acesso por parte da população, independentemente dos níveis econômico, político e social. Todavia, quando se discute segregação, entende-se que, a classe dominante atua sobre o poder público, “no sentido de manter a dominação e assegurar a qualidade de vida do ‘seu’ espaço urbano” (VILLAÇA, 2011, p. 74).

Neste trajeto, Singer (1982, p. 35) entende a distribuição dos serviços urbanos direcionados a uma parcela específica da sociedade, e alerta, “quanto menor a renda da população, tanto mais escassos são os referidos serviços. Isto poderia despertar a suspeita de que o Estado agrava sistematicamente os desníveis econômicos e sociais, ao dotar somente as parcelas da população que já são privilegiadas de serviços urbanos, dos quais as parcelas mais pobres possivelmente carecem mais”.

É indubitável que os problemas das camadas mais pobres da população são diferentes daquelas melhores posicionadas, assim como a capacidade de pressão pública, sendo os primeiros mais dependentes dos intervencionismos do poder público. Sem a segregação, seria mais complexo à população mais abastada solicitar a resolução de problemas específicos, como: segurança e infraestrutura.

Com suficiente influência de Christian Topalov, e ainda correlacionando segregação socioespacial de alguns grupos e a limitação de acesso aos equipamentos e serviços coletivos, Maria Helena Rauta Ramos (2002), traz importantes contribuições. A

autora assinala que esse processo de exclusão social é resultado das relações capitalistas, em que os possuidores dos meios de produção se apropriam do valor agregado pelo trabalho do outro.

Tal conjuntura ocorre em virtude da hierarquização das categorias sociais, e refletem possibilidades de acessos diferenciados aos dispositivos públicos e privados. A autora também aborda que a qualidade de tais equipamentos é complacente com a área em que estão localizados, sendo “as estruturas desses equipamentos, por sua vez, são mais bem aquinhoadas quando situadas em áreas onde habitam as frações mais “bem posicionadas” nas relações sociais de produção” (IBIDEM, p. 139).

A progressiva alteração dessa hierarquização das estruturas de equipamentos e serviços coletivos e da distribuição dos grupos sociais ou das “categorias sociais”, resultante da reversão da direção social das políticas urbanas, pode ser o principal objetivo da estratégia de intervenção popular e de controle social, como por exemplo, os conselhos locais. E dessa forma, por meio da competência cívica contribuir de maneira participativa com as intervenções das instituições políticas, iluminando-as com o seu requisito supremo, a democratização.

Com o exposto neste capítulo teórico, foi possível perceber a importância da Escola de Chicago em sua precursão teórico-metodológica em estudos que envolvem a formação diferencial do espaço e a segregação. Tais produções pautaram grande parte dos escritos (neo)marxistas que também atribuíram à análise aspectos qualitativos e da própria dinâmica do capital. As obras acessadas sinalizaram os agentes espaciais urbanos que “empreendem” as maiores intervenções nas cidades, como o Estado, nos permitindo nos capítulos posteriores vincular atenção específica a estes agentes.

A segregação deve ser entendida além dos valores socioeconômicos, existem inúmeros valores de ordem simbólica e subjetiva que permeiam este fenômeno. O seu estudo não deve em nenhum momento esquecer da dimensão histórica que molda este processo. Nessa linha, o capítulo seguinte visa articular os aspectos supracitados que convergiram à promoção de um espaço com formação de periferias e segregado no ambiente urbano de Viçosa/MG.

CAPÍTULO 2. O DESENVOLVIMENTO DESIGUAL DA CIDADE DE VIÇOSA, E O BAIRRO NOVA VIÇOSA

"Quando estou na cidade tenho a impressão que estou na sala de visita com seus lustres de cristais, seus tapetes de viludo, almofadas de sitim. E quando estou na favela tenho a impressão que sou um objeto fora de uso, digno de estar num quarto de despejo."

(Carolina Maria de Jesus)

A condição de exclusão social e pobreza é historicamente marcante nos conjuntos urbanos no Brasil. Sabe-se que a retração deste cenário de desigualdade, impactaria positivamente em diversos níveis sociais, dentre eles: o crescimento urbano ordenado, o capital humano⁴⁴ e desenvolvimento tecnológico – uma das bases do sistema produtivo, além de fortalecer a sociabilidade, governabilidade, coesão social, dentre inúmeros outros.

A precisão conceitual do termo “exclusão social” que caracteriza o processo de segregação, ainda necessita de algumas aproximações. Com um viés genuinamente econômico, é encontrada muitas vezes apenas como expressão da pobreza dentro de uma conjuntura estrutural, negligenciando seu aspecto central, a injustiça social. Essa subversão ideológica faz Sawaia (1999), expor a seguinte construção,

a exclusão é processo complexo e multifacetado, uma configuração de dimensões materiais, políticas, relacionais e subjetivas. É processo sutil e dialético, pois só existe em relação à inclusão como parte constitutiva dela. Não é uma coisa ou um estado, é processo que envolve o homem por inteiro e suas relações com os outros. (p. 09).

A pobreza indica uma condição de precariedade social que acarreta situações de exclusão. Dessa forma, a pobreza não é resultado único da ausência de renda, mas ainda, e por consequência, da insuficiência no acesso aos serviços públicos básicos. Com o passar do tempo, amiúde, a exclusão tende a naturalizar-se, em que mesmo aqueles excluídos às benéficas socioespaciais aceitam essa condição com extrema passividade, inertes pela própria incapacidade de contrariar essa lógica segregacionista.

Defronte muitas vezes do não exercício da cidadania por parte de grupos excluídos, como forma de compreender os seus direitos e deveres, as ações do poder público são reconhecidas como favores, assim afirma Vera Telles apud Wanderley (1999,

⁴⁴ Admitido neste texto tendo base na visão de Coleman (1966), quando o julga pelos anos de escolaridade dos responsáveis em um ambiente familiar.

p. 24)⁴⁵, “a estigmatização da pobreza funciona através da lógica que faz os direitos serem transformados em ajuda, em favores”. E assim, o reforço da exclusão é dado por meio de práticas clientelistas – algo presente nas raízes das políticas brasileiras. Verificaremos essa “lógica” sendo (re)produzida no espaço urbano de Viçosa/MG, e principalmente no bairro Nova Viçosa/MG.

2.1 As transformações socioespaciais no Brasil e os aspectos de desigualdade

A história colonial Brasileira guarda as raízes da nossa urbanização. Os primeiros núcleos urbanos surgiram no século XVI ao longo do litoral nordestino em virtude da produção açucareira.

No campo existia a predominância de atividades agrário-exportadoras, com a presença de latifúndios, contrastando com um grande número de trabalhadores rurais divididos em pequenos produtores, assalariados ou meeiros⁴⁶.

Os séculos seguintes – XVII e XVIII, fizeram com que emergissem centros urbanos no interior do país, já o final do século XIX foi importante na consolidação do processo de urbanização, impulsionada por diversos fatores, dentre os que se destacam, a libertação dos escravos (1888), a Proclamação da República (1889) e o leve crescimento da indústria, que se apoiava nas bases relacionadas à cafeicultura e necessidades mais primordiais do mercado interno. (MARICATO, 2001).

A população urbana até o século XX, formava-se a partir de uma pequena burguesia composta por profissionais liberais – em geral com algum elo familiar com grandes proprietários rurais, comerciantes e pequenos industriais, muitos destes imigrantes bem sucedidos. Em oposição ao enorme contingente de trabalhadores, possuidores apenas de sua força de trabalho, imersos na informalidade e precárias condições de trabalho. Ou seja, desde o início de sua constituição, diferentes setores da sociedade brasileira já avistavam processos de divisão e diferenciação.

À época, se pensava que para atingir um novo perfil de sociedade, era necessário a produção do espaço urbano condizente com estes novos padrões. O processo de modernização, no final do século XIX e início do XX, vinha com o propósito de

⁴⁵ WANDERLEY, M. B. Refletindo sobre a noção de exclusão. In: SAWAIA, B. As artimanhas da exclusão. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999. p.16-25.

⁴⁶ Nesse período se destacam a criação da Lei de Terras (1850), restringindo o acesso aos grupos de renda mais baixa da população. As elites também foram privilegiadas com a emergência do “trabalho livre” em (1988), possibilitando e mantendo a mão de obra a custos irrisórios ou semi escravo.

interromper o antigo modelo colonial das cidades⁴⁷, e admitir planos e obras de “melhoramentos” e embelezamento, junto ao “ocultamento da pobreza”, algo que efetivamente excluía boa parte da camada com menores recursos, além de priorizar espacialmente os desígnios do capital. (SANTOS; SILVEIRA, 2007). O Rio de Janeiro foi uma das capitais em que esse procedimento mais se revelou, e era assim tratado por Benchimol (1992, p. 228) apud Villaça (2004, p. 193),

o termo “embelezar” tem enorme ressonância no discurso propagandístico da época. Designa, mais do que a imposição de novos valores estéticos, a criação de uma nova fisionomia arquitetônica para a cidade. Encobre, por assim dizer, múltiplas “estratégias”. A erradicação da população trabalhadora que residia na área central; [...] a mudança de função do centro, atendendo — num plano mais imediato — aos interesses especulativos que cobiçavam essa área altamente valorizada e — num plano mais geral — às exigências da acumulação e circulação do capital comercial e financeiro; razões ideológicas ligadas ao “desfrute” das camadas privilegiadas [...]

A urbanização brasileira torna-se efetiva de fato no século XX, entretanto, mesmo com as implementações do capital e do poder público em nome do “fetiche modernista”, as cidades ainda mantinham severas características do período colonial, frisadas pela centralização na posse da terra, renda e poder. O coronelismo e a aplicação arbitrária da lei eram recorrentes.

Após as três primeiras décadas do século XX no Brasil, verificou-se o aumento expressivo do processo de industrialização, em especial pela crise econômica mundial, adicionado pela imposição da Revolução Política por parte de Getúlio Vargas. Criaram-se vagas formais de emprego no setor urbano-industrial, de comércio e serviços, significando, um contexto atrativo a boa parte da população. Soma-se, enquanto mecanismo de repulsão, a modernização da agricultura, que por meio da mecanização e agroquímicos, liberou boa parte da mão-de obra.

Dessa maneira, em 1980, se formava a sociedade urbana brasileira, em substituição à sociedade agrária tradicional. Tais processos significaram às relações capitalistas de reprodução das forças de trabalho, uma alteração bastante sensível, colaborando fundamentalmente no processo de crescimento urbano desigual e segregado.

⁴⁷ Assim como exposto em Negri (2008, p.145), “começou a predominar a idéia [sic] nos grandes centros urbanos de que o Brasil não poderia ter cidades que refletissem o atraso econômico e tecnológico do país, mas sim, fazer frente às cidades mais desenvolvidas da Europa”.

No final do século XX, a urbanização brasileira apresenta um crescente aumento populacional até então não presenciado, em especial pelo processo de migração campo-cidade, crescimento das taxas de natalidade, decréscimo da mortalidade, progressos sanitários, entre outros.

Neste sentido, Milton Santos (2005, p. 31), realiza um comparativo a respeito desta evolução populacional nas cidades brasileiras entre os anos de 1940 e 1980, e nos situa, “há meio século atrás (1940), a taxa de urbanização era de (26,35%), em 1980 alcança (68,86%)⁴⁸. Nesses quarenta anos, triplica a população total do Brasil, ao passo que a população urbana se multiplica por sete vezes e meia”. Adjunto a este transcurso assistiu-se um total despreparo social, espacial, e político, capaz de promover o efetivo exercício da cidadania por toda a população urbana, (re)imprimindo ao espaço urbano fortes contornos de desigualdade.

A rítmica organizacional desigual do espaço urbano brasileiro se revelou ao longo do tempo bastante influenciada por diversos fatores, dentre os quais podemos citar: o progresso tecnológico no setor de transporte e comunicação; disponibilização por parte do Estado a terras longínquas e baratas; ausências de políticas habitacionais, pressionando parte da população urbana a se descentralizar e se acomodar nos moldes centro x periferia, esperando, obviamente, o poder público no provimento de infraestrutura básica nessas regiões que acabavam de se constituir. Entretanto, essas ações muitas vezes não se pautaram em atendimento às necessidades básicas da população, mas sim, em subsídio ao capital.

A intervenção estatal nas áreas urbanas se faz presente sob o comando da variável setorial — transporte, habitação, comunicação — apenas para dotar os centros urbanos das economias externas de que o capital necessita. O atendimento das necessidades de consumo coletivo nos centros urbanos não é considerado prioritário, mas sim um elenco de ações que busca viabilizar a industrialização. (PIQUET, 2007, p. 51)⁴⁹

Como já anunciado neste texto por meio das ideias de O'Neill (1986) e Gist e Fava (1968), a divisão do espaço urbano cria processos de auto-segregação ou segregação voluntária pelas distintas classes, verificada no Brasil, especialmente após 1980 e no avanço do século XXI, que se caracterizou pela maior aproximação física entre as classes sociais. Tal contexto foi motivado principalmente pela possibilidade de dispersão espacial nas cidades, quando as populações de maior poder aquisitivo buscam por melhores

⁴⁸ SANTOS, M. Da totalidade ao lugar. São Paulo: EDUSP, 2005.

⁴⁹ PIQUET, R. Petróleo e região no Brasil: o desafio da abundância. PIQUET, R.; SERRA, R. (Orgs.). Rio de Janeiro: Garamond, 2007.

localidades, em alguns casos mais distantes. Ou mesmo o direcionamento das famílias mais empobrecidas em áreas centrais das grandes cidades, muitas vezes por meio de um processo de ocupação formando cortiços e favelas. Cabe a importante ressalva que a proximidade espacial não é sinônimo de proximidade social.

Como já foi dito, o Estado atua sob práticas espaciais seletivas, privilegiando prioritariamente os espaços utilizados pelas camadas com maiores recursos financeiros de forma a sacrificar parcelas de menor influência, restando apenas a organização coletiva como forma de pressão no sentido de rever de uma forma mais equilibrada os exercícios do poder público.

O crescimento urbano-industrial no Brasil seguiu as normas de uma modernização tardia e conservadora, permitindo a formação de grandes conglomerados, sob o aval do Estado. Estes grupos possuidores do poder econômico nas cidades – seja qual for a escala – promoveram os seus interesses espoliando grande parte da população que necessitava da maior e melhor distribuição dos recursos.

Um dos efeitos claros da segregação são as condições heterogêneas e negativas de acesso à política de infraestrutura urbana – esgoto, energia elétrica, coleta de lixo, entre outros serviços, por parte da população de menor poder aquisitivo. Em muitos casos essa condição limitante de acesso a tais políticas, foi tradicional e erroneamente associada em produções teóricas nacionais à própria noção de segregação, em que “os lugares mais segregados do município seriam marcados por falta de acesso à rede de água, esgoto, iluminação, além de falta de transporte e outros equipamentos” (VETTER e MASSENA, 1981).

O acesso a infraestrutura urbana adquire especial pertinência nos estudos de segregação, pois se configuram enquanto cristalizações de agentes públicos e privados nas cidades, responsáveis por (trans)formar os diferentes espaços urbanos, tal como afirma Préteceille referindo-se ao caso da metrópole parisiense,

[...] a qualidade dos espaços residenciais não é [apenas] o resultado da distância em relação ao centro ou da evolução histórica da cidade, mas é também o efeito das políticas públicas, que podem transformar esta qualidade através da criação de infraestruturas de equipamentos e serviços (PRETECEILLE, 2004, p. 10).

Ou ainda Vetter e Massena no cenário Brasileiro,

Em resumo, as ações do Estado em um dado período acabam tendo impactos sobre a segregação residencial, que por sua vez tem implicações importantes na futura distribuição dos benefícios líquidos dos investimentos do Estado” (VETTER; MASSENA, 1981, p. 53).

Essas análises indicam que a desigualdade urbana atinge a maneira como os indivíduos tem acesso à própria cidade. Discutem que os indivíduos mesmo em condições sociais semelhantes porém localizados em regiões distintas da cidade, fazem uso de maneira diferenciada aos serviços urbanos, e mesmo ao mercado de trabalho, imobiliário, cultural, entre outros. (PRETECEILLE, 2004)

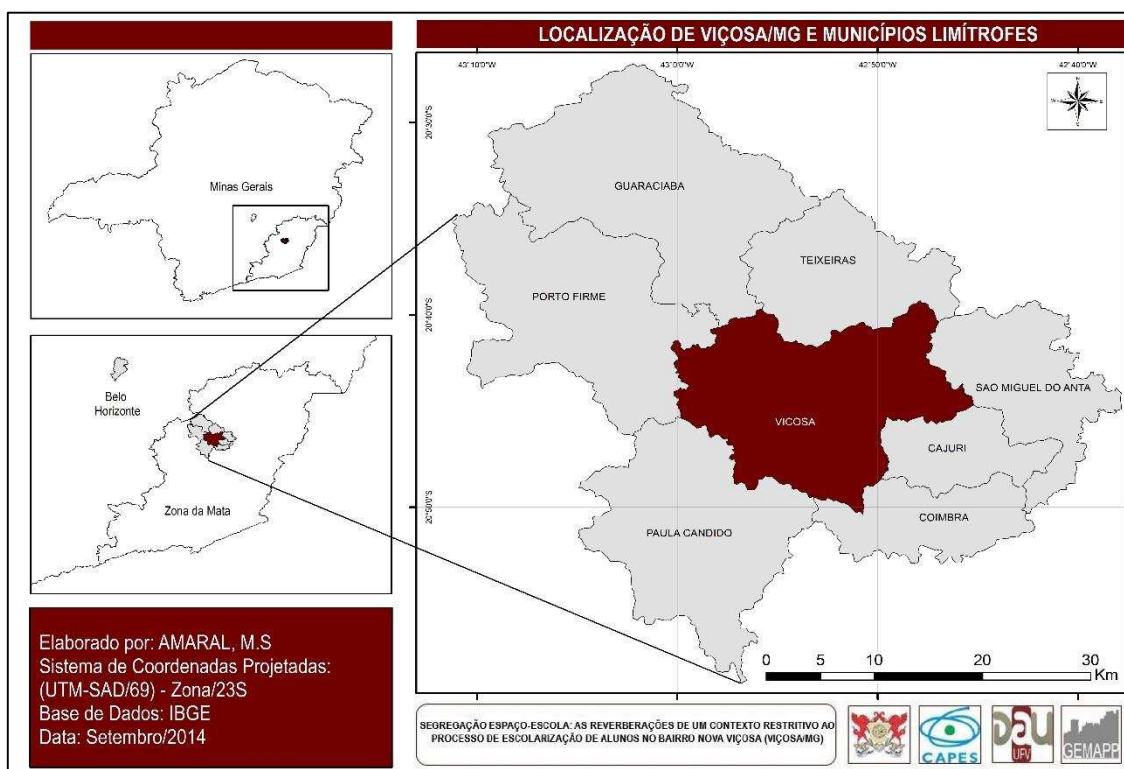
No âmbito e nas pretensões desse trabalho, não dispomos de elementos suficientes para testar em profundidade qualitativa e quantitativa os condicionantes que imprimem restrições no acesso aos benefícios urbanos por parte de comunidades segregadas. Neste sentido, seria necessária a imersão nesses espaços, com a proposta de avaliar os diversos capitais, estratégias e mobilização de recursos por parte dessa população no intuito de suprimir tais limitações espaciais, próximos ao labor antropológico. Contudo, visamos um tratamento específico dos fatores educacionais aliados à renda que preponderam no acesso às instituições de ensino.

Assim, especificamente no capítulo 4, serão apresentados em linhas gerais alguns elementos específicos impactantes aos níveis de acesso aos serviços urbanos básicos entre as regiões de planejamento. Nesse ponto, a falta ou limitação de infraestrutura urbana não será considerada um sinônimo de segregação, mas sim, uma de suas derivações. A seguir, veremos como esses aspectos, de atuação do capital, Estado e grupos excluídos, participaram da composição díspar do espaço urbano de Viçosa/MG.

2.2 Caracterizações gerais da área de estudo

Histórica e nacionalmente reconhecida como “cidade educadora” em virtude da instituição de excelência – a Universidade Federal de Viçosa, e demais instituições de ensino superior além do número significativo de cursos preparatórios, Viçosa/MG localiza-se a Noroeste da Zona da Mata, e possui quatro distritos: Cachoeira de Santa Cruz, São José do Triunfo, Silvestre e Sede.

O município ocupa uma área de 300,15 km² e uma média altimétrica de 649m. As coordenadas geográficas de localização se enquadram no paralelo de (20° 45' 14" latitude Sul Eq.) e o meridiano (42° 52' 54" longitude Oeste Gr.). Limita-se a norte com os municípios de Teixeiras e Guaraciaba; ao sul com Paula Cândido e Coimbra; a leste com Cajuri e São Miguel do Anta; e a oeste com Porto Firme (Figura 4). Distancia-se aproximadamente a 221 km da capital Belo Horizonte pelo sistema rodoviário.

Figura 4: Localização de Viçosa e Municípios Limítrofes

O município de Viçosa/MG figura atualmente na quarta posição no ranking populacional da Zona da Mata⁵⁰, por sua expressão, tem seu nome atribuído a uma das suas sete microrregiões⁵¹. O censo demográfico do IBGE (2010) em números estimados mostra um crescimento na densidade demográfica do município de 61,08 hab./km² em 1950, para 255,9 hab./km² em 2014. Um crescimento de mais de quatro vezes em um período de 64 anos⁵² (Tabela 2).

A década de 1970 marca uma inversão no perfil populacional do município, em que passou a ser predominantemente urbano. Isso se deve especialmente aos processos de migrações – o êxodo rural, quando após a década de 1990, nove a cada dez Viçosenses habitavam a zona urbana.

⁵⁰ A Zona da Mata de Minas Gerais é uma das 12 mesorregiões do estado, formada por 142 municípios agrupados em sete microrregiões, conta atualmente com uma população de 2.017.728 habitantes (IBGE, 2000).

⁵¹ Pertencente à mesorregião Zona da Mata, sua população foi estimada no ano de 2006 pelo IBGE em 227.203 habitantes e está dividida em vinte municípios, Alto Rio Doce, Amparo do Serra, Araponga, Brás Pires, Cajuri, Canaã, Cipotânea, Coimbra, Ervália, Lamim, Paula Cândido, Pedra do Anta, Piranga, Porto Firme, Presidente Bernardes, Rio Espera, São Miguel do Anta, Senhora Oliveira, Teixeira e Viçosa.

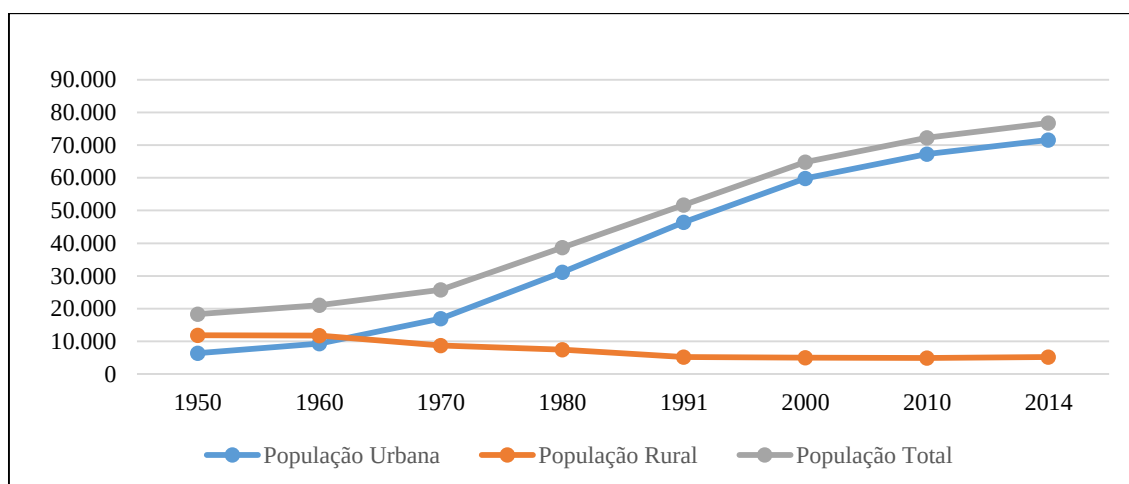
⁵² Disponível em: < <http://censo2010.ibge.gov.br/resultados>>. Data de acesso: 22/06/2014.

Tabela 2: Evolução da População Urbana e Rural de Viçosa – Período de 1950 a 2014*

ANOS	POPULAÇÃO				TOTAL
	URBANA		RURAL		
	ABSOLUTO	%	ABSOLUTO	%	
1950	6.424	35	11.901	65	18.325
1960	9.342	44,3	11.778	55,7	21.120
1970	17.000	65,9	8.784	34,1	25.784
1980	31.179	80,6	7.507	19,4	38.686
1991	46.456	89,9	5.202	10,1	51.658
2000	59.792	92,2	5.062	7,8	64.854
2010	67.305	93,2	4.915	6,8	72.220
2014*	71.526	93,2	5.218	6,8	76.745

Fonte: IBGE – Censo Demográfico do IBGE - (*) Valor estimado de acordo com o proposto pelo IBGE para 2014, e a mesma distribuição rural e urbana observada pelo Censo 2010.

Para o ano de 2010, o município contava com uma taxa de urbanização de (93,2%), quase nove pontos percentuais superior à média nacional, que se enquadrava em (84,3%). Para esse mesmo ano, a população se constituía em 72.220 pessoas das quais 67.305 residiam no perímetro urbano, em 2014 a estimativa passou a compor 76.745 habitantes (IBGE - 2010).

Figura 5: Evolução da População Urbana e Rural de Viçosa – Período de 1950 a 2014*

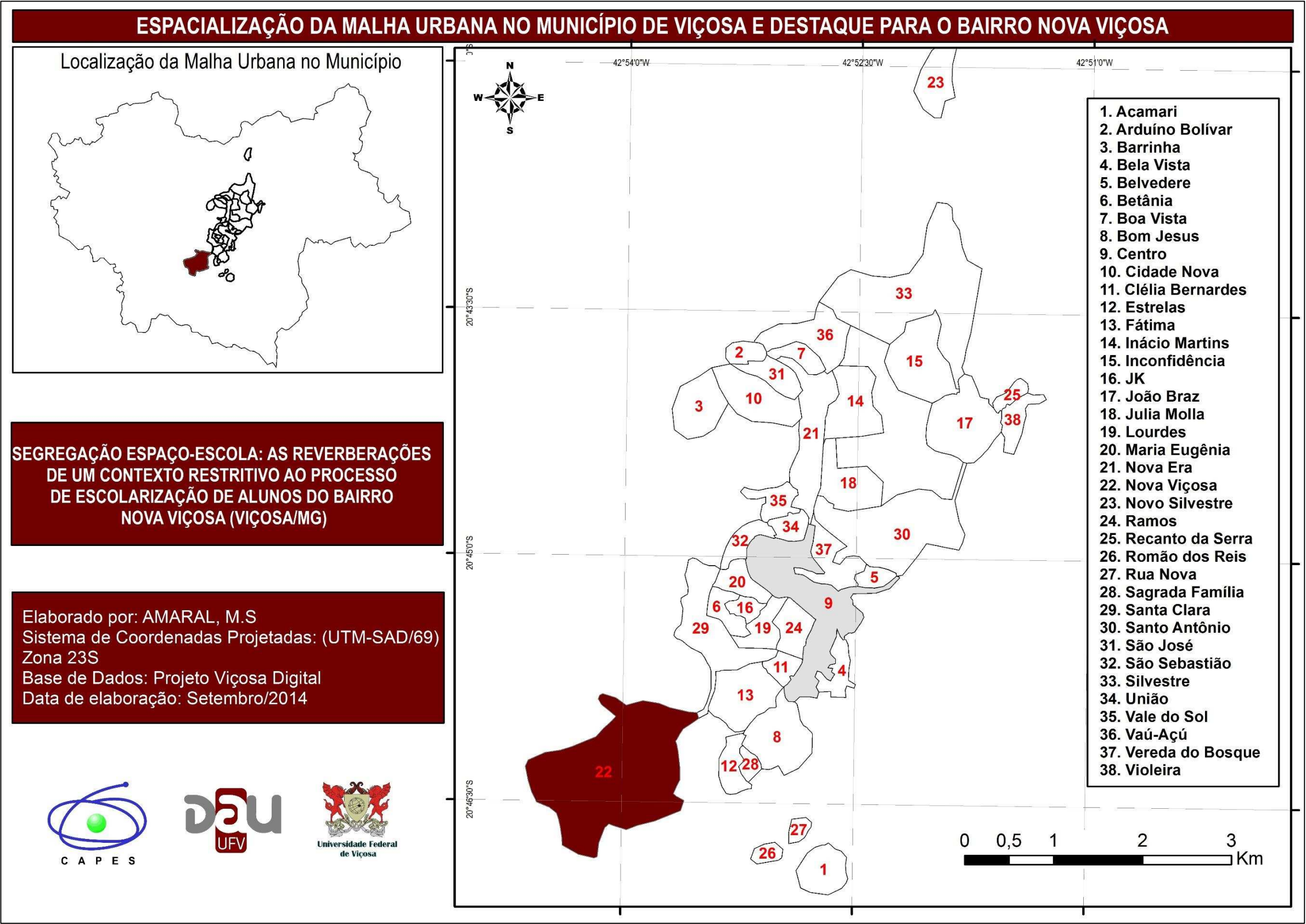
Fonte: IBGE – Censo Demográfico do IBGE - (*) Valor estimado de acordo com o proposto pelo IBGE para 2014, e a mesma distribuição rural e urbana observada pelo Censo 2010.

Esta progressão vem se presenciando desde os anos de 1950 (Figura 5), trazendo graves consequências urbanas à cidade, típico de processos intensivos de urbanização, em que derivam-se: aumento da violência; acentuados processos de verticalização; construções e parcelamentos de solos clandestinos e ilegais, e principalmente, formação

de periferias ou áreas segregadas, rarefeitas em termos de disponibilidade de equipamentos públicos.

Com base nos dados cadastrais da prefeitura, os bairros alfabeticamente organizados estão dispostos a seguir: Acamari, Arduíno Bolívar, Barrinha, Bela Vista, Belvedere, Betânia, Boa Vista, Bom Jesus, Centro, Cidade Nova, Clélia Bernardes, Conceição, Condomínio Residencial Octávio Pacheco, Criciúma, Estrelas, Fátima, Fuad Chequer, Inácio Martins, Inconfidência, J.K., Jardins do Vale, João Braz da Costa Val, João Mariano, Júlia Molá, Liberdade I, Liberdade II, Jardim Europa, Lourdes, Maria Eugênia, Monte Verde, Morada do Sol, Morada do Sol II, Nova Era, Nova Viçosa, Novo Silvestre, Parque do Ipê, Prefeito Moacir Andrade, Quintas Guimarães Ferreira, Ramos, Recanto da Serra, Residencial Silvestre, Romão dos reis, Rua Nova, Sagrada Família, Sagrados Corações, Santa Clara, Santo Antônio, São José, São Sebastião, Serra Verde, São Francisco de Assis, União, Vale do Sol, Vale Verde, Vau Açu, Vereda do Bosque, Vila Alves, Violeira. (Figura 6)

Figura 6: Espacialização da malha urbana no município de Viçosa e destaque para o bairro Nova Viçosa



2.3 Os primórdios da ocupação e os indutores do desenvolvimento urbano: ambiência positiva ao processo de segregação socioespacial

É importante a concepção de que a segregação é um processo, não ocorre apenas na contemporaneidade, esta sim pode intensificá-la, haja vista a grande abrangência do panorama de desigualdade presente na atual sociedade. Porém, a este exame, é inevitável o entendimento dos fatores históricos que contribuíram a tal desígnio no espaço urbano, pactuando com um dos aspectos primordiais, que é “[...]historicizar a segregação. A falta de inserção histórica é uma das responsáveis por várias limitações nas análises atuais sobre segregação” (VILLAÇA, 2011, p. 45). Dessa forma, elencamos em um percurso histórico, as intervenções que significaram maior impacto à constituição do espaço desigual e segregado na cidade de Viçosa/MG.

O município tem suas origens remontadas ao final do século XVIII, em virtude da queda no ciclo aurífero em Ouro Preto e Mariana. Parte da população oriunda dessa região vinha em busca de terra fértil para agricultura e pecuária, tanto para o consumo local, quanto para abastecer essas áreas que mesmo declinando em sua atividade principal, ainda apresentavam significativa demanda (PANIAGO, 1990).

De acordo com Ribeiro Filho (1997), graças ao intenso processo migratório, expansão do comércio e do número de residências, o povoado que futuramente viria a se chamar Viçosa, foi primeiramente denominado freguesia de Santa Rita do Turvo, a partir do decreto do mês de Julho de 1832. Em Setembro de 1871, com a dissociação dos municípios de Ubá, Ponte Nova e Mariana, houve a elevação da Freguesia de Santa Rita do Turvo à categoria de Vila pela Lei nº 1817. E por meio da lei provincial nº 2.216 de 3 de Junho de 1876, Viçosa de Santa Rita foi promovida à categoria de cidade. Quatorze anos depois, em 10/11/1890, foi criada a comarca de Viçosa pelo Decreto Estadual nº 230, de 10 de novembro de 1890.

Os fixos religiosos foram essencialmente importantes ao desenvolvimento dos primeiros povoados na região da Zona da Mata nos séculos XVIII e XIX, em Viçosa/MG não foi diferente, com o traçado urbano originado do tipo castrum⁵³. Em oito de março

⁵³ Esse modelo denominado castrum teve origem nos acampamentos militares romanos, assemelhava-se a tabuleiros de xadrez, admitia o mínimo de organização. Ao caso em estudo, veio em substituição ao strassendorf, modelo mais linearizado fruto da ocupação ao longo de trilhas deixadas por tropeiros (VALVERDE, 1958, p.60).

de 1800, ergue-se próximo ao ribeirão São Bartolomeu, atual Rua dos Passos, a primeira capela devotada de Santa Rita sob a responsabilidade do Padre Francisco José da Silva (RIBEIRO FILHO, 1997).

Visando uma topografia mais plana, apta ao desenvolvimento das atividades religiosas bem como movimentar a economia local nas constantes festividades, em 1813 o núcleo urbano passa por um processo de (des)centralização, a partir da transferência das atividades religiosas para a ermida próximo à praça Silviano Brandão em um lote que teria sido doado pelo Padre Manoel Inácio de Castro, posteriormente ao seu lado foi edificada a matriz Santa Rita de Cássia (Figura 7). A área livre do entorno poderia ser cedida àqueles que quisessem morar ou trabalhar no povoado, mediante pagamento de taxa anual (MELLO, 2002).

Ribeiro Filho (1997) discorre que o período entre 1813 a 1898 foi marcado pela baixa produção documental que esclareça os delineamentos do processo de formação do núcleo urbano de Viçosa, destaque apenas aos registros fotográficos. Porém, pode-se deduzir diante do valor que a vida religiosa significava à época, que morar próximo à igreja era sinônimo de status social, aliado a uma compensação econômica para tanto. Entende-se que a procura por essa localização foi bastante elevada e não menos seletiva financeiramente.

Figura 7: Igreja Matriz Santa Rita de Cássia e da Praça Silviano Brandão em 1955



Fonte: Arquivo Público Mineiro

A partir do ano de 1819, as terras da igreja – localizadas cerca de quinhentos metros do largo da ermida, foram parceladas e vendidas para famílias de outras cidades, significando um ligeiro crescimento para além do seu núcleo central, especialmente no entorno de três patrimônios religiosos, a capela do Senhor dos Passos (atual praça Senhor dos Passos), a Matriz Santa Rita de Cássia (atual praça Silviano Brandão), e a antiga Igreja do Rosário (atual praça do Rosário) futuramente demolida e abrigando hoje a Prefeitura Municipal de Viçosa - PMV). O cadastramento fundiário na freguesia tem início em 1854, influenciado diretamente pela Lei de Terras de 1850, escritos no Livro de Registro de Terras ou o Registro Paroquial de Santa Rita do Turvo. (RIBEIRO, 1997)

A Estrada de Ferro Leopoldina – EFL significou um efeito dinamizador à expansão da malha urbana da cidade, construção intencionada aos fins de escoamento de café do interior do Estado, e iniciada em 1872, suas linhas chegam a Viçosa no ano de 1884. Imersa a dificuldades financeiras e com dívidas renegociadas com os Estados em que abarcava, transformou-se em sociedade autônoma, sediada em Londres passa a se chamar Leopoldina Railway Company Limited.

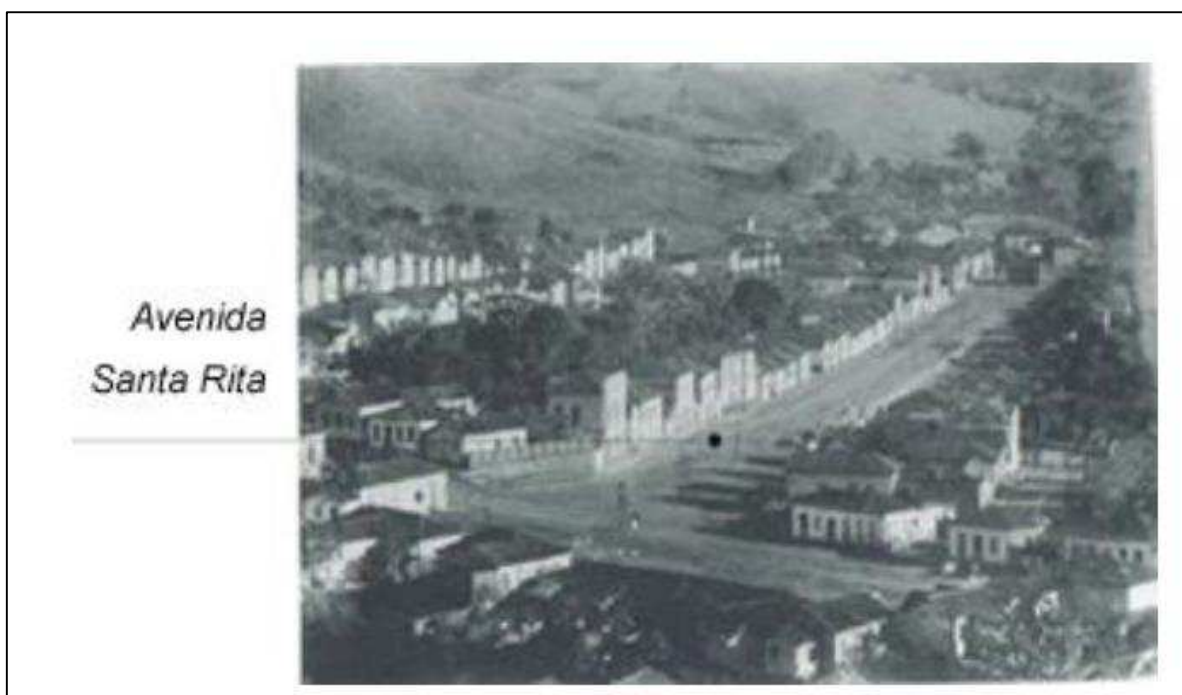
Com vistas às permissividades de transporte da produção com a linha férrea, e acúmulo de capital em virtude da produção de café, o setor secundário e terciário começam a se desenvolver na cidade, perto dos anos de 1889, Viçosa reunia duas fábricas do ramo da tecelagem, a Santa Maria, atualmente abrigando o Colégio Carmo, e a Fábrica de Tecido São Sylvestre, de propriedade do então senador Vaz de Melo, e distante cerca de cinco quilômetros da sede municipal.

A urbanização no século XX em diversas cidades brasileiras, e não distinto a Viçosa/MG, seguiu duas premissas básicas. Primeiramente a sequência de políticas para a provisão de infraestrutura e comodidades, concentrou o poder e os serviços essencialmente necessários à sociedade em benefício a grupos privilegiados.

O segundo elemento faz referência à valorização da política higienista da época, que entendia a população como um “corpo social premente por cuidados”, atuando em grande medida de forma autocrática “via expulsão dos pobres residentes em cortiços junto ao centro da cidade, redireciona a segregação residencial e viabiliza o capital imobiliário que tem oportunidade de realizar bons negócios em áreas onde o preço da terra é, pela proximidade do centro, bastante elevado: é a renovação urbana”. CORRÊA (1995, p. 28).

As políticas urbanísticas⁵⁴ no final do século XIX com intuito de modernizar a cidade, foram bastante pontuais, como foi o caso da Av. Santa Rita (Figura 8), construída em 1900, assim denominada em homenagem à padroeira da cidade, tinha o papel de interligar a rua do Cruzeiro à estrada para a fazenda Conceição, inspirada nos bulevares franceses com largas calçadas centrais e laterais. Por meio da resolução nº 264 de 22 de setembro de 1908, a área restante lindeira que limitava a avenida, foi parcelada e distribuída a particulares de forma gratuita àqueles articulados politicamente, entretanto, ao beneficiado cabia a função de iniciar a construção do seu imóvel em um prazo de três meses. Assim, excluía-se grande parcela da população descapitalizada, bem como aqueles divergentes politicamente (RIBEIRO FILHO, 1997).

Figura 8: Avenida Santa Rita – 1950



Fonte: Mello (2002)

Somente no ano de 1914, a estrada de ferro chega à porção central da cidade (Figura 9), conectando-a com diversas cidades até o Rio de Janeiro. Neste mesmo ano presencia-se a construção de uma estação entre o Largo da Matriz e o Largo do Rosário,

⁵⁴ Para Ribeiro Filho (1997, p. 102) “se inspiravam na tecnocracia e no racionalismo para ordenar social e politicamente a cidade através de intervenções físicas no espaço urbano. A cidade era o lugar por excelência que os segmentos sociais dominantes, associados ao Estado, encontravam para efetivarem um projeto político e social, caracterizado pelo estabelecimento de ‘novos mecanismos de representação e distinção social’”

algo que contribuiu enormemente à dinâmica de crescimento da cidade, permitindo também a integração do município ao contexto regional (MELLO, 2002).

A construção desse ramal da estrada de ferro, que tinha como função principal transportar a produção de café para os centros de exportação, propiciou a intensificação de novas funções, ou seja, transporte de passageiros e o intercâmbio econômico e cultural entre outros. (RIBEIRO FILHO E ARANTES, 1999, p. 11)

De modo a aproveitar o leito aberto para a acomodação da ferrovia, realizou-se em 1919 uma segunda intervenção urbanística por parte do poder público, a construção da Avenida Bueno Brandão, que privilegiou a camada de mais alta renda, constituída pela elite cafeeira, profissionais liberais e comerciantes. Para os padrões da época a avenida apresentava dimensões satisfatórias, mas o que de fato chamou a atenção foi o seu estilo, delimitada em um dos lados por uma longa balaustrada. Para Ribeiro Filho (1997, p. 111), esse desenho foi provavelmente copiado dos “bairros Glória e de São Cristóvão, no Rio de Janeiro, e da Praça da Estação, em Belo Horizonte, também construídas com pedras e encimadas por balaústres [...]”

Figura 9: Linha férrea no centro da cidade, próximo de onde viria se construir a estação – 1914

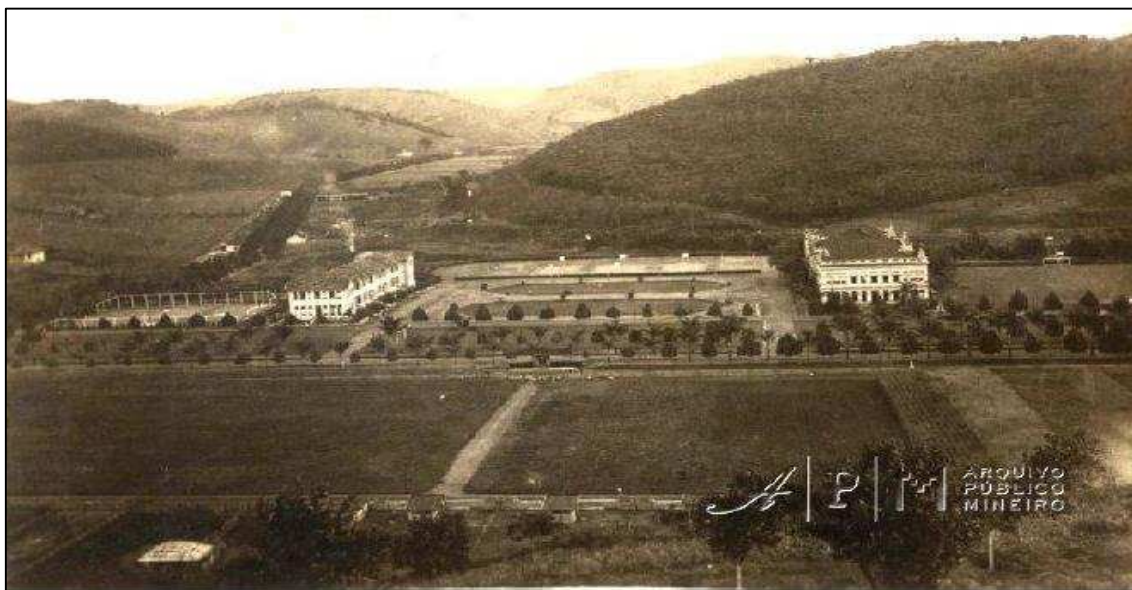


Fonte: Arquivo Público Mineiro - 2014

A Avenida Bueno Brandão constituída de padrão arquitetônico destoando do restante da cidade, semelhante aos padrões europeus, e posicionada em uma porção de maior privilégio no terreno em relação à praça da matriz, concentrando casarões, hotéis e casas comerciais formando um estilo arquitetônico bastante peculiar, privilegiou exclusivamente uma parte da população. Esse eixo de ligação mesmo com o propósito de unir diferentes espaços na cidade, não foi capaz em toda sua extensão de privilegiar distintas classes sociais.

Sabedor da importância dos fenômenos citados quanto à participação na organização do espaço urbano de Viçosa, constituindo-se bases ao processo de segregação, certamente nenhum destes foi tão ressaltante quanto a fundação da Escola Superior de Agricultura e Veterinária – ESAV (Figura 10). Entre os anos de 1918 a 1922, o ilustre Viçosense Arthur Bernardes⁵⁵ assumiria o cargo de Presidente do Estado de Minas Gerais, em seguida a Presidência da República, de forma a fortalecer política e economicamente Minas Gerais, frente o Estado de São Paulo foi então criada a escola⁵⁶. (GALVARRO et al., 2011).

Figura 10: Campus ESAV no ano de 1925



Fonte: Arquivo Público Mineiro – 2014

⁵⁵ Nascido em Viçosa, a oito de agosto de 1875, Arthur da Silva Bernardes iniciou sua carreira política como vereador e presidente da Câmara Municipal de Viçosa no ano de 1906. Foi deputado federal no período (1909-1910) e Secretário de Finanças de Minas Gerais em 1910. Foi eleito para um novo mandato de deputado federal (1915 a 1917). Tornou-se presidente do estado de Minas Gerais entre 1918 e 1922. Bernardes consagrou-se nas eleições presidenciais em 1 de março de 1922, obtendo 466.877 votos contra 317.714 votos dados a Nilo Peçanha. (Personagens e Pioneiros da UFV, acesso 08/2014)

⁵⁶ Com a intenção de reduzir o empirismo e instaurar novas tecnologias de produção na agricultura mineira, o então governador do estado Clodomiro Augusto de Oliveira assinou a lei nº 761 de 6 de setembro de 1920 criando a referida instituição. (LISBOA, 1935)

A escolha do terreno para a implantação da instituição, ao que se apresenta, ocorreu em virtudes de questões geomorfológicas, como é possível interpretar no trecho a seguir.

Pela importância do assumpto, merece ser divulgado o parecer do Exmo. Dr. Álvaro da Silveira, brasileiro de atitudes decisivas e incapaz de subscrever um documento, em desacordo com a sua consciência. Assim descrevia elle, em 24 de janeiro de 1921: Dos terrenos que visitei nas vizinhanças de Ubá, Rio Branco, Viçosa e Ponte Nova, prestam-se a meu ver, melhor os denominados 'Maria Luiza', situados em pequena distância de Viçosa. Há uma parte em vargem não inundável e não brejosa e outra parte em morros mais ou menos íngremes, mas que podem em alguns lugares ser arados. (LISBOA, 1935, p. 18-19)

Desde o início de sua criação até a emancipação, Viçosa/MG apresentava traços provincianos, predominantemente articulada com a produção agrícola e a inexistência de estabelecimentos técnicos e superiores de relevância. Existia dessa forma, uma certa despreocupação com os valores educacionais. Convém neste momento realçar que em tese não faz parte dos objetivos centrais a elevação do nível educativo da população, considerando-se que esta oferta não traz rendimentos político-eleitorais em um curto prazo.

A partir do início do século XX, essa condição começa a se modificar, por meio da institucionalização da sua primeira escola pública, o Grupo Escolar Coronel Antônio da Silva Bernardes (CASB) em 1922. Antes, a escolarização ocorria nas casas das próprias professoras que preparavam os alunos para a conclusão do ensino primário. Por influência do progresso da ESAV, é fundado o Colégio de Viçosa (1934), inicialmente localizado na Praça Silviano Brandão, e transferido em 1950 para a rua Gomes Barbosa. Direcionado ao público feminino e na busca pela consolidação de valores éticos, religiosos e morais, foi criado em 1946 o ginásio na escola normal, atual Colégio Nossa Senhora do Carmo, sob direção das irmãs Carmelitas da Divina Providência. A criação dessas instituições, em certa medida, manteve um papel segregacionista, tendo em vista que ambas foram destinadas a filhos de agricultores ou pessoas mais abastadas da cidade. (PANIAGO, 1990).

Desse período em diante, por meio da intensificação na construção de fixos escolares públicos e privados, Viçosa finalmente encontra sua vocação educacional que persiste até os dias atuais.

Com o espaço selecionado na porção leste da cidade, as obras da Escola Superior foram concluídas em 1925 e sua inauguração no dia 28 de agosto de 1926, e contou com a presença do então presidente Arthur Bernardes (RIBEIRO, 2006). A inserção da ESAV na cidade de Viçosa não acarretou de imediato grandes transformações à sua forma urbana, o que viria ocorrer com a expansão da instituição.

Após 1948, os cursos ofertados pela Escola foram ampliados, significando maior atratividade a estudantes e professores e necessitando de ampliação tanto em termos de recursos quanto em espaço físico. Destarte, a ESAV se tornaria em 13 de Novembro de 1948, Universidade Rural do Estado de Minas Gerais – UREMG, pela Lei Estadual nº 272, durante o governo de Milton Soares Campos. (GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS)

A UREMG se caracterizava por ações vanguardistas dentro do ensino superior, sendo uma das primeiras Universidades a oferecer os cursos de Engenharia Florestal e Economia Doméstica. Não menos importante foi a criação do Colégio Universitário (Coluni) resultado da decisão do conselho universitário e ratificado em Julho de 1965 pelo Decreto Estadual n. 8.484. (ROBERTO, 2011)

Após a sua expansão a UREMG é federalizada, por meio do decreto nº 64.825 em 1969, e torna-se Universidade Federal de Viçosa (UFV), com isso uma nova onda de mão de obra se direcionou à cidade em busca de vagas na construção civil e de serviços à instituição. Nesse período as áreas de maior atração comercial e imobiliária começam a se deslocar da praça Silviano Brandão e Av. Santa Rita em direção à Avenida P.H Rolfs, em virtude da sua proximidade com a UFV. A concentração na região central tornou-se ainda mais adensada, restando apenas localidades mais afastadas do eixo em questão (RIBEIRO FILHO 1997). O cenário da década de 70 era assim veiculado pelo principal jornal de Viçosa,

“[...] atraente pela fama de seus muitos estabelecimentos de ensino médio, pela sua universidade federal e pelo crescimento de sua indústria da construção civil, a cidade teve um aumento superior a 100% em sua população urbana, entre os anos 70 e 80” (JORNAL DE INTEGRAÇÃO, 1983, s/p)

Esse acréscimo populacional somado aos recursos recebidos e a ampliação da UFV, além da sua localização em uma das poucas áreas planas da cidade, funcionalizou-se como um impedimento às classes inferiores de adquirir propriedade em suas mediações, bem como um processo de gentrificação da área central da cidade, em virtude da elevação do preço do solo. Dessa maneira, o transcurso de formação de periferias se intensifica graças a uma necessidade social e pela (in)atividade das ações do poder público.

A multidão pobre sem um local de moradia na área central gerava desconfortos a parte da população⁵⁷ possuidora de poder econômico e político, não satisfeitos pressionavam a administração para que medidas legais fossem tomadas no intuito de homogeneizar o público que faria uso dos privilégios do núcleo urbano. A saída para tanto foi “periferizar” os cidadãos “indesejados”. A atuação do Estado foi determinante na ordenação socioespacial urbana na segunda metade do século passado em Viçosa/MG, sem contudo, medidas que viessem amenizar as disparidades sociais existentes, ao contrário, acentuando-as, quando

a complexidade da ação dos agentes sociais inclui práticas que levam a um constante processo de reorganização espacial que se faz via incorporação de novas áreas ao espaço urbano, densificação do uso do solo, deterioração de certas áreas, renovação urbana, relocação diferenciada da infra-estrutura e mudança, coercitiva ou não, do conteúdo social e econômico de determinadas áreas da cidade. É preciso considerar, entretanto que, a cada transformação do espaço urbano, este se mantém simultaneamente fragmentado e articulado, reflexo e condicionante social, ainda que as formas espaciais e suas funções tenham mudado. A desigualdade sócio-espacial também não desaparece: o equilíbrio social e da organização espacial não passa de um discurso tecnocrático, impregnado de ideologia (CORRÊA, 1995, p.11)

Diante dessa insatisfação foi organizado em 1º de Novembro de 1971, na sala de sessões da câmara municipal de Viçosa, o projeto de lei nº 34/71, que dispunha sobre a proibição do “Prolongamento de Favelas”. Em seu artigo primeiro, tornava expressamente coibida a construção de “casebres” no Morro denominado “Pasto do

⁵⁷ Em trechos do jornal Fôlha de Viçosa tem-se essa percepção: “As favelas brotaram como cogumelos e prosperam em número e área rapidamente. Também, se enriqueceram, dia a dia, em problemas de saúde, de alimentação, de vestuário, de escola, de dinheiro, de tudo. Elas é que fornecem o grande contingente diários de casos que vão ter à delegacia de polícia da cidade (Fôlha de Viçosa, 1971, s/p.)” [...] “É urgente que se faça alguma coisa. Não se consegue sair da rua sem ser abordado, uma dezena de vezes por crianças famintas a mendigar uma moeda (...) mas, o que muitas não sabem é que essas crianças não tem teto (Fôlha de Viçosa, 1971, s/p.)”

Manoel Coelho” (atual Carlos Dias). Assim como “à vertente do morro que dá acesso à Rua dos Passos denominado ‘Rebenta Rabicho’”. Tal formulação legal foi respaldada sob a seguinte justificativa,

O morro “Pasto do Manoel Coelho” está situado bem defronte à Praça Silviano Brandão que é considerada o coração da cidade de Viçosa, causando má impressão a todos os forasteiros que nos visitam. Quanto ao Morro do “Rebenta Rabicho”, não é possível dar sequência à favela, visto já se encontrar o Morro super habitado e sem nenhuma condição higiênica. (PROJETO LEI 34/71, 1971, sem paginação)⁵⁸

Com o parecer favorável à data 30/12/1971, foi promulgada sob consentimento firmado do então prefeito Carlos Raymundo Torres (gestão 1971 – 1973), a lei de número 609, que obrigava o cumprimento das medidas dispostas no projeto supracitado. Ou seja, o entorno imediato ao núcleo urbano⁵⁹, como dito, não se disponibilizava à população pobre de acordo com o seu valor de uso e de troca. Já o entorno mediato, composto por áreas declivosas em boa parte impróprias à habitação, teve o seu crescimento restringido por meio da referida legislação urbana, restando apenas as áreas longínquas e periféricas à população de menor poderio aquisitivo. (Figura 11)

Diante do exposto, nota-se claramente que o Estado associado ao capital atuou no sentido de repelir parte da população indesejada da área central, influenciando notoriamente no processo de segregação socioespacial. Essa articulação entre o poder público e as elites locais garantiu

à municipalidade muitos poderes sobre o espaço urbano, poderes que advém, ao que parece de uma longa tradição reforçada pelo fato de que numa economia cada vez mais monopolista, os setores fundiário e imobiliário, menos concentrados, constituem-se em fértil campo de atuação para as elites locais (CORRÊA, 1995, p. 26).

O rápido crescimento econômico e populacional também foi verificado a partir da segunda metade do século XX em Viçosa/MG, foi acompanhado de um grande aumento das desigualdades socioespaciais. Problemas ambientais e locacionais iniciados nessa época fazem parte do atual contexto urbano de Viçosa – MG. A partir do ano de 1990 o problema se intensificou, quando

não se efetivaram as leis que visavam promover o bem estar da população, descumprindo assim sua função social. Em função disso ocorre um aumento das disparidades sociais, que podem ser observadas quando comparamos os bairros mais favorecidos como Clélia, e Centro,

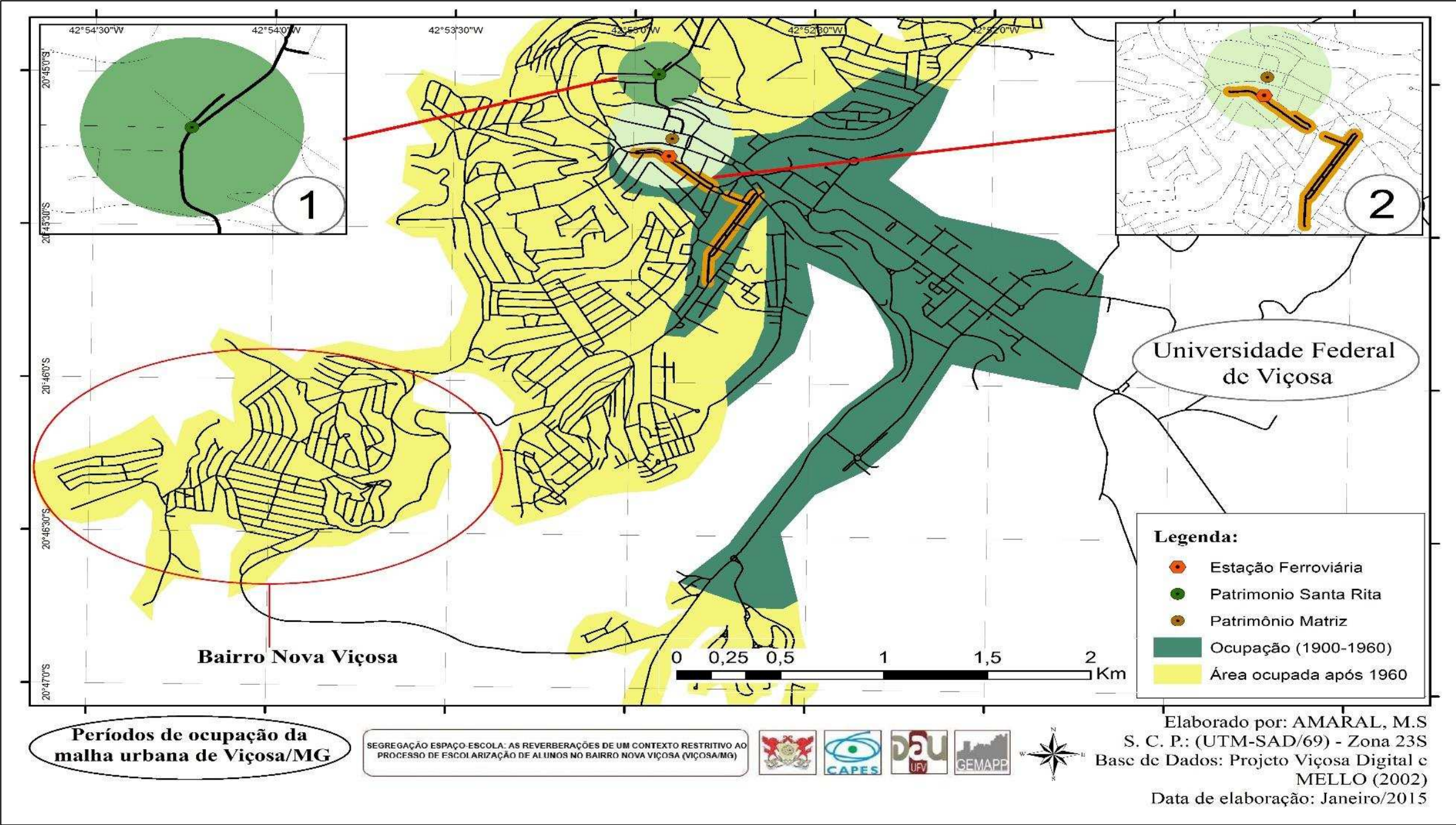
⁵⁸ Atualmente o morro “rebenta rabicho” denomina-se Bairro Sagrado Coração.

⁵⁹ Áreas circundantes aos fixos religiosos, a estação ferroviária, as vias Bueno Brandão e Santa Rita e Universidade Federal de Viçosa – área em verde na Figura 11. Como entorno mediato ver polígono em amarelo no mapa subsequente.

com bairro menos favorecido, como Nova Viçosa e Maria Eugênia (RODRIGUES, 2008).

Como foi possível perceber uma série de fatores contribuíram à formação das áreas periféricas na cidade de Viçosa/MG, a seguir será apresentado em seus aspectos mais gerais, elevado o processo de formação do bairro Nova Viçosa, em seus condicionantes históricos, políticos e sociais.

Figura 11: Períodos de ocupação da malha urbana de Viçosa/MG



1. Início de formação da cidade (1800), com o primeiro patrimônio religioso – Santa Rita, localizado na Rua dos Passos.

2. Construção e transferência das atividades religiosas no ano de 1813 para a segunda capela, que viria a se tornar Matriz sob evocação de Santa Rita. O início do século XX, foi marcado pela criação das Avenidas Santa Rita e Bueno Brandão e pela estação, intervenções geradoras do processo de segregação da área central da cidade, que, viria a se afirmar após a segunda metade do século XX (em verde) com a federalização da UFV. Posteriormente, com o crescimento da Universidade outras áreas foram adensadas (em amarelo), essas, em certa medida, mais acessíveis à população com menos recursos.

2.4 A formação de periferias urbanas em Viçosa: o florescer de uma “Nova” Viçosa

O desenvolvimento da Universidade de Viçosa nas décadas de 1970 e 1980, promoveu uma demanda habitacional complacente com o seu progresso. De forma a absorver a crescente população que se formava, vários loteamentos foram criados no intuito de atender aos diversos públicos sociais, mas sobretudo, como maneira de remover a população pobre da área central, sem que progredissem com a ocupação dos topos de morros, encostas ou as porções mais visibilizadas do centro urbano.

Uma figura de grande importância nesse período foi o prefeito Antônio Chequer⁶⁰, responsável por promover o loteamento de boa parte do território urbano em Viçosa. Por meio da sua construtora homônima realizou quase um “patronato da terra”, influenciando na formação dos futuros bairros: Ramos e Clélia Bernardes às classes mais elevadas; João Braz à classe média; e principalmente Amoras, Santo Antônio, Nova Viçosa, para atendimento das classes mais populares.

O Bairro Nova Viçosa tem sua origem a partir de desmembramentos das propriedades rurais circunvizinhas ao eixo urbano de Viçosa, anteriormente conhecida como “Fazenda da Coelha”. Nos anos de 1978-1984, a construtora Chequer adquiriu 107,75 hectares nessa área significando o equivalente a (74,49%) do total do bairro, formando o Loteamento Nova Viçosa Ltda. Ou seja, a conversão da terra rural em urbana maximizou os lucros, pois Antônio Chequer se beneficiou igualmente do valor de troca da sua propriedade, além de iniciar um processo paternalista com a população pobre e recém instalada naquela localidade. (COELHO, 2013)

Mas, por qual motivo o então prefeito se interessou pela produção de moradia aos grupos de baixa renda? De uma forma geral a aquisição deste espaço se valeu em específico para fins estratégicos em termos políticos e econômicos ao prefeito-empresário, Antônio Chequer. Por meio da venda de terrenos a preços módicos, doação de lotes e casas, elaborados por sua própria construtora, pôde gerir a manutenção do seu

⁶⁰ Figura política de grande carisma, personificava três dos cinco principais agentes promotores do espaço urbano de acordo com Roberto Lobato Corrêa (1995), proprietário fundiário, promotor imobiliário e Estado, Antônio Chequer (1932 – 1997), mitificou-se como o responsável por garantir moradia às classes menos privilegiadas em Viçosa/MG. Períodos gestórios como prefeito (1973–77; 1989 – 92; 01/1997 – 07/1997 - óbito durante o mandato).

contingente eleitoral. Em 1989, o loteador concedeu uma entrevista a uma dissertação de mestrado em que se posicionou a respeito do loteamento.

Foi quando eu senti que devíamos construir um bairro grande e que tivesse mercearia, tivesse escola, tivesse mini posto de saúde, de polícia, que tivesse tudo lá. E que houvesse facilidade para construir uma casa, que infelizmente em Viçosa você sabe, a topografia é muito ruim. Então nós precisávamos de um lugar com a topografia boa. E eu tinha essa fazenda lá, com setenta e poucos alqueires e resolvi fazer cerca de quatro mil lotes onde eu distribuí com a classe pobre. Quer dizer, o sujeito pagou foi uma taxa [...] Eu podia aplicar de outra maneira, por exemplo comprar uma máquina no valor ‘X’, com um faturamento abaixo e ficar com a máquina. Mas tem aquele negócio que nós chamamos de ‘o humano’, o homem perante Deus. Que eu levei muitos lá pra ver Nova Viçosa antes de ser e todos diziam assim: ‘– Isso aí dá um belo cafezal!’ Eu fechava os olhos e dizia: ‘Isso dá um belo loteamento para os pobres!’ (CHEQUER, 1989 apud SANTOS, 1991)

De fato, o bairro chegou a se formar, porém com a inexistência dos equipamentos citados por Antônio Chequer, ou quando dispostos insuficientes à população. Em virtude do rápido crescimento surgem inúmeras ocupações com grande incidência de irregularidades, tanto fundiária quanto construtiva, (60% e 84% respectivamente). De certa forma se percebe um consentimento do poder público, pois o exaure de certas responsabilidades sociais e urbanísticas, além de significar habitação aos pobres sem grandes investimentos (DIAS, et al., 2011).

Os mecanismos de divulgação dos lotes recém formados no bairro ostentavam o emblema do surgimento de um novo horizonte, de esperança, de vida nova, mesmo disponibilizando infraestrutura mínima e “sem urbanização total”. Interessante notar a exaltação da construtora em uma das propagandas de divulgação do bairro.

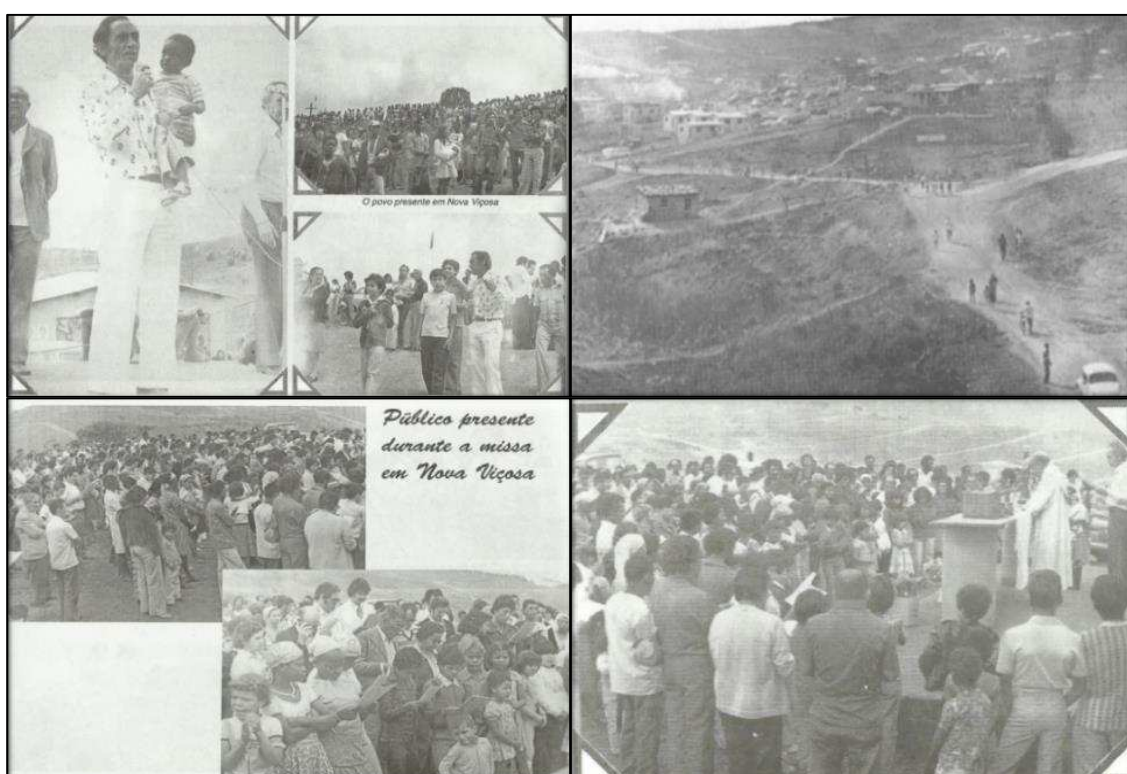
Finalmente, o bairro esperado pelo povo de Viçosa. Uma nova cidade está para ser construída, com o lançamento do Bairro Nova Viçosa, há aproximadamente 500 metros da Igreja de Nossa Senhora de Fátima. A construtora iniciará a venda após a instalação de água e esgoto porém, não fará a urbanização total. Os preços dos lotes no local são: G\$ 3.500,00, G\$ 4.500,00 e G\$ 5.500,00, pois segundo afirmam os dirigentes da Construtora, lotes sem urbanização valem apenas o preço acima. (É bom frisar que lá teremos água e esgoto). Faça uma visita ao escritório da Construtora Chequer e inscreva-se, para a aquisição, pois o lançamento acontecerá no mês de maio lotes adquiridos na construtora Chequer tem valorização comprovada (FOLHA DE VIÇOSA, 1978, s/p).

Como é possível perceber, na constituição do Nova Viçosa foram utilizados os ideários de modernidade, de rompimento com o velho, algo bastante recorrente em cidades de grande porte, importado para Viçosa, pautados principalmente em formar

espaços esteticamente satisfatórios, e unilateralmente aptos aos acúmulos do capital. A pretensão inicial com relação ao déficit habitacional não é solucioná-lo, mas sim, mascará-lo.

No dia dezessete de setembro de 1978, a Construtora e Incorporadora Chequer por meio de um evento festivo (Figura 12) de grandes proporções – assim como o empreendimento –, inaugura o bairro Nova Viçosa. Fizeram parte do acontecimento o Padre Antônio Mendes e os políticos Antônio Chequer, Geraldo Reis e Newton Cardoso.

Figura 12: Inauguração do Bairro Nova Viçosa



Fonte: Mello, 2002

O bairro Nova Viçosa passou a ser visto como alternativa habitacional a custos acessíveis, e Antônio Chequer com seu papel de “missionário”, aquele que viria provê-los com a “dádiva” da casa própria. Mesmo com a inegável facilitação da obtenção do imóvel, é importante ressaltar que ao tirar a população da área central a problemática socioespacial foi apenas (re)produzida na “Nova” Viçosa.

2.4.1 Desigualdades distributivas dos equipamentos públicos no/em (Nova) Viçosa

O enclausuramento socioespacial de parte da população pobre compromete em grande medida o direito à cidade, e como consequência mais significativa, a exclusão desses sujeitos aos serviços urbanos básicos. Neste sentido, Santos (1991, p. 129), alerta sobre a importância cidadã que os recursos espaciais significam ao indivíduo,

mais do que um direito à cidade, o que está em jogo é o direito a obter da sociedade aqueles bens e serviços mínimos, sem os quais a existência não é digna. Esses bens e serviços constituem um encargo da sociedade, através das instâncias do governo, e são devidos a todos. Sem isso, não se dirá que existe o cidadão.

Nestes termos, bairros periféricos – como o Nova Viçosa, contrastam com regiões compostas por elevado IDH, e providas de recursos e aparatos urbanos como a região central ou o bairro de Ramos, especialmente quando se trata das instituições de ensino.

O bairro Nova Viçosa conta com duas escolas públicas municipais de Ensino Fundamental. A Escola Municipal José Teotônio Pacheco que oferece educação infantil até a quarta série, e a Escola Municipal Padre Francisco José da Silva (E.M.P.F.J.S). Esta, criada em 1985 sob a gestão do prefeito Américo Faria, disponibiliza a educação infantil até o nono ano, que teve início no ano de 1999. A escola possui dez salas de aula e recebeu no início do ano de 2014 obras de ampliação, um prédio anexo com mais 11 salas, assim como a construção de uma quadra esportiva, entretanto, no decorrer do ano, as obras encontram-se inconclusas e são alvos frequentes de vandalismos.

Outro problema relatado por pais de alunos e gestão escolar, é a rotatividade docente, bastante rotineira⁶¹, neste sentido, Ribeiro e Koslinski (2010), alertam a soma de outros fatores que evidenciam a diferença de qualidade entre escolas de regiões mais afluentes e outras nas localidades de maior pobreza, tais como, limitação na capacidade de gestão escolar, e mesmo a insuficiência de recrutar e reter bons educadores.

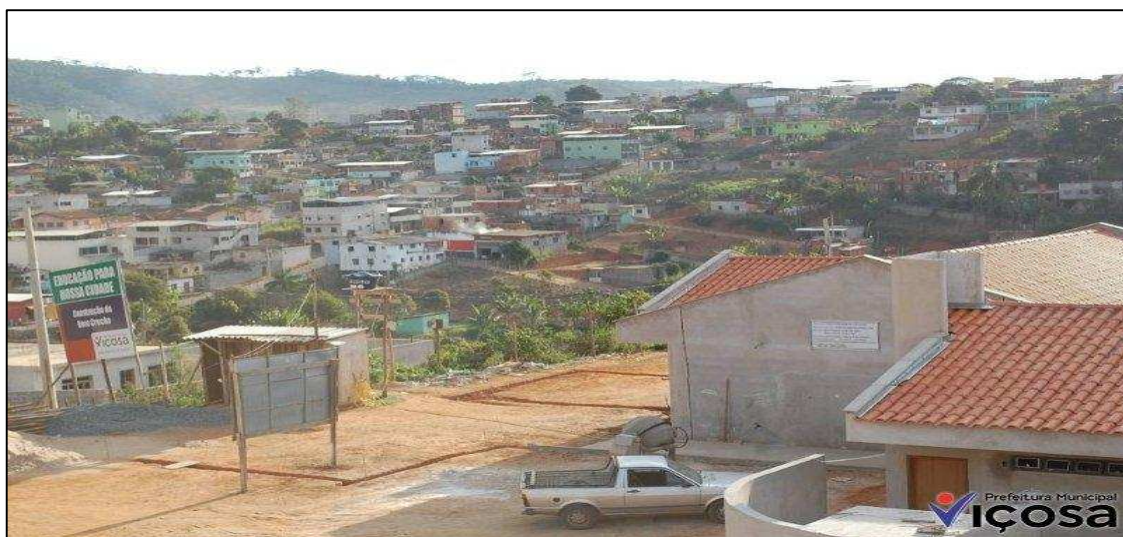
⁶¹ O território pode atuar como um fator de repulsão ou atração de profissionais do universo escolar, a alocação de professores é realizada mediante escolha prioritária dos melhores colocados em concursos, ou aqueles com maior tempo de serviço. Não é difícil deduzir que trabalhar em bairros segregados, em escolas com clientela “problemática”, não figuram como primeira escolha destes profissionais, em tese, mais gabaritados.

O bairro possuía para o ano de 2014 uma demanda de 894 alunos, com idade entre 11 – 14 anos, faixa etária normal para cursar o ensino fundamental. Porém atendia apenas 335 alunos no turno da manhã e 247 no turno da tarde, totalizando 582 estudantes, cerca de (65,10%), restando ao excedente, 312 alunos, migrar desde o ensino fundamental a escolas do centro.

Nas entrevistas colhidas com os gestores escolares das escolas em nível médio da região central, foi possível perceber uma certa precaução ao falar da escola do bairro, admitiram que os alunos chegam do ensino fundamental com inúmeras dificuldades de aprendizagem e comportamento. Algo que de acordo com os mesmos impacta diretamente nos índices de evasão e desistência.

Com relação ao atendimento pré-escolar⁶², a prefeitura iniciou em junho de 2012 a construção do espaço educativo infantil (creche pró infância – tipo B) (Figura 13), com conclusão prevista para março de 2013. Este prognóstico por si só já está incutido de possibilidades de atraso pelo curto prazo, algo que veio a se concretizar com o andamento das obras. No início de 2015 a creche ainda não havia sido entregue, e se encontrava em situação de abandono, evidenciando certa despreocupação com o valor investido, cerca de R\$ 1.279.541,63.

Figura 13: Construção da creche no bairro Nova Viçosa



Fonte: Prefeitura Municipal de Viçosa (2014)

⁶² Após a lei 9394/96, a educação infantil passa a integrar a educação básica, mesmo não fazendo parte do ensino obrigatório.

Inúmeras pesquisas internacionais apontam que a pré escola exerce interferência direta nas oportunidades de escolarização das crianças, pois permitem que os pais possam se dedicar a atividades remunerativas, além de possibilitar formas de socialização e habilidades cognitivas – fundamentais à boa adaptação no ensino fundamental.

Pautado nessa lógica desigual de formação espacial com áreas insuficientes em termos de recursos, indubitavelmente a maneira como os diferentes grupos sociais acessam aos meios institucionais, podem também (in)existir em posições desproporcionais.

Percebendo a pobreza associada a disponibilidade de recursos, “recurso” deve ser visto na sua acepção mais ampla, o que inclui, no nosso entender, a própria dimensão espacial, ou seja, o território como “recurso”, inerente a nossa reprodução social. Com isto partimos do pressuposto de que toda pobreza e, com mais razão ainda, toda exclusão social, é também, em algum nível, exclusão socioespacial e, por extensão exclusão territorial – isto é, em outras palavras “desterritorialização” (HAESBAERT, 2006, p. 315).

Em uma análise dos requerimentos que chegam até a câmara municipal entre o decênio 2001 – 2010, é possível perceber as principais necessidades dos moradores se compõem em: criação de um posto policial, centro dos correios e telégrafos, rede de esgoto, ampliação e criação do ensino médio na escola do bairro, transporte escolar, unidade de saúde, rede de esgoto e vários outros (site da CMV - Viçosa).

A compreensão da (Figura 14 – p.74) torna evidente os princípios de organização social do território da cidade. Uma extensa periferia formadora de um território contínuo concentrando os piores indicadores de desenvolvimento humano – áreas em cores claras –, em contradição evidente com espaços reduzidos e centralizados (em vinho) que aglomeram parte da população com IDH superior. Essa conjuntura se dispõe em regime de proporcionalidade como as instituições de ensino, tanto públicas quanto privadas em níveis fundamental e médio, agrupadas próximas à área central, e pior, sem apresentar as maiores demandas.

Não foi encontrado na literatura educacional um conjunto de normatizações legais que expressem a necessidade de uma instituição escolar em nível fundamental e/ou médio em um a área específica, ou uma densidade de instituições escolares ideal. A diligência dessa exigência deve ser feita por parte do poder público municipal, e em diversos casos

por meio da participação popular. Para este fim, é necessária a apresentação de um “estudo de demanda”⁶³, em que são consideradas, com base nos dados oficiais:

- O número de alunos, na faixa etária pleiteada, existentes na região;
- O número de crianças já atendidas pela rede física escolar;
- O número de crianças, na faixa etária pleiteada, que não recebem nenhum atendimento educacional ou estudam em locais inadequados.

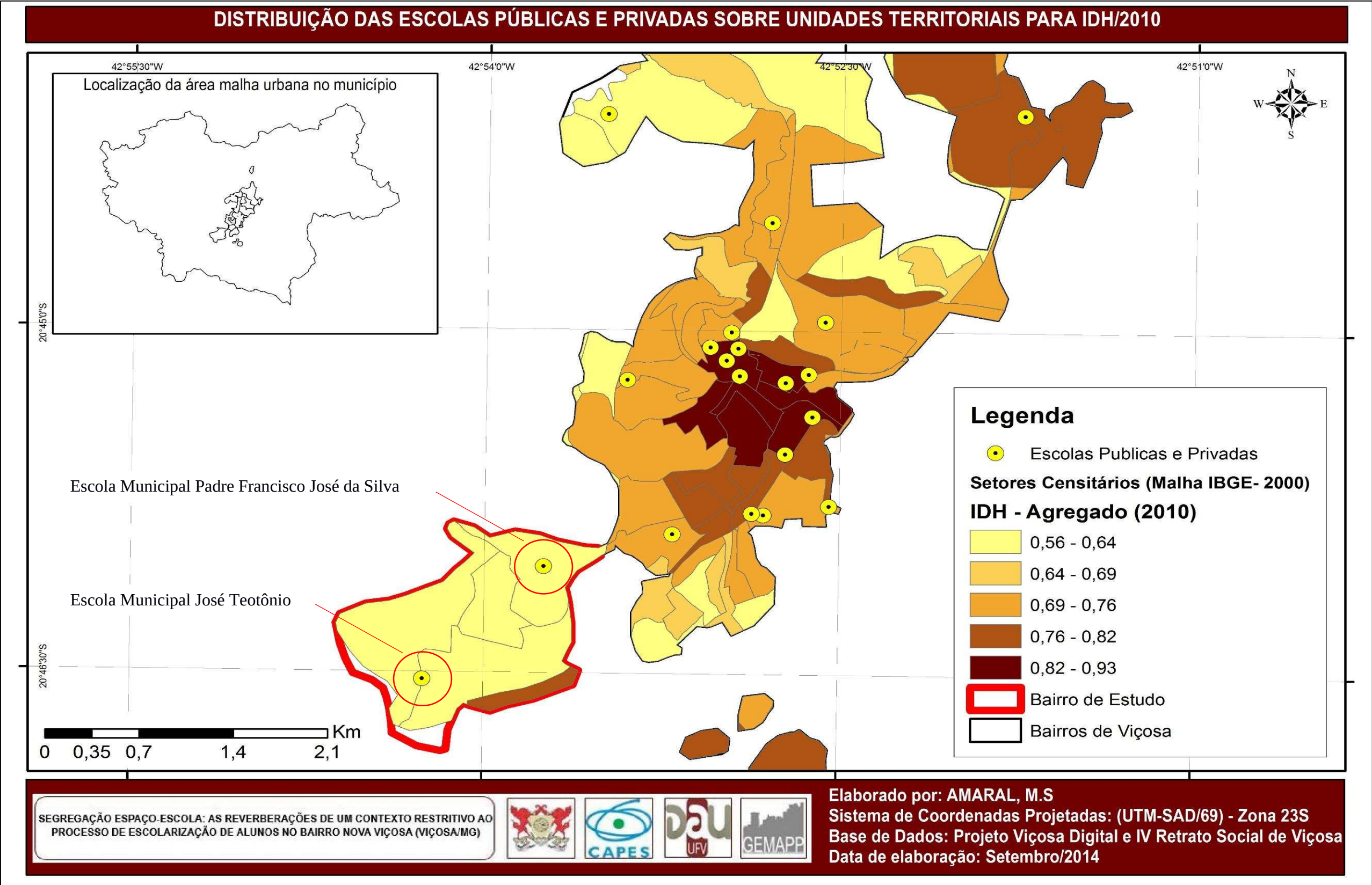
Contudo, existem no Brasil estudos que analisam a distribuição espacial das escolas em áreas urbanas, neste âmbito, cabe destaque os trabalhos de: Silva (1995); Pizzolato e Silva (1993, 1997). Estes investigam o modelo mais usual de localização das escolas, o p-mediana, de acordo com esse modelo, o estudante se direciona à escola mais próxima de sua residência. O conhecimento da distribuição geográfica da população escolar (demanda), associada aos padrões urbanísticos e condicionantes econômicos, culturais pautados nos setores censitários do IBGE, são as bases analíticas nos textos citados.

Pizzolato et. al., (2004) verificaram que na maioria dos municípios Brasileiros a alocação de alunos segue o critério de proximidade. E que “tal critério não se aplica quando as escolas em confronto possuem aspectos distintivos tais como tradição, qualidade das instalações e do ensino oferecido, oportunidades de acesso a séries superiores, alternativas diferenciadas de ensino, contradições culturais ou socioeconômicas, etc.” (PIZZOLATO et. al., 2004, p. 115)

Com relação à “localização ótima” e número de escolas, Pizzolato et. al., (2004) concluíram que deve variar, primordialmente, com a demanda da sua zona de atração. Em casos de escolas já instaladas é possível aumentar a sua capacidade, com obras de ampliação, novos turnos, aproveitamento de salas não utilizadas, entre outros. Os aspectos socioeconômicos da região também merecem atenção, pois as áreas habitadas pela classe média tendem a apresentar menor população escolar nas instituições públicas.

⁶³ Orientações para elaboração do estudo de demanda. Ministério da Educação. Disponível em: ftp://ftp.fn-de.gov.br/web/par/orientacoes_elaboracao_estudo_de_demanda.pdf. Data de acesso: 06/02/15

Figura 14: Distribuição das Escolas Públicas e Privadas sobre unidades territoriais para IDH/2010



2.4.2 Nova Viçosa: feições socioespaciais

Como exposto no campo teórico deste texto, a acessibilidade é um dos fatores centrais na formação de uma região segregada. O bairro Nova Viçosa distancia-se aproximadamente cinco quilômetros do centro da cidade. Aos padrões urbanos de Viçosa é relativamente distante. Existem duas vias para acesso. A entrada principal pelo bairro de Fátima, além de uma via alternativa pelo bairro Santa Clara.

De natureza residencial, o bairro Nova Viçosa conta atualmente com uma população de 5.214 habitantes. Posicionado a sudoeste da área central e separado por uma elevação que distância física (Figura 15) e simbolicamente a população, Christovão (2009), traz a tona que contrastes socioespaciais urbanos são materializados na

“fronteira explícita demarcando a divisão entre um e outro não impede que, como diz o dito popular, ‘cada um saiba o seu lugar’. As crianças e os adolescentes do morro, por exemplo, não circulam em redes sociais que incluam moradores do bairro. Mesmo não existindo restrições legais à circulação livre de pessoas, o que se vê é uma diferenciação de circuitos e regiões de sociabilidade. (CHRISTOVÃO, 2009, p. 290)

As visitas realizadas no bairro nos mostraram o relevo como um dos condicionadores na urbanização do Nova Viçosa. As casas tendem a ser construídas em áreas íngremes nos topos de morro e encostas, e por consequência, os danos ambientais e a degradação da paisagem são bem visíveis. Entretanto é oportuno ressaltar que este cenário é resultado de uma questão social, tendo em vista que muitas vezes a pobreza é relacionada à degradação do meio ambiente – exemplo claro de determinismo cultural. Lima (2005) entende que não é o nível baixo instrucional dos moradores que os motivam a habitar áreas impróprias, mas na verdade, o processo de segregação que os localizam em áreas condizentes com o seu poder político e econômico.

As vias de ligação são bem distintas quanto à sua capacidade e pavimentação, inclusive na área interna do bairro. Percebemos ruas bastante estreitas que dificultam o fluxo de pedestres e do transporte coletivo. As vias asfaltadas se localizam na entrada do Nova Viçosa e no entorno da praça, sendo que as áreas mais longínquas deste centro possuem pedra fincada ou nenhum calçamento.

Figura 15: Distância entre o Bairro Nova Viçosa e o centro da cidade



Fonte: Google Earth (2014)

Dias et. al., (2011) observaram diversas irregularidades construtivas e fundiárias no bairro, dentre estas podemos destacar, inexistência ou dimensões inferiores aos padrões estabelecidos para calçadas em acordo com a Lei n. 280/1956. Poucos logradouros principais atendendo à metragem mínima de 18,00 m. Segundo esta mesma lei, o loteador deveria arborizar parte do loteamento, destinar (3,0%) para implantação de estabelecimento de ensino oficial, (5,0%) para espaços livres de uso público, entre outros, que claramente não foram atendidos.

No que tange às irregularidades construtivas, até o ano de 2010, das 1300 unidades habitacionais, apenas 24 obtiveram permissão de construção pela prefeitura. Problemas com afastamento lateral entre as residências; ocupação em áreas de declividade acima de 30%; ocupação com afastamento reduzidos dos cursos d'água; taxa de permeabilidade, entre diversos outros, foram verificados no bairro. Sendo estes problemas gerados pelo interesse do loteador em maximizar seus lucros, flexibilização da fiscalização e legislação além da indisponibilidade financeira dos proprietários (DIAS, et. at., 2011).

A ocupação se torna mais densa próxima à praça e nas vias de ônibus, distante dessas áreas tendem a ficar mais rarefeitas, ou seja, o acesso é um fator importante à instalação das moradias. Como dito, o bairro absorve boa parte da população de menor renda, sendo a autoconstrução bastante comum em territórios de periferia. Kowarick (1980) aborda sob o capitalismo, o crescente surgimento de empresas destinadas ao setor

de habitação, porém boa parte da população não pode fazer uso destes serviços. Para o autor a própria construção da residência seria a única alternativa viável, uma espécie de “economia natural”.

Com relação aos serviços médicos o bairro possui um posto de saúde PSF – Programa Saúde da Família, que oferece tratamento odontológico, vacinações, campanhas contra doenças sexualmente transmissíveis, entre outros. Apresenta a menor população relativa vinculada a pelo menos um plano de saúde (15,96%). Já na área central (64,82%) possuem algum tipo de assistência médica privada. O bairro possui também o maior número de famílias em situação de vulnerabilidade⁶⁴ (24,54%), contra (3,17%) do centro. Nova Viçosa apresenta uma das maiores densidades em número de moradores por domicílio, (3,62hab/dom). A coleta de lixo que é realizada periodicamente seis vezes por semana nas diversas regiões da cidade, ocorre apenas em três dias da semana no bairro Nova Viçosa. (CRUZ, et. al., 2014).

CRUZ, et. al., (2014) verificaram que a renda média encontrada para o ano de 2013 no perímetro urbano de Viçosa/MG foi de R\$ 2.742,16, ficando a região com a presença do condomínio Acamari, próximo a Universidade, com o maior valor (R\$ 6.178,02). Por sua vez, o bairro Nova Viçosa, aparece com a menor renda familiar dentre as regiões pesquisadas, com média de (R\$ 1.387), acusando a metade da renda familiar média dentre as regiões, e aproximadamente de 4,4 vezes inferior à maior renda média familiar nos locais considerados, evidenciando assim, a grande concentração de renda em zonas específicas no espaço urbano de Viçosa/MG (Tabela 3).

Tabela 3: Renda familiar entre as regiões de planejamento

REGIÃO	RENDA FAMILIAR	
	MÉDIA	PER CAPITA
CENTRO	4.635,57	1.638,01
ACAMARI	6.178,02	1.735,40
BOM JESUS	2.281,85	669,16
NOVA VIÇOSA	1.387,40	384,32
FÁTIMA	3.043,37	916,68
LOURDES	4.002,68	1.356,84

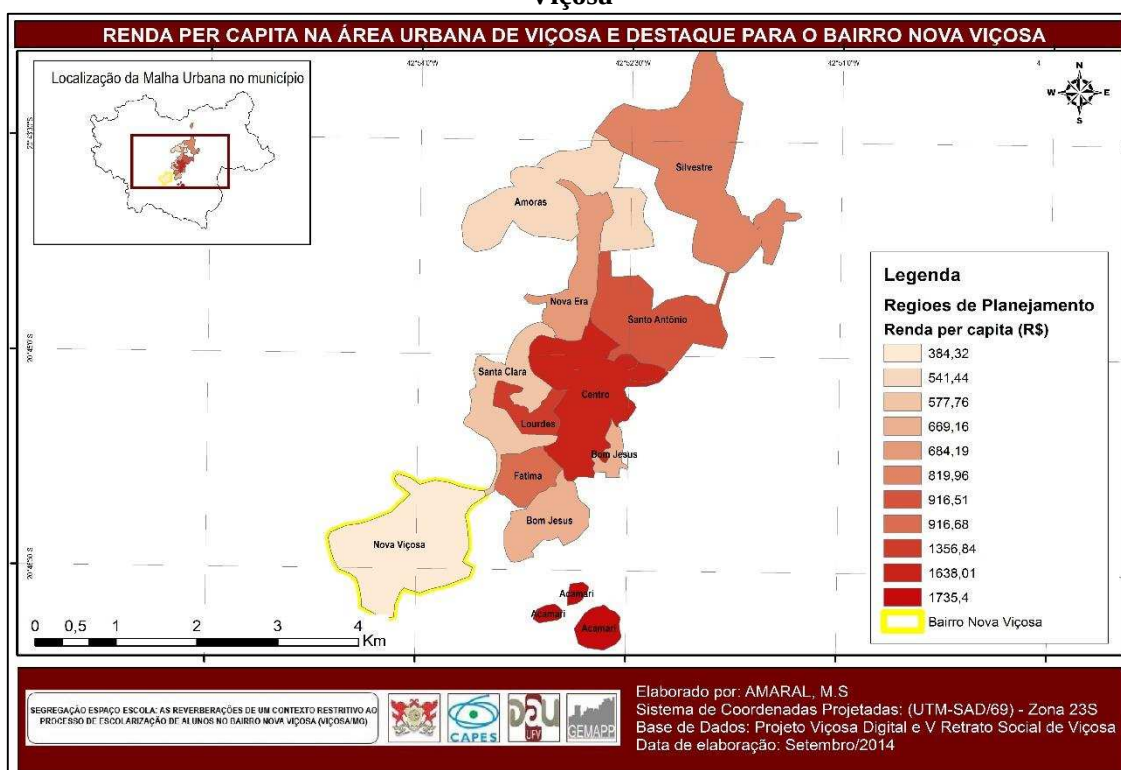
⁶⁴ O estudo considerou hierarquicamente os critérios de infraestrutura, renda familiar e per capita, desemprego, instrução escolar com base na proposta do IBGE (2010).

SANTA CLARA	2.074,15	577,76
SANTO ANTÔNIO	2.960,34	916,51
NOVA ERA	2.175,71	684,19
AMORAS	1.873,38	541,44
SILVESTRE	2.656,68	819,96

Fonte: Pesquisa Censal 2014 – Adaptada

A renda familiar per capita média reafirma tais distinções, os valores mais elevados compreendem as regiões Acamari (R\$ 1.735), Centro (R\$ 1.638) e Lourdes (R\$ 1.356), em clara oposição aos encontrados para Nova Viçosa (R\$ 384) (Figura 16). Ou seja, a região central e aquela composta por auto-segregação – ou dos condomínios, apresentaram uma renda per capita da ordem de 4,5 vezes maior que o bairro Nova Viçosa, este, gerado a partir da segregação imposta. Tal diferença de renda existente no conjunto urbano, evidencia que a proximidade geográfica é sinônimo de assimetria ou distanciamento social. (IBGE, 2010).

Figura 16: Renda per capita na área urbana de Viçosa e destaque para o bairro Nova Viçosa



Com relação à distribuição da renda em cada região, as que apresentaram as menores desigualdades foram Nova Viçosa e Amoras, onde a apropriação da renda pelos 20% mais ricos foram 33% e 35%, respectivamente. As maiores desigualdades foram

observadas nas regiões Acamari e Centro onde os 20% mais ricos se apropriavam de 67% e 55% da renda respectivamente. (CRUZ, et. al., 2014).

Diante desse panorama, ao se relacionar a renda per capita e a apropriação de renda intra-regional, percebe-se que o bairro de estudo se enquadra em uma das principais características das áreas segregadas, ou seja, o bairro apresenta certa homogeneidade interna e discrepância com outras regiões da cidade.

Entendemos que a baixa renda restringe os moradores frequentem outros ambientes dentro da cidade, ficando recolhidos junto ao seu bairro. Esta falta de mobilidade devido a renda é uma característica importante dos bairros segregados. Apesar de se deslocarem para trabalhar não fazem uso do espaço urbano para outros fins já que não podem pagar por esse serviço. A cidade capitalista, de acordo com Lefebvre (1991), perde a sua função de lazer ficando subjugada a produção e reprodução do capital.

2.4.3 Nova Viçosa: feições socioeducacionais

No correr da década de 1990, mesmo com diferentes intensidades, verificou-se o acesso praticamente universalizado ao ensino fundamental no Brasil, os valores percentuais de atendimento escolar da população entre sete e 14 anos que em 1991 era de (86%), subiu para (96%) nos anos 2000. Entretanto, desigualdades históricas continuavam a persistir, entre o próprio público escolar, entre escolas e, principalmente, entre os territórios que abrigam as instituições escolares.

As escolas nestes territórios podem (re)produzir as diferenças urbanas, as ditas “escolas periféricas” não se traduzem apenas pela sua localização, mas, sobretudo, como mecanismo institucionalizado de relações de domínio entre diferentes composições socioespaciais, “a idéia é que a diferenciação escolar, sobretudo quando se traduz por um reforço das desigualdades, pode conduzir à exclusão ou à autoexclusão de alguns grupos que se encontram distanciados dos valores e dos modelos de vida que vigoram no ‘centro’” (ZANTEN, 2001 apud CHRISTOVÃO; SANTOS, 2010).

Educação, cultura, esporte e lazer se constituem enquanto direito legal à criança e ao adolescente, como verificado no capítulo quarto do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Nele tem-se:

Art. 53. A criança e o adolescente têm direito à educação, visando ao pleno desenvolvimento de sua pessoa, preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho, assegurando-se-lhes:
I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;

- II - direito de ser respeitado por seus educadores;
- III - direito de contestar critérios avaliativos, podendo recorrer às instâncias escolares superiores;
- IV - direito de organização e participação em entidades estudantis;
- V - acesso à escola pública e gratuita próxima de sua residência.

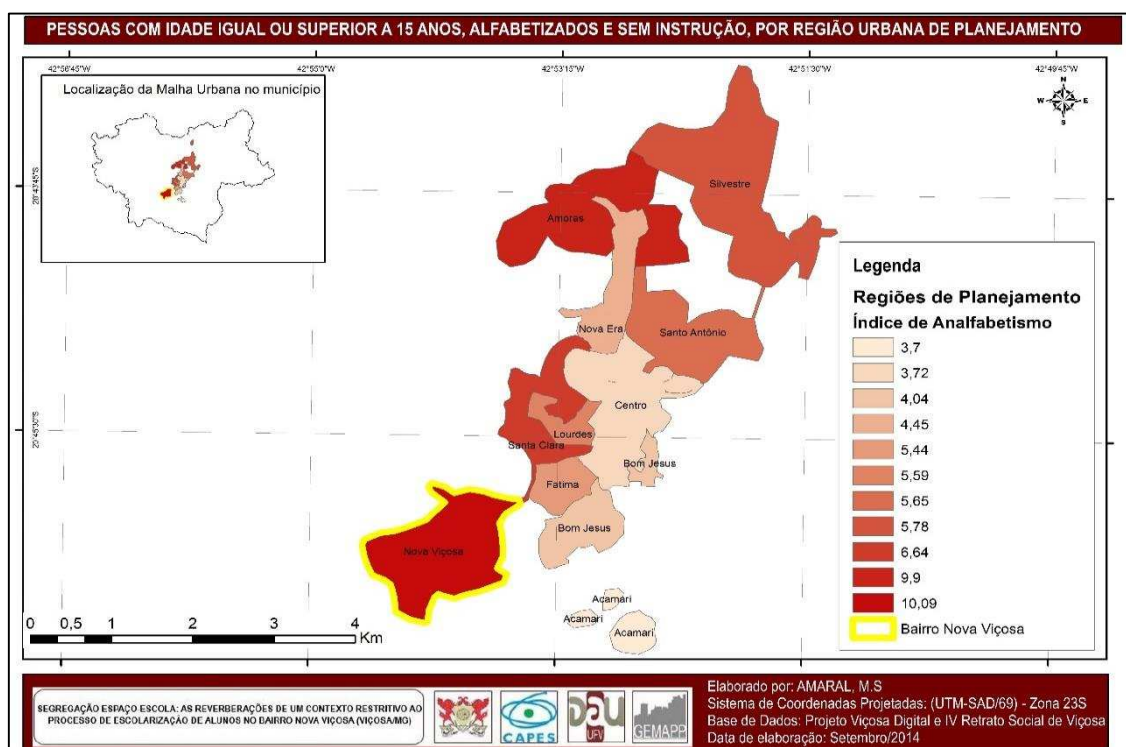
Na entrevista realizada com a diretora da escola municipal do bairro, no intuito de se conhecer o perfil dos alunos que chegam até o ensino médio, sobressaltam-se a indisciplina, altas taxas de reprovação, em virtude da falta de apoio familiar, ou falta de profissionais e estrutura física na escola para a realização de atividades extra-turno. Em uma das falas, a condição de repetência dos alunos é naturalizada, “é muito difícil um aluno terminar o nono ano sem ter nenhuma reprovação”.

Assim, o aluno já carrega ao ensino médio situações pretéritas de fracasso escolar, constituindo-se como fator de influência negativa, potencializador de uma possível reincidência. O descrédito atribuído à própria instituição é ainda maior, “com o histórico do público que recebemos aqui na escola, não acredito que tenhamos estrutura física e até pedagógica que favoreça a aprendizagem”.

O maior índice de pessoas com 15 anos ou mais considerados analfabetos, localizam-se nos espaços já sinalizados como de menor IDH, e, distantes mais de cinco quilômetros da área central, dentre eles, tem-se os distritos de Fundão (10,09%), Cachoeirinha (10,00%). Nas regiões de planejamento merece destaque o bairro Nova Viçosa, com um indicador bastante elevado – e não menos preocupante, da ordem de (13,00%), ver mapa abaixo. A dessemelhança é clara quando se compara aos menores valores, atribuídos a região do Acamari (com 3,70%) e Centro (com 3,72%) (Figura 17).

Diferentemente de todas as outras regiões de análise, visualizou-se um crescente índice de analfabetismo no bairro Nova Viçosa, quando comparado com o ano de 2011, à época (9,61%) dos habitantes não possuíam qualquer tipo de instrução formal. Essa piora nestes valores se torna preocupante, e resgata alguns questionamentos, tais como: a incipiência instrucional é reproduzida e/ou dilatada em espaços segregados? São os recursos (in)disponíveis a causa de tais indicadores? Qual a influência do processo migratório nesse evento?

Figura 17: Índice de analfabetismo nas regiões pesquisadas



As populações com idade entre seis e 14 anos – idade própria para frequentar o ensino fundamental, localizam-se em maior número nas periferias da cidade, a saber, tem-se o Bom Jesus (1.053), Amoras (1.018) e o Nova Viçosa (894) alunos. Dentre os bairros estudados a maior população em idade a cursar o Ensino Médio, em valores reais, se concentram nas regiões de Bom Jesus (460), Santo Antônio (407), e o bairro Nova Viçosa (328), que apresentaram maiores valores. (Tabela 4)

Tabela 4: População Estimada em Idade Escolar por Faixa Etária e Região Urbana de Planejamento - Viçosa/MG

REGIÃO	POPULAÇÃO EM IDADE ESCOLAR		TOTAL
	6 – 14 ANOS	15 – 17 ANOS	6 – 17 ANOS
CENTRO	425	266	691
ACAMARI	204	53	257
BOM JESUS	1.053	460	1513
NOVA VIÇOSA	894	328	1222
FÁTIMA	363	168	531
LOURDES	230	195	425
SANTA CLARA	850	212	1062
SANTO ANTÔNIO	841	407	1248

NOVA ERA	478	204	682
AMORAS	1.018	319	1337
SILVESTRE	451	257	708

Fonte: Pesquisa Census 2014 – Adaptada

No que se refere ao quantitativo de alunos que efetivamente frequentam a escola, na faixa etária entre seis e 14 anos, o bairro Nova Viçosa apresenta um valor percentual de (95,05%). Apesar de alto, temos que considerar que a média geral nessa faixa etária estão acima de 90%, sendo que o bairro está à frente de apenas duas regiões de planejamento, como podemos verificar na (Tabela 5).

O bairro Nova Viçosa possui um indicador que merece especial advertência, ao se agrupar alunos com idades entre (seis e 14 anos) e (15 a 17 anos), o bairro apresentou a maior queda percentual (30,19%), de estudantes frequentando o Ensino Médio, bem destoante da média geral (84,00%).

Esses valores denotam a situação de comprometimento da continuidade estudantil dos moradores do bairro em questão, e assim prossegue à parcela de alunos entre 18 e 24 anos, destes apenas (22,22%) frequentam algum estabelecimento de ensino, sendo a média geral (45,55%). Nessa faixa etária os maiores valores encontrados estão na região central (68,25%), isso ocorre em razão do grande número de estudantes de cursos superiores que habitam essa localidade. No condomínio Acamari os valores são relativamente baixos pois os setores analisados não se referem exclusivamente a este espaço, representam também outras regiões de realidade bem distinta como o Romão dos Reis.

Tabela 5: População Estimada em Idade Escolar, *que frequenta a escola*, por Faixa Etária e Região Urbana de Planejamento - Viçosa/MG

REGIÃO	POPULAÇÃO EM IDADE ESCOLAR						TOTAL	
	6-14 ANOS		14-18 ANOS		18-24 ANOS		6-24 ANOS	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
CENTRO	416	97,92	221	83,33	761	68,25	1399	77,45
ACAMARI	204	100,00	44	83,33	80	52,94	328	80,43
BOM JESUS	1053	100,00	398	86,54	487	41,67	1939	72,28
NOVA VIÇOSA	850	95,05	212	64,86	159	22,22	1222	63,01
FÁTIMA	354	97,56	159	94,74	301	60,71	814	79,31
LOURDES	230	100,00	168	86,36	195	64,71	593	81,71

SANTA CLARA	779	91,67	168	79,17	212	30,77	1160	66,16
SANTO ANTÔNIO	823	97,89	372	91,30	761	59,72	1956	77,54
NOVA ERA	460	96,30	133	65,22	195	34,38	788	63,12
AMORAS	1000	98,26	248	77,78	133	15,31	1381	62,65
SILVESTRE	416	92,16	230	89,66	416	64,38	1062	78,43

Fonte: Pesquisa Census 2014 – Adaptada

Entre seis e 24 anos, o quadro se compõe por um cenário de elevada desigualdade, a região de Amoras foi a que apresentou a menor proporção, apenas (62,65%) estudavam, o Nova Viçosa figurando na penúltima posição com um valor de (63,01%). A região de Lourdes era a que tinha maior proporção (81,71%) de matrículas escolares.

Deste modo é possível perceber que os diferentes contextos socioespaciais ingerem diretamente nas condições de educabilidade das crianças, e assim, torna-se cada vez mais perceptível a necessidade de se traspor o ambiente intraescolar e admitir que os eventos de (in)sucesso educacional, passam por repercussões das condições de assalariamento da população, fragilização da estrutura familiar, e claro, por mecanismos de segregação residenciais de grupos em situações de vulnerabilidade social.

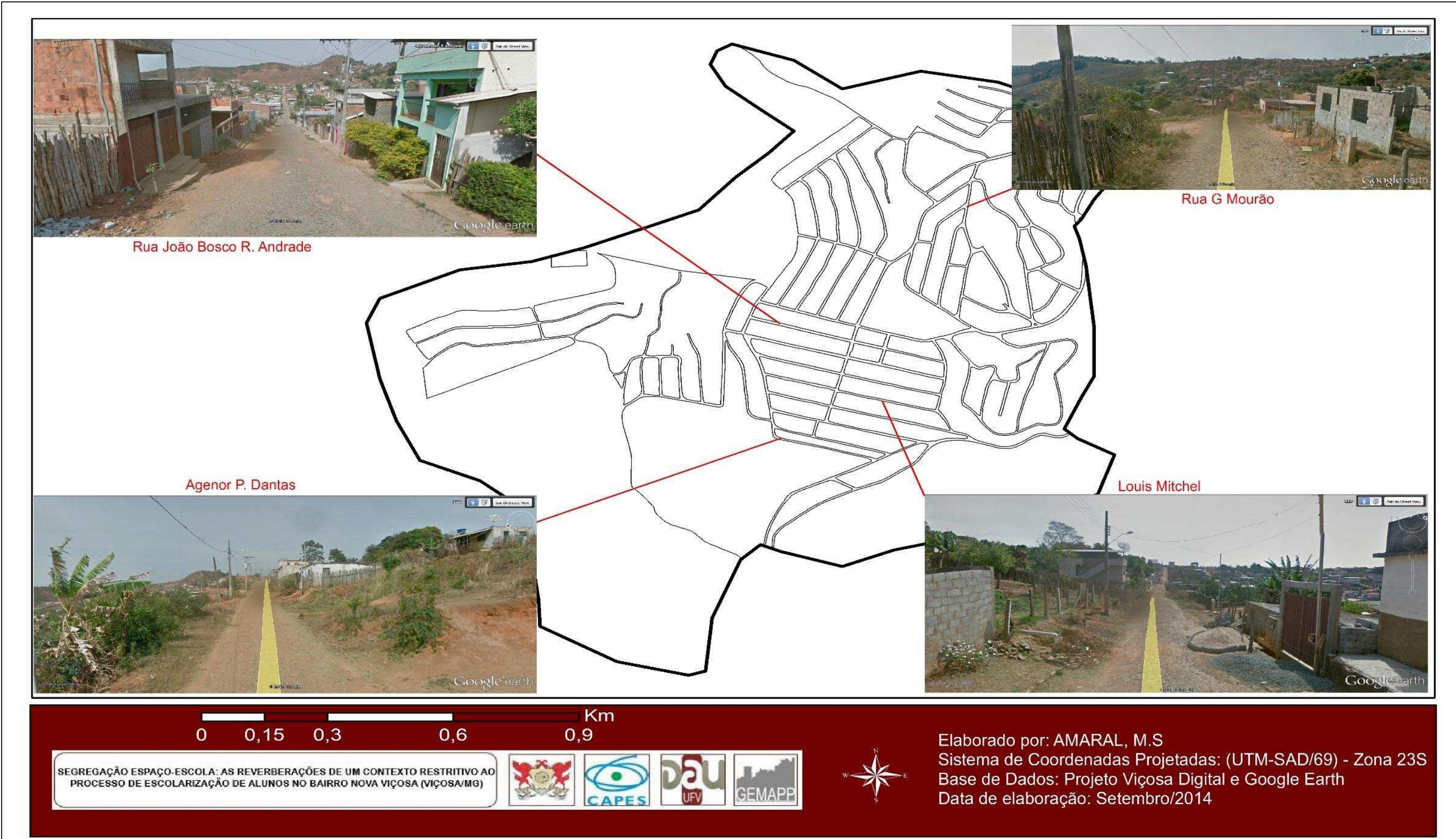
É importante perceber que não é apenas a conjuntura econômica ou a falta de infraestrutura que classificam o bairro Nova Viçosa enquanto segregado. Em vias de concretude nessa afirmação, cabe articular diversos aspectos que caracterizam este espaço tanto objetivos como subjetivos. Mesmo que a oferta de serviços básicos não seja a necessária, elas existem. Admitimos o bairro Nova Viçosa enquanto segregado, primordialmente, pelas condições sociais, econômicas e educacionais que se constituem enquanto foco deste trabalho.

As exposições realizadas neste trecho do trabalho buscaram demonstrar a expressão da desigualdade presente na cidade de Viçosa/MG, como resultado de intervenções históricas do poder público e/ou privado que geraram processos claros de centralização. Isto posto, boa parte da população – em vias de amplo crescimento, não puderam fazer uso dessas áreas, contribuindo especialmente após 1970, ao processo de formação das periferias como o bairro Nova Viçosa, regiões com infraestrutura bastante defasada – contexto básico para a formação da segregação socioespacial.

Neste sentido, foi atribuída maior atenção às instituições escolares, e verificamos a sua disposição espacial irregular na malha urbana. No capítulo seguinte, buscaremos

traçar a maneira como essas instituições educativas atendem aos estudantes do bairro, primeiramente em termos quantitativos, e quando possível, nos seus moldes qualitativos.

Figura 18: Composição fotográfica do bairro



CAPÍTULO 3. A GEOGRAFIA DAS OPORTUNIDADES NO ESPAÇO URBANO

Tem hora que revolto com a vida atribulada que levo. E tem hora que me conformo.

(Carolina Maria de Jesus)

Neste momento do texto serão analisados os condicionantes socioespaciais que atuam no espaço urbano no sentido de (re)imprimir os desígnios de exclusão e/ou limitação no acesso a equipamentos públicos, enfocando, evidentemente, o acesso às instituições de ensino. De início serão debatidos os efeitos intraescolares dos ambientes periféricos, que atuam como replicadores de uma conjuntura desvantajosa aos sujeitos. Tendo como base os trabalhos vinculados ao Observatório das Metrópoles⁶⁵, que vem ao longo de aproximadamente dez anos desenvolvendo estudos empíricos sistemáticos sobre a segregação residencial e as condições educacionais⁶⁶.

Cabe reforçar que a questão central deste trabalho se processa sobre as diferenciações socioeducacionais entre centro x periferia, e as reverberações educacionais desse quadro. Os regimes interacionistas entre populações socialmente distintas acontece mediante traços marcantes de hierarquia, sobretudo com as instituições⁶⁷ da cidade, que a priori, teriam a função de universalização da tão cobiçada cidadania urbana.

As produções Latino-Americanas que versam sobre os efeitos da diferenciação socioespacial urbana e as chances de escolarização dos jovens e adolescentes, são ainda bastante discretas. O livro: *Cidade contra a Escola? Segregação urbana e desigualdades educacionais em grandes cidades da América Latina* (2008), como exposto no próprio prefácio, “veio suprir em grande medida esta lacuna”. Organizado em onze artigos por

⁶⁵ O Observatório das Metrópoles é uma rede de pesquisa criada em 1996 que reúne instituições e pesquisadores dos campos universitário, governamental e não-governamental. O Observatório vem trabalhando sobre 11 metrópoles nacionais.

⁶⁶ Outros exemplos de investigações na mesma linha: (i) RIBEIRO, L. C. Q.; RODRIGUES, J. M.; CORRÊA, F. S. *Segregação Residencial e Mercado de Trabalho nos Grandes Espaços Urbanos Brasileiros*. 2009. (Relatório de pesquisa); (ii) ALVES, F.; Franco, Creso; RIBEIRO, L. C. Q. *Segregação Residencial e Desigualdades Escolares no Rio de Janeiro*. In: Luiz Cesar de Queiroz Ribeiro; Ruben Kaztman. (Org.). (iii) ALVES, F.; FRANCO, C.; QUEIROZ, L. C. R. *Segregación urbana y rezago escolar en Rio de Janeiro*. Revista de la CEPAL, v. 94, 2008, p. 133-14. iv) *A cidade contra a Escola? Segregação urbana e desigualdades educacionais em grandes cidades da América Latina*. 1 ed. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2008, v. 1, p. 91-118; (v) RIBEIRO, L. C. Q.; RODRIGUES, J. M.; CORRÊA, F. S.. *Status, cor e desigualdades socioespaciais nos grandes espaços urbanos brasileiros*. Relatório de Pesquisa, 2009.

⁶⁷ As instituições que nos referimos são aquelas primordiais ao suprimento das necessidades básicas da população, e à constituição de um efetivo Estado-Nação, pautado em noções e regras básicas a uma composição individual presente e politizada, nestes termos, a escola, sem qualquer dúvida, é a de maior importância.

Luiz César de Queiroz Ribeiro e Ruben Kaztman, os autores buscaram aliar vertentes qualitativas e quantitativas que envolvem o universo socioespacial e escolar em bairros periféricos de metrópoles latino-americanas, como Belo Horizonte, Buenos Aires, México, Montevideú, Rio de Janeiro e Santiago de Chile.

Dentre os textos reunidos nesta obra, chamamos atenção ao trabalho de Suárez e Groisman (2008), quando versam sobre a segregação em Buenos Aires – Argentina, e sua repercussão no desenvolvimento educacional dos jovens. Para tanto, formaram três grupos de análise, alunos que vão à escola regularmente, os que não frequentam e os irregulares (que foram as aulas apenas no início do ano letivo). Articularam esses dados ao nível instrucional, cultural e socioeconômico dos pais, e concluíram que morar em bairros pobres, tem efeitos negativos sobre as conquistas educacionais tanto em termos de desempenho como prosseguimento.

Flores (2008) utiliza para sua análise o efeito de bairro⁶⁸ para compreender as oportunidades e o desempenho escolar dos alunos da periferia de Santiago no Chile. A este fim, autora privilegia na estrutura do seu artigo, marcos conceituais de grande relevância nos moldes segregacionistas, descreve as nuances do sistema educacional chileno, e a distribuição das escolas. Dentre os desfechos atingidos pelo trabalho, observou-se a taxa de desemprego entre os adultos – verificado em maior quantidade nos bairros periféricos, como de extrema preponderância sobre os resultados e permanência das crianças na escola. Outra importante descoberta são os efeitos mais incisivos da segregação sobre estudantes de escolas públicas, quando comparado com alunos de escolas privadas, estas buscam isolar por meio de atividades extra programáticas os alunos do contexto territorial negativo.

No artigo intitulado: “*Segregação urbana, sociabilidade e escola na Cidade do México: a coexistência de mundos isolados*”, Saraví (2008), enviesado em uma estratégia metodológica qualitativa, busca captar como a escola é acessada por alunos de bairros segregados. Por meio da aplicação de 17 entrevista com jovens, homens e mulheres entre 15 e 21 anos, percebeu-se a importância da dimensão simbólica da segregação na formação de “dois mundos”, sendo que em cada

um deles existem lógicas, sentidos, e experiências diferentes; o acesso a um e outro espaço está cheio de barreiras físicas e simbólicas que podem se tornar mutuamente excludentes. No entanto, não se trata nem de diferenças nem de exclusões simétricas, mas ambas passam pelo crivo de uma profunda e arraigada desigualdade social. Essa forma

⁶⁸ Se referem aos efeitos que as características contextuais ou espaciais significam ao processo e os resultados da tomada de decisões individual. Flores (2008).

particular em que se articulam a diferença, a desigualdade, e a exclusão, transmite conotações específicas e próprias aos processos de segregação urbana e à mesma sociabilidade urbana, e em um segundo nível, aos efeitos desses últimos aspectos sobre a escola. (SARAÚÍ, 2008, p. 219)

Néstor López (2008) aborda no trecho: A escola e o bairro. Reflexões sobre o caráter territorial dos processos educacionais nas cidades, a respeito da busca entre os países da América Latina por condições de maior igualdade entre os estudantes em nível fundamental e médio. Especialmente aqueles oriundos de realidades socioespaciais segregadas. Admite, “que quanto mais pobre é um cenário, menos probabilidades têm suas crianças ou adolescentes de completarem níveis significativos de escolaridade e de receberem uma educação de qualidade”. Também acrescenta a influência dos aspectos simbólicos nos trajetos educacionais esperados. “A dimensão cultural é quase tão relevante quanto a econômica na configuração dos resultados educacionais” (p. 328).

Os artigos reunidos neste livro comungam a interferência expressiva dos recursos territoriais sobre o acesso às instituições educacionais por parte das crianças e jovens, aliada à repercussão que o bairro traz à percepção dos valores e realidade que pouco incentivam a permanência na escola. Assim, a educação exhibe claramente a sua face territorial, e na visão dos autores, garantir uma educação de qualidade satisfatória precede a necessidade de superação de um dos grandes desafios a ela colocada – a articulação da dimensão educacional, social e espacial.

Castel (1998) denomina a fragilidade aos equipamentos públicos dos indivíduos segregados socioespacialmente como “desfiliação institucional”. Basicamente seria o arrefecimento destes indivíduos com as instituições encarregadas por gerar e manter a integração social, como a escola, por exemplo. Os sujeitos acabam naturalizando o fato de estarem impossibilitados pelas vias usuais e com os recursos disponíveis, de conquistar seus objetivos. Desfiliação não significa “ausência de relação social, mas um conjunto de relações sociais particulares”. Nestes termos, os desfiliaados “foram desligados, mas continuam dependendo do centro” (IBIDEM, p. 568-569).

Ribeiro e Koslinski (2010) advertem que a escola em territórios segregados muitas vezes transcende os seus ofícios primordiais, e acaba por enveredar em políticas de gestão salvacionistas, disciplinadora e uma pedagogia de controle social. Neste percurso, atuam muitas vezes com práticas discriminantes, pois o pré-entendimento do espaço de origem dos alunos em diversos casos admite a violência, pobreza, isolamento, dificuldade de interação, entre outros.

Sob o entendimento que a escola muitas vezes incorpora e retroalimenta o “retrato social” existente no território, é possível seguir a concepção de que espaços compostos por sujeitos em vulnerabilidade e com baixas perspectivas, no que tange ao seu processo de escolarização, estão imersos em um cenário engessado e cíclico. Tal como nos diz Corrêa (1995, p. 09), as áreas residenciais segregadas “representam papel ponderável no processo de reprodução das relações de produção, no bojo do qual se reproduzem as diversas classes sociais e suas frações: os bairros são os locais de reprodução dos diversos grupos sociais”. Harvey também partilha dessa compreensão, em suas palavras

Diferenciação residencial significa acesso diferenciado a recursos necessários para adquirir oportunidades de ascensão social. As oportunidades, como educação, podem estar estruturadas de modo que um bairro de classe operária seja “reproduzido” em outro bairro ou no mesmo bairro da próxima geração (HARVEY, 1980, p. 362)

De acordo com Cid (2009), o território pode significar ambiência positiva ou negativa aos percursos educacionais de seus habitantes, importando fortemente as características do entorno ao contexto escolar. Tal fato pode impactar diretamente no efeito escola⁶⁹ acirrando ainda mais os processos de diferenciação institucional, promovendo com isso a existência de “hierarquias institucionais” no interior de uma rede de ensino, criando referências de maiores ou menores status no campo escolar.

Dessa forma, verifica-se que a onipresença do capitalismo não isenta nem mesmo o ambiente escolar de suas mazelas. Norinês P. Bahia, (2002, p. 20)⁷⁰, ao versar sobre casos de fracasso escolar atribui as “reflexões sobre exclusão escolar e exclusão social, como consequência de uma política neoliberal excludente, a que todos foram submetidos”.

O final da década de 1960 foi caracterizado por apresentar produções textuais que advertiam sobre a relevância do contexto social no processo de escolarização, especialmente nos estudos de Pierre Bourdieu. Em colaboração com Jean-Claude Passeron, ambos neomarxistas, compreendiam a escola como instituição revestida de neutralidade, porém com extrema porosidade ao processo de hierarquização social, e vão além, alertam para a “didática utilitária” da escola na manutenção dessa ordem desigual. Tornando essa ideia mais clara, viabilizaram

as ferramentas conceituais para o exame das instituições sociais enquanto lugares nos quais se exerce a dominação cultural, a

⁶⁹ Entende-se como “efeito escola” a capacidade que a escola organizada institucionalmente tem de reduzir, pelo menos em parte, os efeitos das diferenças de posição social dos alunos sobre o seu desempenho escolar (CID, 2009, p.49).

⁷⁰ BAHIA, N. P. O fracasso escolar e a reclusão dos excluídos. São Paulo: Alexa Cultural, 2012, 80 p.

ideologização a serviço da reprodução das relações de produção; na escola, o embaçamento da visão da exploração seria produzido, segundo esta teoria, principalmente pela veiculação de conteúdos ideologicamente viesados e do privilegiamento de estilos de pensamento e de linguagem característicos das integrantes das classes dominantes, o que faria do sistema de ensino instrumento a serviço da manutenção dos privilégios educacionais e profissionais dos que detêm o poder econômico e o capital cultural (PATTO, 1999, p. 147).

O crédito atribuído à instituição escolar como mecanismo de mobilidade social ascendente, aumento dos padrões de consumo e qualidade de vida, fazem parte da “*revolução do aumento das expectativas*”⁷¹, ao longo do tempo, buscou-se desvendar a real capacidade que a trajetória escolar com maior significância tem de impactar sobre as esferas sociais. Ribeiro e Koslinski (2010) nos informam que primeiramente os estudos convergiam na concepção que a escola era incapaz de reverter as desigualdades sociais fruto da origem socioeconômica dos alunos, posteriormente, e de maneira contrária, a segunda geração julgou os equipamentos educacionais como intercessores únicos de uma possível mutação social do indivíduo.

A terceira geração, após os anos de 1980, de maneira mais realista, apoia-se nos postulados da Sociologia Urbana e da Sociologia da Educação, e compreende o ambiente interno das escolas, e com igual valor as condições socioespaciais da sua clientela, como preponderantes sobre as condições efetivas de escolarização de crianças e jovens, e permissora de uma possível transgressão social positiva.

Com o final da segunda grande guerra, os governos perceberam a necessidade de se ampliarem e reformarem os sistemas de ensino. Para balizar suas intervenções foram desenvolvidas pesquisas de levantamento com intuito de desvelar a maneira que fatores como cor, religião, origem socioespacial afetariam as oportunidades educativas. A este intento foi produzido nos EUA o Relatório Coleman (1966), através da constituição amostral de 645 mil alunos. Os resultados indicaram que as diferenças de desempenho e permanência escolar eram mais influenciadas pelas variáveis socioeconômicas do que pelas intra-escolares⁷².

⁷¹ Termo utilizado em: SANSONE, L. Jovens e Oportunidades: as mudanças na década de 1990 – variações por cor e classe. In: HASENBALG, C.; SILVA, N. V. Origens e Destinos: Desigualdades Sociais ao Longo da Vida. Rio de Janeiro: Topbooks, 2003. p. 147-172.

⁷² Com relação ao desempenho das crianças, foi apontado que escolas frequentadas por clientela de menor poder econômico era pior que outras compostas por crianças de nível socioeconômico mais heterogêneo. (COLEMAN, 1966)

No ano seguinte, em 1967, foi publicado o Relatório Plowden⁷³, que em linhas gerais encontrou grande semelhança com o Relatório Coleman nos seus resultados. Estes exames foram alvos de críticas em círculos acadêmicos e do poder público, pois sinalizavam a incapacidade da escola de reverter quadros socioeconômicos desfavoráveis, ou pior, promovê-los. (RIBEIRO; KOSLINSKI, 2010)

Estes relatórios delinearam boa parte dos estudos posteriores sobre as condições de vizinhança e os atributos da população, e a sua ingerência sobre os comportamentos adotados pelos indivíduos, sejam eles exemplares ou não, isto é, possibilitaram reconhecer a maneira como o território pode influenciar nas trajetórias e desempenhos individuais.

De acordo com Ribeiro, et. al., (2010), a década de 1980, mais especificamente em 1987, apresentou produções científicas de grande expressão que correlacionavam os diferentes espaços e as desvantagens sociais, cabe destaque o sociólogo William Julius Wilson, especialmente ao produzir o texto: *The Truly Disadvantaged* (1987).

A teorização deste autor sobre os efeitos reprodutores das desvantagens sociais decorrentes da concentração territorial dos antigos operários negros transformados em excluídos do mainstream da economia, fato resultante da reestruturação produtiva, exerceu grande influência na realização de uma série de estudos fundados especificamente na hipótese de que a pobreza da vizinhança afeta as oportunidades dos mais pobres. Estes estudos buscaram compreender certos desfechos sociais a partir de uma relação de causalidade entre o indivíduo (motivações, escolhas, comportamentos e situação social) e os contextos sociais em que residem, caracterizados principalmente a partir de propriedades comuns dos residentes. (RIBEIRO; KOSLINSKI, 2010, p. 356)

Diante da frequência com que o termo “capital” e suas derivações serão utilizados no texto, é necessário o cuidado de torná-los claros quanto a sua percepção. Introduzidos por Bourdieu e Passeron (1975), o conceito de capital não se refere apenas à sua forma monetária, mas também cultural e econômica.⁷⁴

Nogueira e Nogueira (2002, p. 20-21), ao analisar as contribuições e limitações dos postulados de Pierre Bourdieu à Sociologia da Educação, destacam os três níveis de capitais concernente ao indivíduo,

⁷³ Central Advisory Council for Education, Children and Their Schools. Plowden Report. 1967.

⁷⁴ O conceito de Capital Social criado por Coleman, se tornou mundialmente conhecido a partir da publicação em 1994 de *Comunidade e Democracia*, de Robert Putnam.

o capital econômico, tomado em termos dos bens e serviços a que ele dá acesso, o capital social, definido como o conjunto de relacionamentos sociais influentes mantidos pela família, além do capital cultural institucionalizado, formado basicamente por títulos escolares. A bagagem transmitida pela família inclui, por outro lado, certos componentes que passam a fazer parte da própria subjetividade do indivíduo, sobretudo, o capital cultural na sua forma “incorporada”.

À visão de Bourdieu, o capital cultural na sua forma incorporada, significa maior preponderância ao destino escolar dos alunos, dada a sua interferência pelas vias intergeracionais. Em suas implicações mais gerais pode ser entendido como expressão dos gostos em matéria de arte, culinária, decoração, música, esportes e etc.; ao domínio maior ou menor da língua culta; e sobretudo ao conjunto de informações sobre o universo escolar.

A família – dado o pertencimento via herança, compõe-se como o grande alvo dos estudos que abordam as oportunidades educacionais inerentes aos sujeitos, entretanto, não podemos compreendê-la como constituinte única nesse processo (BOURDIEU; PASSERON, 1975). Dentre outros condicionantes tem-se o território, este se transporta ao ambiente intraescolar, impactando até mesmo na gestão e organização das escolas, quadro de funcionários, composição do corpo docente e discente, segurança, entre outros. Nestes termos, é necessário reafirmar, a territorialidade pode significar efeitos positivos ou negativos aos trajetos educacionais.

Pautado na comunicação existente entre a tríade: disponibilidade de instituições de ensino, relevo socioeconômico do indivíduo e localização espacial do espaço de habitação, Alves (2006) entende que famílias precedentes de inclusão precária tendem a apresentar menor poder de discernimento a respeito das instituições de ensino possíveis. Nessa razão,

as famílias de classes populares apresentam desvantagens no “jogo da escolhas”, não apenas porque faltam recursos econômicos e culturais necessários para fazer as melhores escolhas, mas, em muitos casos, estas não podem ser realizadas. Isto ocorre por várias razões como, por exemplo, a percepção sobre a escola como um serviço público homogêneo (VAN ZANTEN, 2005 apud ALVES, 2006).

Ao estudar a periferia parisiense desqualificada socialmente e com uma realidade escolar desprestigiada, Agnès van Zanten (2001)⁷⁵ conclui que as famílias mais fragilizadas apresentam propensão a manter maior imersão em redes locais de parentesco e vizinhança. Conservam os filhos nas escolas da proximidade, alegando que os riscos de extorsão, custo de transporte, violência e alimentação os impede de buscar um diferencial institucional em escolas mais centralizadas. Entretanto, em concordância com a autora, estes responsáveis possuem informações limitadas de estabelecimentos fora do bairro, além de não manterem vínculos sociais que permitam a evolução de tal consciência.

Esse contexto restritivo pode muitas vezes limitar as “escolhas” escolares de famílias oriundas de camadas populares, por um lado exclusas de se inserirem em unidades educacionais capitalizadas, e por outro visualizam na escola local, ambiência próxima a sua realidade – optando por esta em sua maioria. Como podemos constatar, as avaliações sobre o acesso institucional e a escola como mantenedora da estrutura social, amplia a discussão aos moldes territoriais, sem contudo, isentar a escola da sua parcela de responsabilidade sobre a exclusão de crianças e jovens nas trajetórias de escolarização.

3.1 Geografia Objetiva e Subjetiva das Oportunidades

De acordo com Ribeiro e Koslinski (2010), estudos que envolvem o contexto espacial e as desvantagens socioeducacionais apresentaram novos relevos após a década de 1980, em especial a partir das contribuições de Wilson (1987), sendo este fundamental às teorizações que discutem a escassez da vizinhança afetando negativamente as oportunidades dos mais pobres. Nas visões do autor, o efeito da segregação em uma comunidade de renda total inferior, inscrevem-se fundamentalmente em grandes prejuízos aos grupos sociais nele inseridos quando comparado às vizinhanças compostas por rendimentos totais mistos.

O fato dessa população estar condicionada a manter relações menos intensas com grupos de maior diversidade socioeconômica e espacial, pode gerar um movimento circular de reprodução comportamental específica do indivíduo, nas palavras de Harvey (1975),

a diferenciação social produz comunidades distintas com valores próprios do grupo, valores estes profundamente ligados aos códigos

⁷⁵ Apud VASCONCELLOS, M. D. A escola da periferia: escolaridade e segregação nos subúrbios, disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-73302004000100017&script=sci_arttext. Data de acesso: 14/03/2013.

moral, lingüístico, cognitivo, e que fazem parte do equipamento conceitual com o qual o indivíduo ‘enfrenta’ o mundo. A estabilidade de um bairro e do seu sistema de valores leva à reprodução e permanência de grupos sociais dentro de estruturas residenciais. (p. 362)

O acesso e permanência do indivíduo nas instituições escolares acontece primeiramente pelas oportunidades educacionais existentes, aliado ao nível de percepção e importância que as famílias e o próprio aluno atribuem ao processo de escolarização. Galster e Killen (1995), ao tratar dos elementos que circundam a tomada de decisão dos grupos sociais, traduzem essa condição enquanto “Geografia das Oportunidades”, partindo do pressuposto que um dos pilares da igualdade de oportunidades é a dimensão geográfica.

Diante da expressividade conceitual e do grande número de fatores socioespaciais envolvidos à Geografia das Oportunidades, Galster e Killen (1995) tratam essa definição em duas ramificações, a Geografia Objetiva das Oportunidades e Geografia Subjetiva das Oportunidades. Aos primeiros, entende-se em função da oferta de equipamentos públicos que o ambiente apresenta, podendo atuar também com mecanismos segregacionistas, assim,

a estrutura, a qualidade e o acesso a oportunidades variam “objetivamente” entre uma área e outra. Dessa forma, um dos aspectos da noção de geografia de oportunidades está relacionado aos mecanismos da segregação urbana que afetam diretamente a distribuição objetiva da estrutura de oportunidades. (KOSLINSKI, et. al., 2012. p. 10)

As informações presentes no bairro, as expectativas familiares, os valores, padrões de conduta, dentre outros, podem determinar a forma como os indivíduos enxergam as possibilidades existentes e as oportunidades almejavéis. Entende-se tal fenômeno enquanto Geografia Subjetiva das Oportunidades, incidindo diretamente naquilo que se espera do processo de escolarização, podendo

“ser limitadas não apenas pela disponibilidade ou não dessas escolas, mas também por não estarem dentro do “horizonte possível” (valores e expectativas diferenciadas) de famílias com determinadas características, sociais, culturais e econômicas” (ALVES, et. al., 2010, p. 69).

Como dito em algumas passagens do texto, a disposição espacial de infraestrutura urbana não ocorre de forma homogênea, e regiões de menor prestígio econômico tendem a apresentar números insuficientes de instituições públicas, como postos de saúde,

creches, e neste caso escolas. Assim sendo, a composição limitada de “opções” age sobre as decisões do indivíduo, em geral, limitando-as.

As famílias melhores posicionadas socioespacialmente e com maior poder de escolha, buscam selecionar um diferencial escolar qualitativo aos seus filhos. Com isso, criam-se processos de segmentação do público estudantil, aguçando cenários discrepantes entre instituições escolares. Ao refletir a respeito de tal contexto, Seabra contribui e complementa ao tratar da seletividade discente,

esta sedimentação progressiva das desigualdades sociais nas carreiras escolares, acompanhada dos processos de selectividade escolar que dão origem à forte concentração, em algumas escolas, de alunos oriundos de grupos sociais mais desfavorecidos, [...] da persistência da selectividade social do insucesso escolar, tem questionado o papel e o sentido da escola única (SEABRA, 2009, p. 80).

É importante não sonegar que algumas escolas ampliam essa conjuntura, em um processo vertical e muitas vezes velado, restringem a admissão de alunos advindos de localidades “não desejáveis”. Dessa forma, a origem geográfica pode até se tornar um “critério” de seleção por parte das escolas, em que “o bairro chique consagra simbolicamente seus habitantes e os bairros estigmatizados degradam seus moradores” (BOURDIEU, 1997, p. 167).

Ribeiro e Koslinski (2010, p. 134), ao comentar o trabalho sobre os resultados da violência policial e criminal com relação à sociabilidade dos moradores de favelas, chefiado por Luis Antônio Machado⁷⁶, traz a concepção estigmatizada da população das periferias.

A experiência cotidiana dessa população é fortemente marcada pela desorganização e isolamento sociais decorrentes do confinamento territorial e simbólico, da desconfiança nas interações sociais internas [...] cujo fundamento é o estigma decorrente da criminalização de tais espaços.

De acordo com Carvalho (2004), os bairros constituídos por processos de segregação residencial aferem às famílias contextos de capital econômico e cultural inferiores. Há nesses espaços certa homogeneidade de informações e condutas que impactam decisivamente na forma como as famílias enxergam as possibilidades escolares.

O volume e a estrutura dos diferentes tipos de capital (econômico, cultural, social) adquiridos pelas famílias ocupam uma posição de

⁷⁶ MACHADO, L. A. (Org.). Vida sob cerco: violência e rotina nas favelas do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Ed. Nova Fronteira, 2008.

destaque interferindo neste processo de escolha. A desigualdade, tanto na posse quanto nas formas de apropriação de tais capitais pelas famílias dos diferentes grupos sociais, vai interferir não só na determinação dos critérios de escolha, como principalmente revelar as condições de escolha de escola de cada família, delimitando os “horizontes possíveis” (CARVALHO, 2004, p. 58).

Sabe-se que a vizinhança exerce impacto direto também sobre os trajetos escolares dos indivíduos, em especial nas áreas segregadas, neste âmbito analítico cabe destaque para três modelos de inserção social que preponderam sobre tais percursos, são eles: o modelo de eficácia coletiva; modelo de socialização coletiva e o modelo institucional.

O primeiro abordado é aquele que pontua a eficácia ou socialização coletiva – ou a falta dela, neste entendimento, conforme Wilson (1987), as comunidades apresentam forte tendência à desorganização, seja ela de origem imigrante, homogeneizada racialmente, ou segregada socioespacialmente. Essa desordem impactaria diretamente na baixa virtuosidade social, pois implicaria em menor envolvimento nas redes sociais da vizinhança, menor participação dos moradores em associações voluntárias e por consequência menor eficácia coletiva em todos os aspectos, a começar pelas alçadas educativas de sua juventude. (RIBEIRO; KOSLINSKI, 2010).

Dentre os modelos citados, aquele que correlaciona o efeito da vizinhança sobre a socialização coletiva é de grande importância em termos socioeducativos, essencialmente por discutir que os padrões e as normas de comportamento tendem a ser mimetizados por aqueles com quem mais se tem contato. Dessa maneira, cabe ressaltar a importância que o papel social dos adultos exerce sobre as crianças, ou seja, estes moldam a sua conduta a partir dos exemplos que são mostrados, válidos também, e, sobretudo, às carreiras estudantis.

Como consequência, podemos esperar que as crianças e adolescentes em contextos homogeneamente pobres, se mostrem menos propensas a comportamentos e atitudes que levariam ao sucesso na escola (altas expectativas educacionais e esforço) uma vez que não seriam expostas a evidências diretas de que essas atitudes e comportamentos são úteis e desejáveis (AINSWORTH, 2002 apud RIBEIRO & KOSLINSKI, 2010).

Composto por igual importância, o modelo que afere maior pertinência a este estudo é o de socialização institucional, que parte do pressuposto que os indivíduos são afetados pela qualidade e quantidade de serviços que são ofertados pela vizinhança. Via de regra, as regiões mais afluentes apresentam maior potencial para o subsídio de instituições educativas com elevados atributos. A título de exemplo, no que se refere à

composição docente as escolas localizadas em áreas mais abastadas tenderiam a receber professores mais qualificados e experientes, por conseguinte, nas vizinhanças pobres mostra-se a incipiência tanto no recrutamento quanto na retenção de bons educadores, assim como na disposição espacial das instituições, percebe-se claramente uma lógica centralizadora (RIBEIRO & KOSLINSKI, 2010).

Ciente da importância conceitual dos elementos que envolvem a Geografia Subjetiva das Oportunidades, os dados que serão abordados a seguir, competem fundamentalmente aos aspectos Objetivos na Geografia das Oportunidades.

3.2 Geografia Objetiva das oportunidades no espaço urbano de Viçosa/MG

Tendo por base a incipiente estrutura educacional pública básica em Viçosa/MG sobretudo nos bairros segregados, o bairro Nova Viçosa, por exemplo, tem apenas uma escola para atendimento de crianças em nível fundamental em dois turnos (manhã e tarde). Ao final dessa etapa de escolarização se veem obrigados a escolher uma instituição na área central da cidade para cursar o ensino médio, e se deparam com condições de limitação no acesso, em virtude do baixo número de escolas, distância até o centro, entrada no mercado de trabalho, necessidade de transporte, e etc.

Em 2005, o governo federal estabeleceu uma orientação no sentido de garantir melhor alocação dos alunos por escola, para tanto, a sexta meta do compromisso “*Todos pela Educação*”, estabelece que a matrícula do aluno ocorra na escola mais próxima à sua residência. Entretanto, cabe ressaltar que as regiões intraurbanas não apresentam uma uniformidade no quantitativo estudantil e muito menos institucional, com isso podem surgir regiões com elevada demanda e número rarefeito de escolas, como é o caso das periferias Viçosenses.

O censo escolar de 2014, realizado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP/MEC), levantou um número de 62 estabelecimentos de ensino infantil, fundamental e médio em funcionamento em Viçosa/MG. Desse quantitativo, existem 58 escolas na zona urbana do município e quatro na zona rural, chama a atenção o grande número de instituições privadas existentes na cidade. (Figura 19).

Figura 19: Número de Estabelecimentos de Ensino da rede Pública e Privada em Viçosa, MG – 2014.

Rede de Ensino	Número de Estabelecimentos	
PÚBLICA	Zona Urbana	Zona Rural
Municipal	15	4
Estadual	10	-
Federal	1	-
PARTICULAR	32	-
TOTAL	58	4

Fonte: Ministério da Educação (INEP/MEC - 2014)

Estão disponíveis no conjunto urbano de Viçosa/MG, um número de quinze instituições públicas municipais, além das Estaduais que ofertam o nível fundamental a uma população de 7.728 alunos. Concentram-se principalmente na região centro-sul da cidade, mesmo como responsabilidade do município, algumas escolas Estaduais também oferecem este grau de instrução, o que contribui para a sua oferta mais abrangente em termos espaciais.

A demanda de alunos em nível fundamental no ano de 2013, se aglomera principalmente nas regiões mais distantes do núcleo central, a saber, o bairro Bom Jesus (1053); Amoras (1018); Nova Viçosa (864); Santa Clara (850) e Santo Antônio (841 alunos).

Em nível médio o quantitativo discente é aproximadamente três vezes menor que o fundamental, 2.842 alunos, e o número de escolas públicas disponíveis é bastante inferior, apenas seis estabelecimentos. Encontram-se espacialmente reunidos sobretudo na região central da cidade, ou nos arredores. Deste modo, os alunos que moram nos bairros do entorno ao núcleo central fazem uso permanente do transporte escolar.

A demanda de alunos em nível médio no ano de 2013, segue o modelo visualizado no fundamental, estão concentrados também nas áreas mais periféricas, a saber, o bairro Bom Jesus (460); Santo Antônio (407); Nova Viçosa (328) – lembrando que no bairro não existe oferta deste nível de ensino; Amoras (319); Silvestre (257).

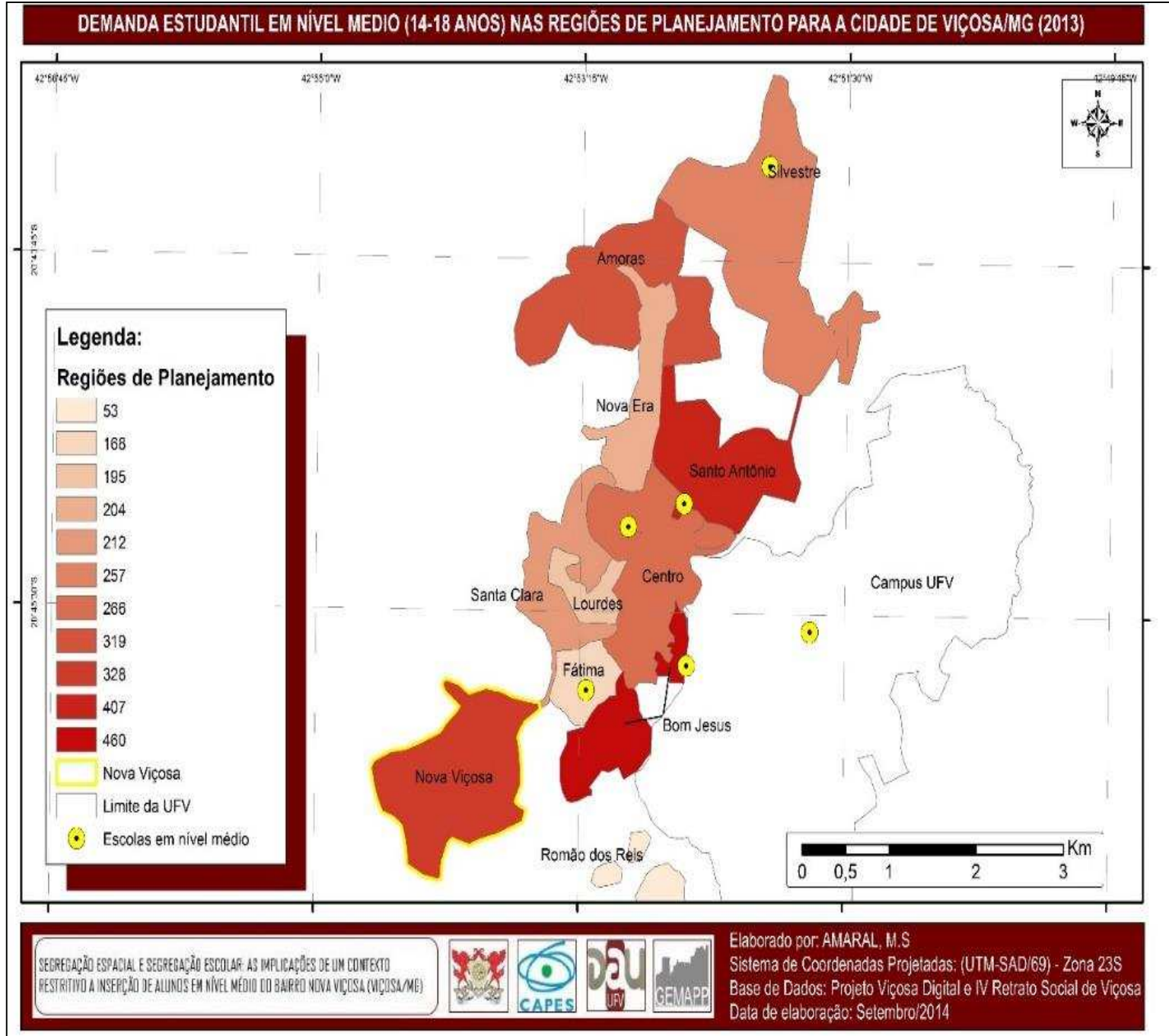
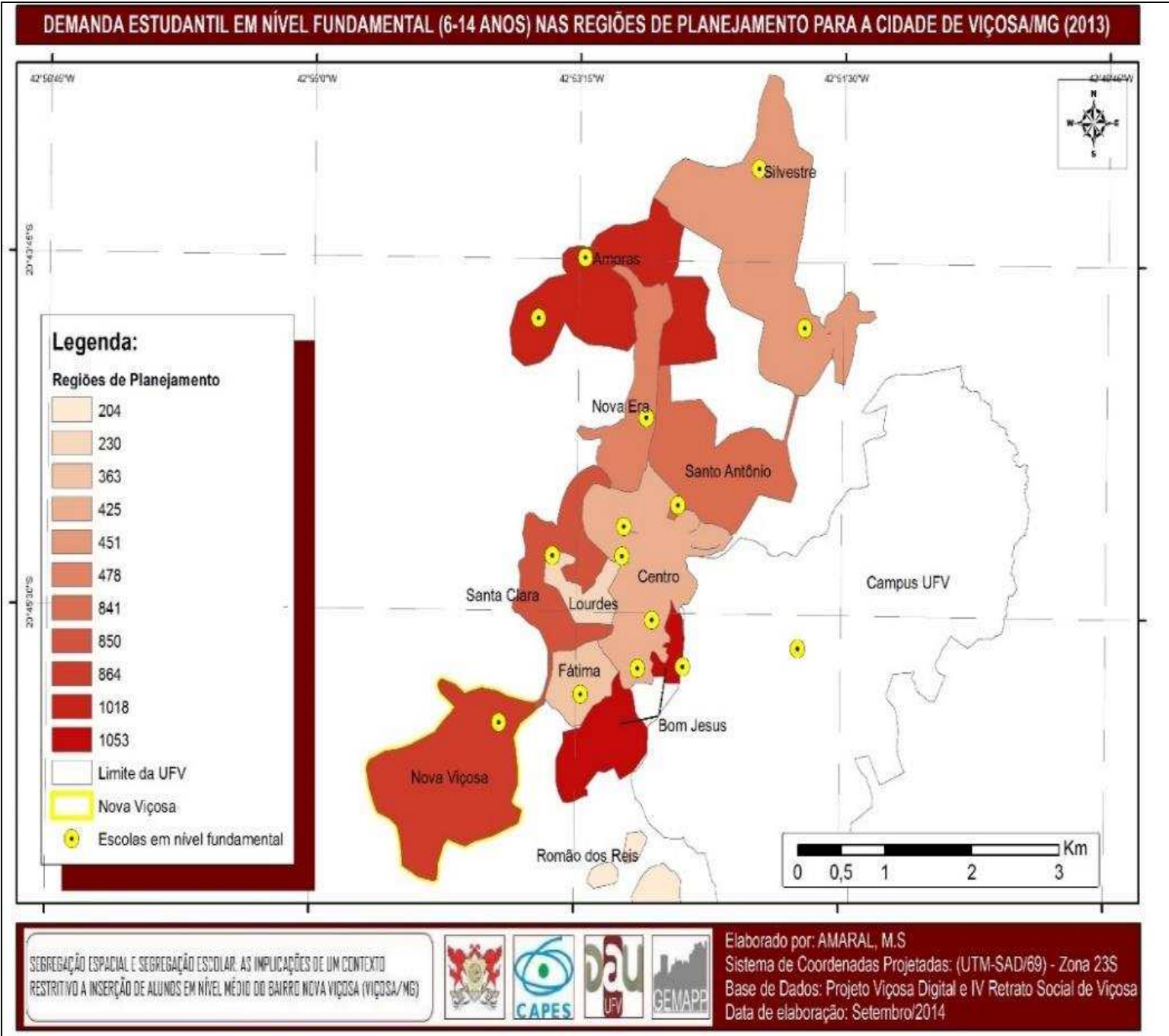
É possível perceber a demanda crescente da região central em direção às periferias da cidade, contrastando claramente com a concentração de ofertas institucionais, essas localizadas predominantemente na área central da malha urbana. Cabe a ressalva que,

grande parte das regiões com baixo número escolas tem o seu processo de ocupação mais intenso nos últimos 50 anos.

É importante sinalizar que nas regiões em que a oferta institucional não condiz com a demanda, as opções educativas às famílias são bastante restritas, ou mesmo inexistente. Há uma tendência clara que essas regiões compreendam as localidades compostas de um perfil populacional de menor poder aquisitivo. As regiões mais centralizadas apresentam as menores taxas de analfabetismo, menor demanda e possuem maior quantidade de estabelecimentos de ensino público. Como dito, ao passo que se afasta espacialmente dessas áreas, o déficit institucional escolar se eleva, tal como o analfabetismo. Essa conjuntura socioeducacional encontra respaldo teórico em Bourdieu (1997), perante o “efeito-do-lugar”, o espaço urbano consubstancia a hierarquia, a desigualdade, e as fomentações cotidianas institucionalizadas da distinção social.

Podemos visualizar na (Figura 20) a distribuição heterogênea das escolas na cidade de Viçosa/MG, variando de acordo com a categoria da escola (municipal ou estadual). Além disso, a concentração das escolas na região central prova que as áreas periféricas, insatisfatoriamente dotadas de infraestrutura técnica e social, voltam-se sempre a manter relações de dependência com a área central da cidade por não possuírem acesso a determinados níveis escolares. Essa espacialização institucional desigual nos revela a construção histórica de uma cidade subdividida, fragmentada, hipertrofiada nas suas regiões periféricas em termos de contingente estudantil, quando comparada com a área mais centralizada.

Figura 20: Escolas públicas em nível fundamental (esquerda), e nível médio (direita) – Viçosa/MG



3.3 Disposições institucionais em nível médio aos alunos de Nova Viçosa

No biênio 2013/14, três escolas públicas de nível médio foram as maiores responsáveis por absorver os alunos do bairro Nova Viçosa, são elas: Escola Santa Rita de Cássia (E.E.S.R.C) no bairro de Fátima com 280 alunos. A Escola Estadual Doutor Raimundo Alves Torres (ESED RAT) no bairro Bela Vista com 146 alunos e Escola Estadual Effie Rolfs (E.E.E.R.) no campus universitário com 15 estudantes (Tabela 6). No que tange à distância real⁷⁷, a primeira escola citada acima está a 2,5 km do bairro, a segunda a 4,0 km, e a terceira 5,8 km da praça central do Nova Viçosa.

Tabela 6: Instituições de destino de alunos do Bairro Nova Viçosa

INSTITUIÇÕES EM NÍVEL MÉDIO	NÚMERO DE ALUNOS			
	2013	%	2014	%
E.S.E.D.R.A.T	68	27,41	78	40,41
E.E.S.R.C	171	68,95	109	56,47
E.E.E.R	9	3,62	6	3,10
TOTAL	248	99,98	193	99,98

Fonte: Superintendência Regional de Ensino de Ponte Nova/2014

Além dos problemas oriundos da homogeneização do público estudantil⁷⁸ as escolas localizadas em regiões segregadas acabam por decantar problemas de diversas ordens, dentre eles elucidamos: i. Alunos estigmatizados pelo local de origem; ii. Alta rotatividade docente – em virtude da distância e das admissões majoritariamente contratuais; iii. Índice de desistência e evasão bastante elevados, seja pela necessidade de ingresso no mercado de trabalho, descrença das famílias na instituição escola, insuficiência no transporte, e vários outros.

Com relação às três escolas analisadas, esses fatores impactam diretamente nas avaliações institucionais como é possível perceber por meio dos resultados do IDEB⁷⁹

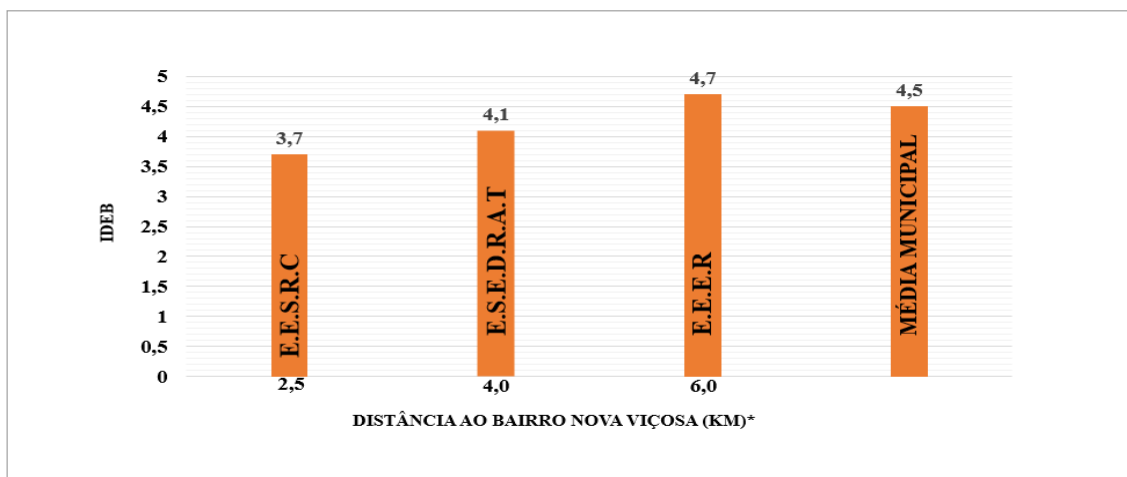
⁷⁷ Consideramos as vias utilizadas pelo transporte escolar.

⁷⁸ “Diversas pesquisas na área de educação afirmam que a homogeneização social do público escolar possui efeitos negativos para o processo de escolarização dos alunos e destacam a importância da convivência e destacam a importância de trocas entre alunos de perfis socioeconômico diversos” (CHRISTOVÃO; SANTOS, 2010, p. 289).

⁷⁹ O IDEB funciona como um indicador nacional que possibilita o monitoramento da qualidade da Educação, para esse fim, o índice é obtido a partir de dois componentes: a taxa de rendimento escolar (aprovação) e as médias de desempenho nos exames aplicados pelo Inep. Os índices de aprovação são

para o ano de 2011, em que apenas o Effie Rolfs apresenta valores superiores à média das escolas da cidade. (Figura 21).

Figura 21: Valores de IDEB das escolas disponíveis aos alunos do bairro Nova Viçosa de acordo com sua distância ao mesmo



Fonte: Dados do autor (2013/14)

*Os valores foram obtidos por meio de ferramentas do software de geoprocessamento

Percebe-se a partir da leitura do gráfico acima, que a dinâmica ocorrente em regiões metropolitanas, como nos apontam Ribeiro e Koslinski (2010), se repetem em cidades menores. Verifica-se que a hipótese de isolamento espacial está presente nos desempenhos das instituições escolares, tendo por exemplo que, ao se distanciar do bairro de estudo (periférico) em direção ao centro, a performance das escolas no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), tende a melhorar substancialmente. Na compreensão dos pais as melhores escolas são aquelas mais centralizadas, ou mais próximas da UFV. Ou seja, escolas próximas a bairros segregados são “encapsuladas” por esses territórios, tornando-se popularmente reconhecidas como “escolas de periferia”.

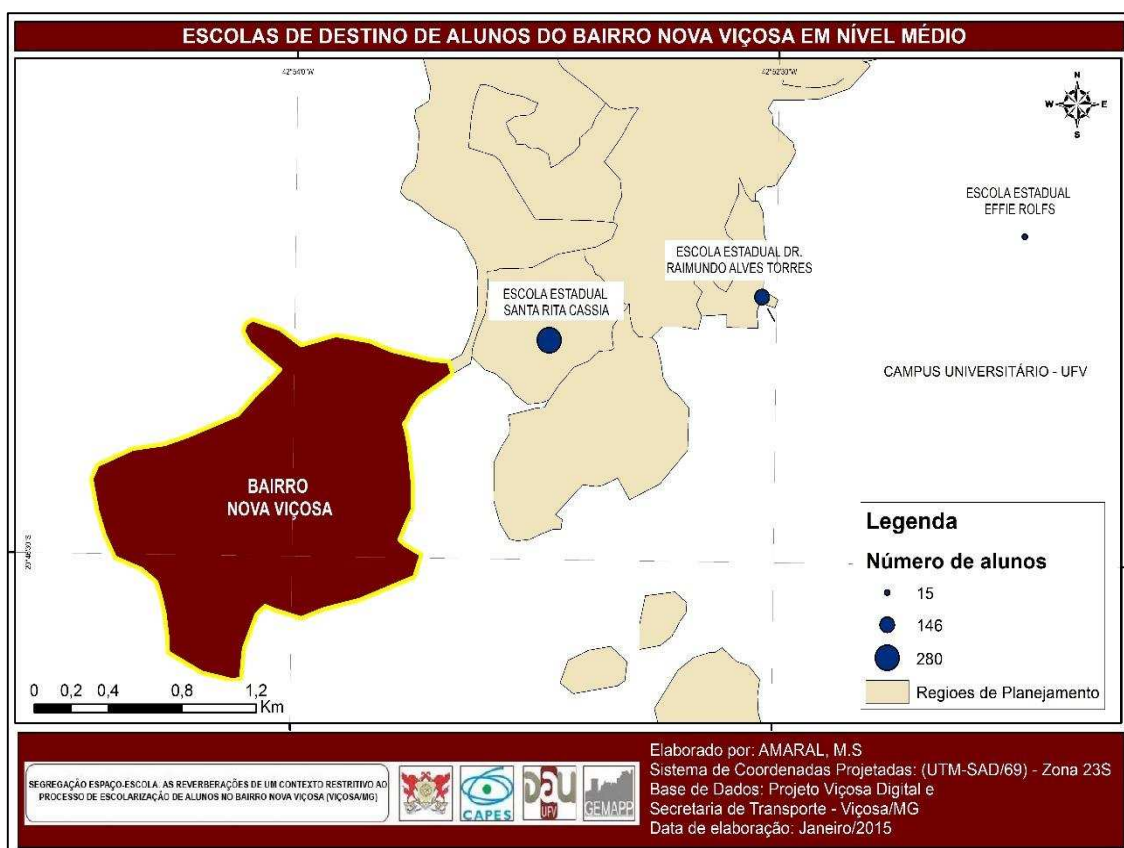
A partir da espacialização das escolas na área urbana da cidade é possível perceber como o Nova Viçosa e os bairros de entorno direcionam os seus alunos às escolas com maior proximidade. O poder público ao oferecer transporte para instituições centralizadas aos alunos do Nova Viçosa poderia surtir bons resultados promovendo o que se conhece

obtidos a partir do Censo Escolar, realizado anualmente. As médias de desempenho utilizadas são as da Prova Brasil, para escolas e municípios, e do Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb), para os estados e o País, realizados a cada dois anos. As metas estabelecidas pelo IDEB são diferenciadas para cada escola e rede de ensino, com o objetivo único de alcançar 6 pontos até 2022, média correspondente ao sistema educacional dos países desenvolvidos. Os indicadores de desempenho educacional utilizados para monitorar o sistema de ensino no País e realizado bianualmente. É graduado em uma escala de 0 – 10, em nível Médio o Brasil apresentou um valor de 3,7 para o ano de 2011. (PORTAL DO MEC).

por efeito de pares⁸⁰ positivos, todavia ao convergir esses alunos a três escolas principalmente, fomenta justamente o contrário para estes de origem socioeconômica menos vantajosa, agrupados em escolas com estudantes de ascendência semelhante, quase sempre suscita um convívio de crianças e adolescentes pouco interessados pela escola, casos de abandonos e, frequentemente, engajados em crime e outros comportamentos perigosos. Ou seja, neste universo estão mais propensos a ver estas atividades e comportamentos como aceitáveis.

A confecção da (Figura 22) foi feita a partir do somatório de alunos no ensino médio entre os anos de 2013 e 2014, intui-se que o fator proximidade é considerado na alocação dos alunos de Nova Viçosa, neste biênio, a Escolas Estaduais Santa Rita, Raimundo Alves Torres e Effie Rolfs, receberam respectivamente: 280, 146 e 15 estudantes.

Figura 22: Escolas de destino de alunos do bairro Nova Viçosa em nível médio



⁸⁰ O “efeito dos pares” está relacionado a um processo de contágio ou difusão de comportamentos entre uma criança e outra. Esse fenômeno também é conhecido como externalidades espaciais a gerar – benefícios ou prejuízos – que se difundem aos elementos da vizinhança.

Este capítulo explorou a operacionalização da Geografia Objetiva das Oportunidades Educacionais, e diante de um espaço urbano com características segregacionistas, foi possível perceber a presença de bairros e regiões altamente diferenciadas em termos de recursos institucionais e demanda escolar. Tal conjuntura evidencia e marca a dualidade na cidade de Viçosa/MG, sobretudo quando se permite dentro de um percurso histórico, compreender como o local de moradia dos diferentes estratos sociais foram consentidos, incitados ou afastados (i)legalmente de maneira a habitarem áreas específicas da cidade. O convívio com o estigma por parte da população com maiores recursos e a inoperância do Estado são uma das marcas mais evidentes dos territórios segregados.

Diante dos problemas enfrentados pela juventude de bairros segregados intervenções por parte do poder público e/ou privado carregam um teor de inevitabilidade considerável. Essa atuação seria uma forma de atingir um dos pontos medulares que incidem diretamente sobre a conjuntura socioespacial desigual das cidades brasileiras, a formação educacional.

Como desfecho capitular deste trabalho de dissertação, com base na Geografia das Oportunidades, intenta-se na seção seguinte, discorrer a respeito dos fatores de ordem socioespacial de maior significância às carreiras escolares acidentadas de estudantes do bairro Nova Viçosa em nível médio.

CAPÍTULO 4. CONCENTRAÇÃO SOCIAL E DISPERSÃO EDUCACIONAL: componentes ativos ao comprometimento escolar dos alunos no Bairro Nova Viçosa

“Fui na delegacia e falei com o tenente. Que homem amável! Se eu soubesse que ele era um homem tão amável, eu teria ido na delegacia na primeira intimação. [...] O tenente interessou-se pela educação dos meus filhos. Disse-me que a favela é um ambiente propenso que as pessoas tem mais possibilidades de delinquir do que tornar-se útil a pátria e ao país.

(Carolina Maria de Jesus)

Nesta etapa do trabalho serão feitas análises em escala de bairro relativo aos fatores de maior preponderância aos insucessos escolares em nível médio, para tanto, foi composto um corpo amostral de trinta estudantes em situação de desistência ou evasão⁸¹.

Como justificado no terceiro capítulo, decidiu-se por abordar apenas os aspectos diretos, ou objetivos, que envolvem o processo de segregação e escolarização, a este intento, manteve-se apoio na literatura da Sociologia Urbana e da Educação⁸², em vias de se aproximar de análises mais intensivas em determinados pontos, e mais extensiva em outros, foi feita uma separação em dois eixos (um e dois).

O eixo um se caracterizou primordialmente como um processo de triagem. Foram investigados por meio de entrevistas e análise documental junto a secretaria de transporte, o sistema de traslado escolar disponíveis aos bairros mais distantes que necessitam de tal serviço, dirigindo especial atenção ao Nova Viçosa. Junto à superintendência verificou-se a demanda e o destino de alunos do bairro, de forma a balizar a apreensão das escolas receptoras deste alunado, e com isso ir até as escolas, e, por meio de questionários, compreender a visão dos gestores sobre as principais características dos alunos originados

⁸¹ De acordo com o Ministério da Educação – MEC, evasão é a “saída definitiva do curso de origem sem conclusão, ou a diferença entre ingressantes e concluintes, após uma geração completa” (BRASIL/MEC, 1997, p. 19). No processo de desistência o aluno comunica a escola que não mais frequentará o curso naquele período letivo. A definição conceitual ainda carece de maior fundamentação. Este trabalho parte do pressuposto que ambos os termos retratam momentos escolares distintos. Se por excesso de falta o aluno não fizer a matrícula, ele se enquadra em situação de desistência. No ano seguinte este mesmo aluno não fazer a matrícula, passa então a fazer parte das estatísticas de evasão escolar.

⁸² O isolamento dos fatores básicos incidentes nos casos de insucesso escolar, apoiamo-nos em pesquisas já finalizadas no bairro que envolvem a temática, assim como nos de maior relevância e ocorrência nos escritos de: RIBEIRO, L. C. Q. (Org.). Desigualdades Urbanas, Desigualdades Escolares. Rio de Janeiro: Letra Capital, Observatório das Metrópoles: IPPUR/UFRJ, 2010.

de bairros segregados. Por fim, realizar uma aproximação dos alunos desistentes e evadidos do bairro Nova Viçosa.

O segundo eixo nos permitiu mediante aplicação de questionários entender os reais motivos sob a alcunha socioespacial do elevado índice de carreiras acidentadas⁸³ em nível médio dentre os estudantes pesquisados. Com dito, os sujeitos envolvidos nessa etapa de reunião de dados compuseram-se dos responsáveis pelos alunos, quando não possível, ou tendo o estudante acima de 18 anos, este foi o envolvido nas respostas. Dentre as causas mais recorrentes, ressalta-se, o trabalho infanto-juvenil; a repetência escolar; dificuldades de acesso à própria instituição de ensino; a inexistência de transporte público e principalmente os aspectos intergeracionais, em que a baixa graduação escolar dos responsáveis pouco impulsionam os filhos no processo de escolarização.

4.1 PRIMEIRO EIXO – ELEMENTOS GERAIS

4.1.1 O transporte escolar no município

A segregação está diretamente relacionada, como foi visto, pelo potencial de mobilidade que os diferentes grupos populacionais possuem no espaço urbano. Ainda assim cabe frisar que o transporte pode atuar como fator determinante nos processos de distanciamentos socioespaciais, podendo reduzi-los ou até mesmo acentuá-los. Este campo de análise do texto poderia ter sido abordado anteriormente na seção de condicionantes socioespaciais que afetam o bairro Nova Viçosa. Entretanto, diante da utilidade dos dados de transporte na compreensão das escolas que absorvem os alunos do bairro, e conseqüentemente no fechamento da amostra, resolvemos posicioná-lo no início deste capítulo.

A necessidade do transporte escolar em regiões periféricas na cidade é respaldada em aparatos legais, tanto a nível municipal, quanto federal a Constituição (1988) e a Lei de Diretrizes e Bases - LDB (9394/96), e condição sine qua non à continuidade estudantil dos seus moradores. Viçosa/MG vive neste sentido uma dicotomia, a região central congrega o maior número de instituições de ensino, por outro lado, os bairros mais

⁸³ O termo “acidente”, comumente empregado na Sociologia da Educação, está sendo utilizado para enquadrar a trajetória de insucesso dos sujeitos investigados, designa em acordo com o dicionário Houaiss (2008): “altos e baixos; irregular, tortuoso, cheio de dificuldades, tumultuado”. Este sentido é comumente empregado na Sociologia da Educação para designar as “trajetórias escolares acidentadas”.

longínquos concentram o maior número de estudantes. A resolução deste problema – transportar os alunos ao centro, acaba por onerar a prefeitura, se tornando pauta comum nas reuniões da Câmara Municipal.

De acordo com a lei Nº 10.709, de 31 de Julho de 2003. Em seu décimo artigo, inciso VII, os Estados incumbir-se-ão de: assumir o transporte escolar dos alunos da rede estadual, e no artigo seguinte, inciso VI – os Municípios devem assumir o transporte escolar dos alunos da rede municipal.

Mesmo atuando no sentido de atribuir responsabilidades específicas aos Estados e Municípios no que se refere ao transporte escolar, a lei abre uma possibilidade de associação ou colaboração entre as partes⁸⁴. Dessa maneira, sem a obrigatoriedade e sendo conveniente ao Município, é permissível através do repasse de recursos estaduais, também ofertar o transporte aos discentes em nível médio.

O transporte de alunos dispõe de fundos específicos ligados ao Ministério da Educação e financiado por meio do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE). Atualmente existem dois programas direcionados à mobilidade estudantil, o Programa Nacional de Transporte Escolar (PNTE)⁸⁵ e o Programa Nacional de Apoio ao Transporte do Escolar (PNATE)⁸⁶.

Os recursos destinados ao transporte escolar no município de Viçosa estão distantes de suas necessidades, a previsão para o ano de 2014 era de R\$ 2.500.000,00. Contudo a peça orçamentária se compunha no valor de: R\$ 112.500,00 pelo PNTE; R\$ 200.900,00 de recurso Estadual e R\$ 1.500.000,00 de recurso próprio, totalizando R\$ 1.813.400,00. Ou seja, uma defasagem no valor de R\$ 686.600,00. (C.M.V, 2015)

⁸⁴ Art. 3º - Cabe aos Estados articular-se com os respectivos Municípios, para prover o disposto nesta Lei da forma que melhor atenda aos interesses dos alunos.

⁸⁵ O Programa Nacional de Transporte Escolar – PNTE foi criado quando da publicação da Portaria Ministerial Nº 955, de 21 de junho de 1994, no âmbito do Ministério da Educação, para com verba do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE, contribuir para o transporte dos alunos no trajeto residência-escola-residência. <http://www2.camara.leg.br/documentos>. Acesso 30/03/2014.

⁸⁶ O Programa Nacional de Apoio ao Transporte do Escolar (PNATE) foi instituído pela Lei nº 10.880, de 9 de junho de 2004, com o objetivo de garantir o acesso e a permanência nos estabelecimentos escolares dos alunos do ensino fundamental público residentes em área rural que utilizem transporte escolar, por meio de assistência financeira, em caráter suplementar, aos estados, Distrito Federal e municípios. Disponível em: www.fnde.gov.br/programas/transporte-escolar/transporte-escolar-apresentacao. Acesso 30/03/2014.

4.1.2 A regulação do transporte escolar com base no zoneamento municipal

As regras que definem o transporte escolar no município foram acordadas entre os gestores públicos em Dezembro de 2011, por meio da Lei Municipal nº 2.202/11, e atendem aos seguintes preceitos: as escolas se incumbem de enviar uma listagem com a demanda de alunos antes do período letivo, a fim de saber em qual zoneamento a sua residência se enquadra, lembrando que ele só terá vagas no transporte escolar se não houver escolas em um raio inferior a 1,5 km.

Ancorada na Lei Municipal 2389/2011 que altera em alguns artigos do regulamento supramencionado, o município lança anualmente um processo licitatório – quase sempre emergencial ou atrasado ao início do ano letivo, que permite a terceirização deste serviço, assim, a administração se utiliza da frota de ônibus de uma empresa local para a condução dos alunos. Esse transporte é de uso misto, atende a toda a população, e pelo fato de não ser exclusivamente escolar, certamente interfere na segurança destes alunos.

Até o início do ano de 2014, a empresa foi alvo de incontáveis reclamações pelos pais, diretores, professores, e alunos principalmente no que se refere a má qualidade na prestação do serviço, desde a falta de fiscalização, superlotação, ausência de monitor, passando pelo não cumprimento de horário. Contrariamente, a Secretaria de Transporte alega que tais insatisfações são minoritárias e equivocadas, após a terceirização do serviço, os outros passageiros auxiliam no controle dos alunos, a qualidade foi melhorada pela não exclusividade do serviço, além do benefício a algumas comunidades em virtude da ampliação dos horários para atendimento também do público estudantil.

Como forma de contemplar aqueles alunos que não são atendidos pelo transporte escolar, o município instituiu em Julho de 2014, o Passe-Escolar, podendo ser utilizado por estudantes dos ensinos fundamental, médio, técnico-profissionalizante, supletivo, pré-vestibular e superiores de graduação e pós-graduação, o valor da tarifa é totalizado em 50% do valor da tarifa normal, abrangendo as escalas urbanas, suburbanas e zona rural que estejam pelo menos a um quilômetro de distância do estabelecimento de ensino matriculados.

A legislação municipal, ao imprimir no espaço urbano a lógica de se utilizar prioritariamente o equipamento público mais próximo de sua residência, nos casos de instituições escolares, faz com que as escolas vizinhas a comunidades menos abastadas

concentrem o seu público estudantil com alunos mais pobres, funcionalizando-se enquanto elemento promotor da segregação socioeducacional, limitando, evidentemente, o “potencial integrador” das escolas. Isto nos evidencia que, “ao permitir ser envolvida pela lógica de segregação que pervade o território onde está instalada, a escola acaba legitimando desigualdades que lhe são anteriores, ou gerando novas formas de desigualdades” [...] (CHRISTOVÃO, 2009, p. 289).

Um outro problema insurgente de acordo com os pais dos alunos, é a concentração de estudantes em escolas da proximidade, quando na visão dos mesmos não apresentam uma – “qualidade de ensino”. Além de contribuir, como dito, nesse cenário segregacionista, o poder público lesa a autonomia das famílias quanto à escolha da escola de destino de seus filhos⁸⁷.

Alguns estudantes residentes em periferias por opção familiar ou pelas bolsas de estudos que recebem estão matriculados nas escolas do centro, com o cumprimento da medida, deveriam ser realocados em instituições adjacentes, significando uma ruptura ao ciclo pedagógico do aluno, contrariando os pais.

Em resposta à insatisfação dos responsáveis, em Dezembro de 2014, foi sancionada e promulgada a Lei nº 2.448, pelo prefeito Ângelo Chequer, alterando a Lei nº 2.202/2011, afirmando que os alunos matriculados até a data de publicação (23/12/2014), podem permanecer nas escolas onde estudam, sem prejuízo do transporte escolar, até o término do ciclo escolar básico.

O bairro Nova Viçosa, é um dos mais distantes da área central na malha urbana da cidade, mesmo direcionando os alunos para a escola mais próxima (E.E.S.R.C), o transporte é fundamental⁸⁸, dessa forma, os custos para prover a população escolar isolada é bastante alto, restando a formação de zoneamentos como alternativa logístico-financeira mais viável, de acordo com a secretária de transporte.

Pelos dados obtidos na Secretaria de Transporte do Município de Viçosa, o número de alunos em nível médio cadastrados para o transporte escolar no ano de 2015 é

⁸⁷ Tal cenário causa grande insatisfação dos pais, necessitando com isso, diversos momentos de discussão com o poder público, o Presidente da Comissão de Educação da Câmara, Vereador Idelmino Ronivon (PC do B) destacou que desde 2013 estão sendo criadas condições para que a lei que regulamenta o transporte funcione. “Não pretendemos criar prejuízo aos alunos, queremos criar condição para que a lei seja colocada em prática, sem o prejuízo para a qualidade de ensino. O foco central da discussão é o transporte escolar, e amarrado a isso está sendo discutida a qualidade de ensino de algumas escolas. Muitos pais falam que queriam trazer os filhos para estudarem no Centro, porque as escolas próximas às comunidades são ruins.” (CMV, 2014)

⁸⁸ Palavras da Secretária, “no caso do Nova Viçosa não tem outra alternativa, para vir para o centro ele precisa do transporte porque é muito distante”.

de 2.238 estudantes⁸⁹, destes, 1.799 são usuários. Ao elevado número podem ser atribuídas, como dito, a alta demanda periférica e a centralidade das Escolas Estaduais. Seja por não estar completamente implantada a Lei 2.202/11, ou de acordo com a secretária, por uma questão cultural, quando “há vários anos todo mundo usa o transporte escolar, os pais acreditam que para estudar os alunos devem pegar ônibus”.

No bairro Nova Viçosa existem 280 alunos cadastrados (Tabela 7/Figura 23), aqueles que efetivamente fazem uso do transporte são contabilizados em 244 estudantes. Como dito, o maior número de alunos que se utilizam do transporte escolar do bairro Nova Viçosa se direcionam para a Escola Estadual Santa Rita de Cássia, em virtude da sua localização – a que melhor se insere no zoneamento. Por ser a maior instituição estadual da cidade e receber o excedente de outras escolas, o ESED RAT, também absorve boa parte dos discentes do bairro.

Tabela 7: Quantitativo discente cadastrado no transporte escolar do bairro Nova Viçosa

ESCOLA	CICLOS		TOTAL
	FUNDAMENTAL	MÉDIO	ALUNOS
E. E. SANTA RITA DE CÁSSIA	39	35	74
E. E. Dr. RAIMUNDO ALVES TORRES	29	39	68
C. E. “DR. JANUÁRIO DE ANDRADE FONTES	55	0	55
E. M. CORONEL ANTONIO DA SILVA BERNARDES	36	0	36
EDMUNDO LINS	32	0	32
CESEC - Dr. ALTAMIRO SARAIVA*	6	4	10
E.E. MADRE SANTA FACE	1	3	4
E. E. EFFIE ROLFS	0	1	1
TOTAL	198	82	280

Fonte: Secretaria de Transporte de Viçosa (2015).

*Apenas cursos de suplência em nível fundamental e médio.

Em algumas escolas, o número de estudantes em nível médio se equipara, em outras supera o número de alunos no ciclo fundamental, isso se deve em virtude da oferta educacional no primeiro nível (6º ao 9º ano) no próprio bairro. Outro fato que chama atenção é o número de alunos que saem do bairro Nova Viçosa em direção à escola Effie Rolfs que fazem uso do transporte, apenas um. Entretanto, no biênio analisado tem-se um

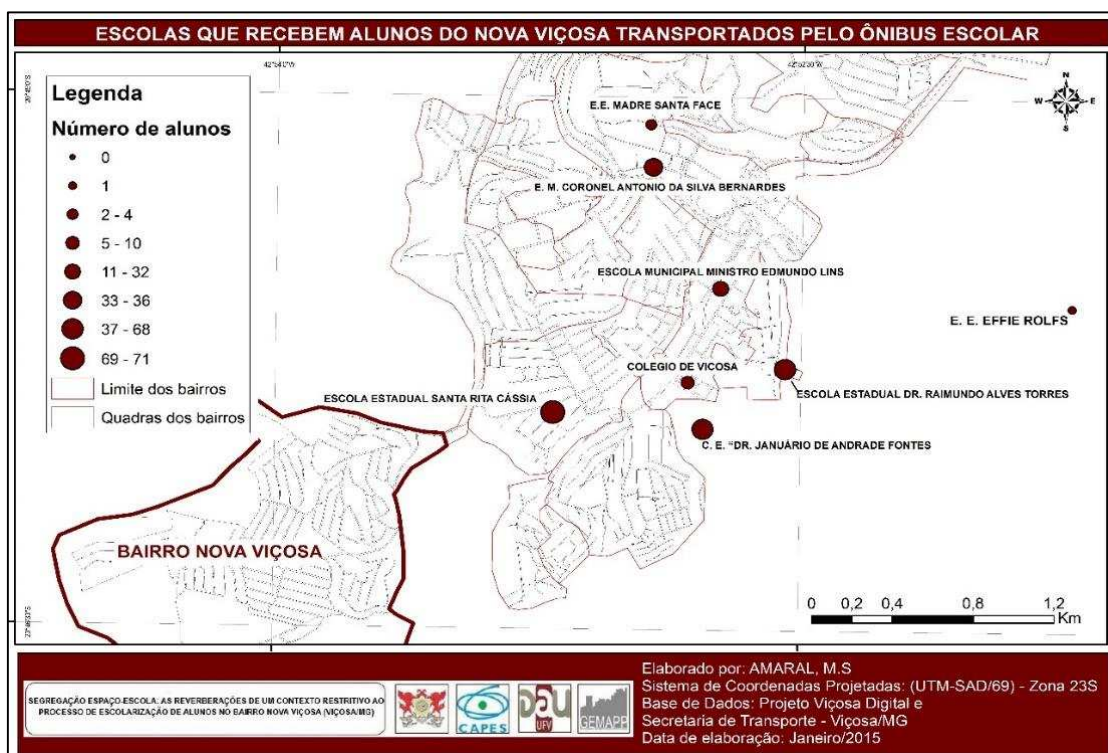
⁸⁹ Ainda haviam cerca de 288 cadastros para serem analisados em meados de maio de 2015.

total de 15 alunos nessa instituição, demonstrando casos de famílias que buscam um diferencial educativo aos seus filhos.

Estudos recentes de Alves (2006) sobre as escolhas de famílias moradoras em bairros segregados por estabelecimentos escolares, nos casos dos que optam por instituições distantes de suas residências, evidenciam diversos efeitos positivos no que se refere à finalização das etapas escolares – pois as famílias almejam resultados dos seus investimentos –, diferentemente daquelas que optaram pelo tradicional, pela escola mais próxima de casa. Isso prova que diferentes grupos sociais atribuem valor à educação, entretanto o fazem com intensidades desiguais de acordo com seus recursos. Cabe destacar a importância de ensaios futuros que destaquem as condições sociais e intrafamiliares que favoreçam a escolaridade nos diferentes territórios.

Os alunos do Nova Viçosa, utilizando o transporte escolar, e saindo da praça Antônio Chequer, gastam em média 10 minutos para chegar a escola Santa Rita, 30 minutos para chegarem ao ESED RAT e 40 minutos até o Effie Rolfs. Um tempo de percurso bem baixo se comparado a outras cidades de maior porte. (Figura 23)

Figura 23: Escolas de destino dos estudantes do bairro Nova Viçosa em nível fundamental e médio



Os diretores de uma forma geral não abordaram problemas de atraso por parte dos alunos, a superlotação de acordo com a secretária é apenas em alguns ônibus pois os alunos tendem a “formar grupos”, e que a oferta de vagas é compatível com a necessidade dos estudantes. Em outros bairros da cidade, de acordo com a empresa responsável, esse tempo de deslocamento é maior, cerca de 30-40 minutos, em virtude da distância e principalmente do trânsito.⁹⁰

O problema da segregação espacial reflete diretamente na acessibilidade dos alunos às instituições educativas. Um dos pré-requisitos para o acesso ao meio urbano é sem dúvida a disponibilidade de meios de transportes adequados. A compreensão do universo educativo em qualquer município passa fundamentalmente no entendimento da configuração do transporte escolar, de forma a subsidiar decisões aos planejadores urbanos, e através das suas ações proporcionar uma maior equidade ao menos no bojo espacial.

4.2 ESCOLAS INVESTIGADAS QUE ABSORVEM ALUNOS DO BAIRRO NOVA VIÇOSA

Neste momento segue a exposição dos resultados das pesquisas qualitativas, que visaram primordialmente acessar a percepção dos gestores educacionais a respeito dos princípios segregacionistas, claro, em moldes educacionais, que atingem os alunos do bairro Nova Viçosa. Como dito, duas escolas acolhem majoritariamente os moradores do bairro em estudo, considerando o zoneamento e a oferta de vagas, são as Escolas Estaduais Santa Rita de Cássia, Doutor Edmundo Alves Torres, respectivamente.

O Effie Rolfs se tornou parte da pesquisa, pois se caracteriza como uma das escolas mais visadas por parte da população na área urbana, e assim parametrizar as feições subjetivas por parte das famílias, possibilitando-nos compreender visam esse diferencial qualitativo aos filhos. Busca-se neste instante, sob a ótica espacial, e na visão dos gestores, compreender os elementos que envolvem a frequência e o (in)sucesso escolar dos alunos no bairro de estudo.

⁹⁰ Isso se aplica especialmente as localidades posicionadas mais a leste da rede urbana, como o Arduíno Bolívar (Amoras), Nova Era e parte alta do Santa Clara.

4.2.1 Escola Estadual Effie Rolfs (E.E.E.R)

A Escola Estadual Effie Rolfs foi fundada em 1965, e está localizada no campus Universitário (UFV), conta com 17 salas de aula utilizadas para o Ensino Fundamental composto por 643 alunos, e o Médio atendendo 416 estudantes. A escola recebeu nos últimos dois anos cerca de 15 alunos do bairro Nova Viçosa.

A localização da Escola Effie Rolfs é um dos grandes diferenciais que a faz ser reputada e tão almejada por parte dos pais de todos os bairros da cidade, o fato de se situar dentro de uma instituição de excelência, traz a concepção que o ensino tem maior qualidade e voltado para o ingresso na Universidade, incidindo diretamente na elevada procura, na fala do diretor, “os pais têm a ilusão de que os filhos já estão dentro da UFV”. É oportuno ressaltar em recente estudo sobre a formação de mercados escolares no município de Viçosa/MG, Lacerda (2010) verificou – ainda que furtivamente, um processo de seleção de clientela escolar por parte de alguns estabelecimentos.

As regiões que apresentam prioridade em termos de zoneamento e que devem ser atendidas pela escola são as rurais Romão dos Reis, Paraíso, Cristais, sudeste do bairro Santo Antônio, e uma parte centro – a Avenida P.H. Rolfs. (Figura 24)

De acordo com a direção, a escola recebe alunos de todo o município, entretanto, as famílias residentes nas áreas centralizadas e/ou capitalizadas, em virtude da sua procura, são mais atendidas pela escola, isso revela que essas vagas são influenciadas diretamente pelas redes sociais e os diferentes capitais que as famílias possuem. Em uma das falas do diretor, “tem famílias que teriam condições de pagar escola particular para o filho, mas todo bimestre vem aqui procurando vaga, até documentação falsificam para isso”.

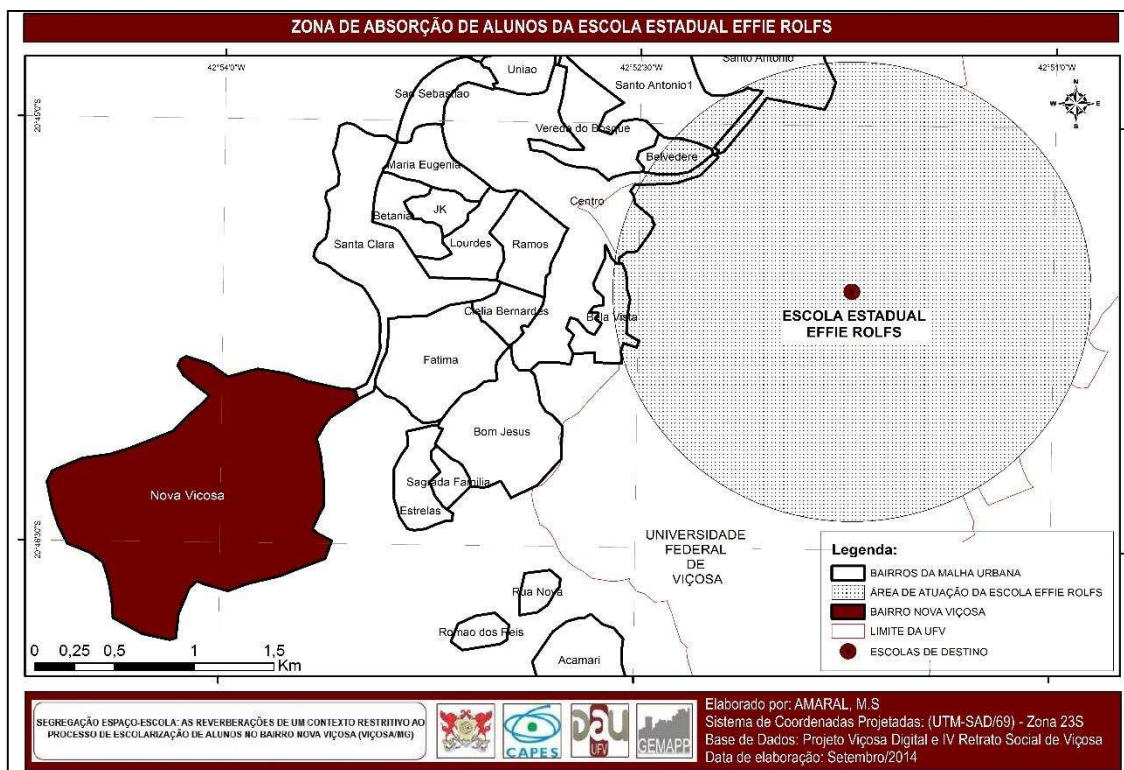
Espacialmente é possível perceber que a região de influência desta escola compreende basicamente a área da Universidade Federal de Viçosa, o que a faz absorver o público residente na zona rural que tangencia o território da Universidade, e uma parte da clientela do centro, por serem locais com menor demanda, sobram vagas, estas amplamente concorridas são preenchidas por meio de sorteios anuais.

A escola recebeu no ano de 2013 um número de 9 estudantes do bairro Nova Viçosa, diminuindo para 6 estudantes no ano seguinte, em 2014.

Fomos atendidos nessa escola pelo vice diretor que já faz parte do quadro de gestão da escola há mais de cinco anos. Dentre os principais pontos abordados na

entrevista (apêndice) pôde-se ressaltar, o zoneamento, que restringe em grande medida a liberdade da escolha escolar por parte das famílias.

Figura 24: Área de absorção de alunos da Escola Estadual Effie Rolfs



Quando abordado a respeito do elevado índice de evasão do bairro na mudança de ciclo – do fundamental para o médio, o vice diretor nos indicou como uma das principais causas o mercado de trabalho. Nas suas palavras, “ao entrar no mercado de trabalho o aluno perde um pouco da motivação com os estudos, [...] geralmente trabalha no centro, ter que fazer esse longo trajeto, casa-trabalho depois casa-escola, é muito complicado”. O jovem em situação de vulnerabilidade é seduzido pelo mercado de trabalho, a sair da casa dos pais, ter filhos, casar-se, entre outros, são mecanismos que na atual sociedade permitem em certa medida a emancipação dos indivíduos.

Como alerta Salata e Santana (2010), a realidade Brasileira é marcada por um elevado percentual de estudantes ingressantes precocemente no mercado de trabalho, ou mesmo o conciliando com os estudos, assim sendo, o percurso usual de término das funções escolares para ingresso no primeiro emprego, não é uma realidade para grande parcela da população de estudantes no Brasil.

Em referência à elevação do analfabetismo, nos foi dito que o contexto familiar muitas vezes retrai a ânsia do estudante em almejar maior instrução, principalmente por questões de violência, descrença da necessidade de formação escolar, entre outros. “É necessário complementar a atividade pedagógica com a instrução doméstica, assim como é feito pelo REBUSCA”.

Existem no bairro algumas instituições de apoio a crianças e adolescentes que realizam vultuosos trabalhos no bairro Nova Viçosa, como: a Associação Assistencial e Promocional da Pastoral da Oração de Viçosa (APOV), e o programa REBUSCA, ambos seguidamente citados pelos entrevistados como fundamentais à inserção cultural, profissional e social dos atendidos. Instituições presentes no bairro desde a década de 1980, realizam serviço social com crianças e adolescentes em situação de risco, destinadas à tarefa de acompanhamento e reforço escolar; promovem o engajamento em alguma atividade trabalhista; auxiliam jovens em situação de desvio de conduta, e etc. Dentre elas podemos destacar:

- **Associação Assistencial e Promocional da Pastoral da Oração de Viçosa (APOV):** entidade sem fins lucrativos e tem como missão promover ações educacionais, esportivas, culturais e religiosas de crianças, adolescentes, jovens e famílias. A sua fundação data do ano 1982, localizada na rua Joaquim Nogueira, 235, Nova Viçosa. As ações são financiadas por pessoas físicas por meio de apadrinhamentos e convênios públicos e privados. Durante os 33 anos de existência foram assistidas mais de 6.000 crianças e adolescentes. A APOV, atualmente, oferece a educação básica (pré-escola), promove cursos profissionalizantes (Centro de Conhecimento) e desenvolve programas complementares à escola formal.

- **Ação Social Evangélica Viçosense (REBUSCA):** instituição filantrópica fundada em 1981, se dedica ao trabalho com crianças e adolescentes em vulnerabilidade social, dentre seus programas destacam-se: Centro Educacional – Escola de Educação Infantil, que promove o desenvolvimento integral da criança de 2 a 6 anos; Centro Estudantil – Promove ações socioeducativas, complementares à escola pública. Atende crianças de 6 a 11 anos; Programa Integração Mãe Criança – atuação voltada para mulheres vulneráveis que vivem em situação de exclusão social e pobreza extrema; Mais que vencedores – Promove ações socioeducativas complementares à escola pública atende pré-adolescentes e adolescentes, de 12 a 17 anos. Os três primeiros com sede no bairro Nova Viçosa e Posses.

No que se refere à carga cultural e informacional, ou capital na sua forma incorporada⁹¹, esta escola por absorver alguns alunos de localidades mais distantes, advindos da zona rural, admite que estes alunos junto com os das periferias da cidade apresentam maior escassez quando comparado aos alunos de bairros centralizados. Entretanto, é notória a diferença de tratamento dispendido pelos funcionários da escola, muito mais positiva aos primeiros, dado isso pela composição de valores mais sobressaltados. Não descartou um número considerável de alunos que apresentam déficits de aprendizagem talvez pelo menor volume de informação, ou trajetória educacional pregressa.

Sobre a necessidade de uma escola no bairro Nova Viçosa, na opinião do gestor entrevistado, esta deveria necessariamente apresentar um currículo e profissionais diferenciados, em virtude dos muitos problemas de ordem familiar que os alunos carregam, este exercício deveria ter quase um perfil “missionário”.

Os ajustes realizados na logística do transporte por parte do poder público minorou substancialmente os problemas tão recorrentes até o início de 2015. Atrasos e superlotação em certa medida foram solucionados, o que precisa melhorar ainda, sobretudo aos bairros mais afastados, em que os alunos ficam boa parte dentro do ônibus, é um auxiliar para os motoristas, pois este tem de cumprir várias funções.

Em concluso, o diretor nos apresentou dentre os principais entraves à continuidade estudantil de alunos de bairros segregados, a situação familiar, que é afetada diretamente pelo perfil do bairro e os recursos disponíveis. “Com certeza os alunos de Nova Viçosa ou de qualquer bairro mais pobre, não possuem as mesmas condições dos outros alunos em situação econômica mais favorável, cabe às escolas e ao município oferecer meios que garantam mais igualdade a esses alunos”, finaliza.

4.2.2 Escola Estadual Doutor Alves Torres (E.S.E.D.R.A.T)

A Escola Estadual Doutor Raimundo Alves Torres, fundada em 1983, localizada na rua do Pintinho 601, Bairro Bela Vista, conta com 22 salas de aula sendo a maior instituição em nível Estadual presente no município, em virtude disso, atende em média 1302 alunos (802 no Ensino Médio e 500 no Ensino Fundamental) em dois turnos (manhã e tarde). Pela sua localização admite alunos de diversos bairros (Boa Vista, Bom Jesus,

⁹¹ Estes termos foram previamente abordados com os gestores com base nas posições de Bourdieu, composição teórica no qual este trabalho se alinha.

Centro, Fátima) e cidades vizinhas, inclusive o Nova Viçosa, cerca de 78% dos estudantes advém deste bairro.

Nas palavras da diretora, a escola seria a primeira opção das famílias que dependem do serviço público de educação, quando não é ofertada a vaga em escolas próximas às residências destes estudantes, os pais dos bairros mais distantes optam pelo ESED RAT, pela “fama da escola” e pelo crescimento do IDEB⁹². Todavia, apesar da sua centralidade, a escola se posiciona no alto do “Morro do Pintinho”, e, por questões de segurança, e acesso é visto como um fator negativo.

Por oferecer dois níveis e pelo seu tamanho, absorve o excedente de escolares que não tiveram vagas em estabelecimentos de ensino próximos à sua residência. Por significar um estabelecimento de menor reputação na cidade, e localizado em um dos “morros” do núcleo central, famílias de bairros mais homogêneos e melhores posicionados socialmente, mesmo fazendo parte do zoneamento dessa escola, como: Ramos, Lourdes, Belvedere e Clélia Bernardes (Figura 25), direcionam, percentualmente, um número reduzido de alunos ao E.S.E.D.R.A.T., aproximadamente 18%.

Neste julgamento, Christovão (2009, p. 289), ao tratar da homogeneidade do público docente em regiões de favela no Rio de Janeiro, retrata,

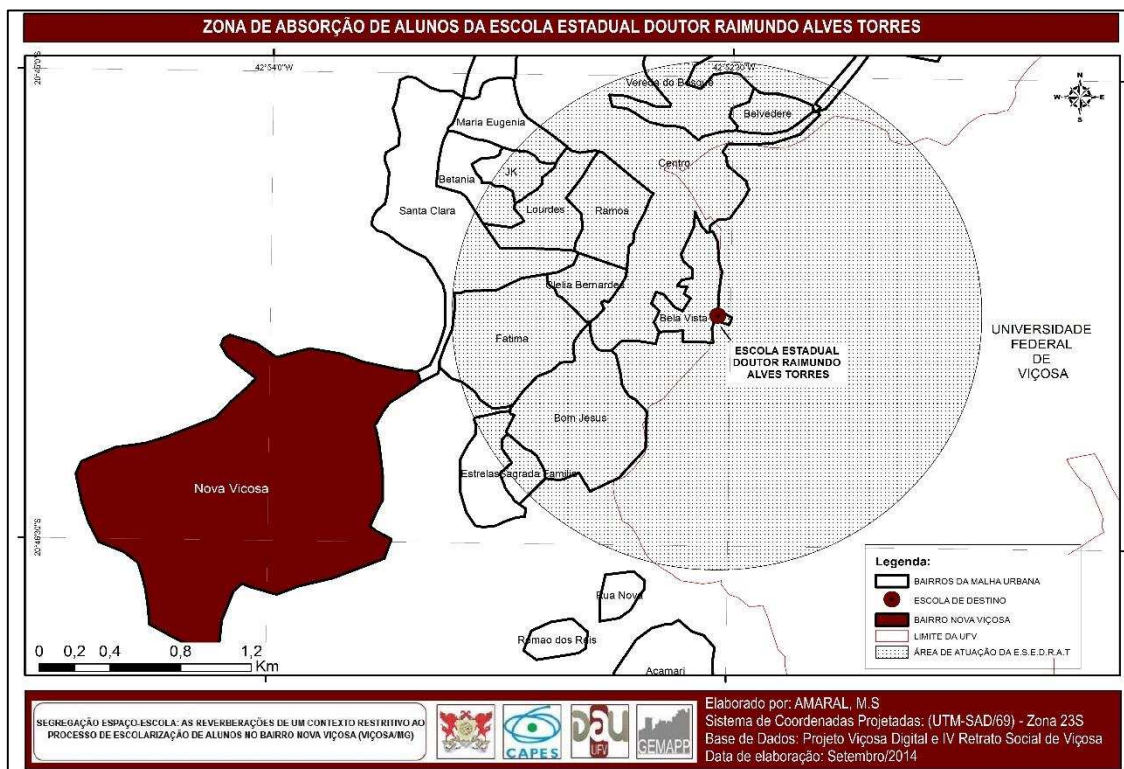
o que se observa é uma relação direta entre a proximidade da favela e o grau de homogeneidade do público escolar. Se, numa perspectiva mais global, a opção em massa das classes média e alta pelo ensino privado responde pela formação de um público mais homogêneo para a escola pública, o estigma da favela e do aluno favelado atua como um fator adicional para afastar das escolas públicas próximas dos morros aqueles setores da classe média que ainda poderiam recorrer à rede pública. O resultado é que as escolas de favela apresentam um alunado homogeneamente pobre, mesmo a escola estando fisicamente próxima a um público mais abastado.

Em nível médio a escola recebeu em 2013 cerca de 68 alunos do bairro Nova Viçosa, e 78 no ano de 2014. Na entrevista com a diretora observamos alguns pontos a serem comentados, o elevado número de desistências e evasões pode ser explicado por aspectos financeiros, geracionais, e principalmente, como dito, a saída para o trabalho como a possibilidade de conquista da liberdade de consumo, sobretudo na atualidade com

⁹² A escola atingiu 5,5 pontos no Ensino Fundamental em 2013.

a disseminação dos bens de consumo juvenis como roupas, tênis, aparelhos eletrônicos e etc.

Figura 25: Área de absorção de alunos da Escola Estadual Doutor Edmundo Alves Torres



Com relação à bagagem cultural e informacional dos alunos residentes no bairro, a gestora não visualizou diferenças substanciais, entretanto, nos alertou para o problema de grande recorrência, o estigma⁹³, realizados por parte de alguns alunos, são tratados em algumas situações como: “Ôh Nova Viçosa”. Entretanto, é inegável as contribuições à escola, “principalmente os alunos do “rebusca” aos projetos que desenvolvemos aqui”. Mas, ao final nos confessou que até mesmo alguns docentes realizam um pré-julgamento destes alunos, observando-os com certas limitações de aprendizagem apenas pelo fato de residirem no bairro Nova Viçosa. Nestes termos, ao pensar a escola como estabelecimento social, a vizinhança vem exercendo impactos incisivos sobre as expectativas dos professores, quando “os adultos, nessas instituições, usam distintos critérios de

⁹³ Toma-se a compreensão de estigma enquanto um desígnio social, e não como atributo do sujeito. De acordo com Erving Goffman (1982), estigmatizar é desclassificar o indivíduo, rotulando como incapaz de manter interações sociais efetivas. Tal entendimento é encontrado na obra deste autor, intitulada: Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

funcionalidade baseados na interpretação dos atributos culturais e no potencial de seus usuários”. (FLORES, 2008, p. 152)

Outro princípio que acarreta esse pré julgamento por parte dos funcionários da escola, é a própria relação que estes possuem com as famílias das periferias urbanas, se restringindo substancialmente ao campo das atribuições de críticas mútuas. Os pais vão à escola apenas em situações de desvio de conduta dos filhos, e por tal, são desqualificados pelos professores, pois não ofertaram aos seus filhos as condições mínimas de respeito, sociabilidade ou “educabilidade”, recaindo novamente em rotulações desmoralizantes aos alunos. O grande infortúnio deste cenário, é o círculo vicioso que é criado, pois se

[...] a escola pode ser pensada como um instrumento de ampliação dos horizontes dos alunos, possibilitando a estes que ultrapassem a condição social dos pais, a estigmatização dos alunos como não educáveis congela esse processo e cria tensões difíceis de serem solucionadas. (CHRISTOVÃO; SANTOS, 2010, p. 291)

Diretores e professores costumam relacionar peremptoriamente as dificuldades que enfrentam com a origem territorial dos alunos. Na opinião deles, determinados alunos não teriam “capacidade de aprender”, justamente por serem “da favela”. Em suma, o problema está no aluno, essencialmente. (IBIDEM, p. 293)

Com relação ao transporte escolar, os alunos não apresentam problemas de atraso para chegar à escola, porém a superlotação e a animosidade do motorista que muitas vezes não para na frente da escola, significam insatisfação principalmente por parte dos pais e próprios estudantes.

No tocante aos benefícios no processo de escolarização em nível médio dos alunos do Nova Viçosa a partir da implantação de um núcleo escolar neste nível no bairro, mesmo reproduzindo o exercício estigma que em outras situações condenou, a gestora acredita que não faria tanta diferença, “seria interessante para ter o perfil da comunidade, contudo, o estigma do bairro e por já conhecerem a escola de lá, poderia fazer alguns alunos almejem escolas mais ‘centralizadas’”.

Questionada se morar em um bairro segregado e pobre traz consequências negativas à continuidade estudantil dos moradores, admitiu certeza, apesar de ser disponibilizado o transporte, a questão financeira é mais preponderante, “alunos deixam de vir a escola para trabalhar”, ressaltou também a influência intergeracional, “os pais as vezes pedem para que esses alunos ajudem em casa, acham o trabalho mais dignificante”.

Em outro momento de sua fala, admite, “muitos alunos do Nova Viçosa comparecem à escola para se alimentar, essa é a dura verdade, não enxergam nenhuma utilidade nisso”, todavia, essa concepção quando analisada em bases científicas perde qualquer relevância. De acordo com Sérgio Costa Ribeiro (1991), ao analisar casos de evasão escolar relata que o objetivo dos pais de crianças pobres ao enviá-los à escola é para que sejam verdadeiramente escolarizados, e não para personificar o comum prejulgamento de que estão em busca de merenda⁹⁴.

4.2.3 Escola Estadual Santa Rita de Cássia (E.E.S.R.C)

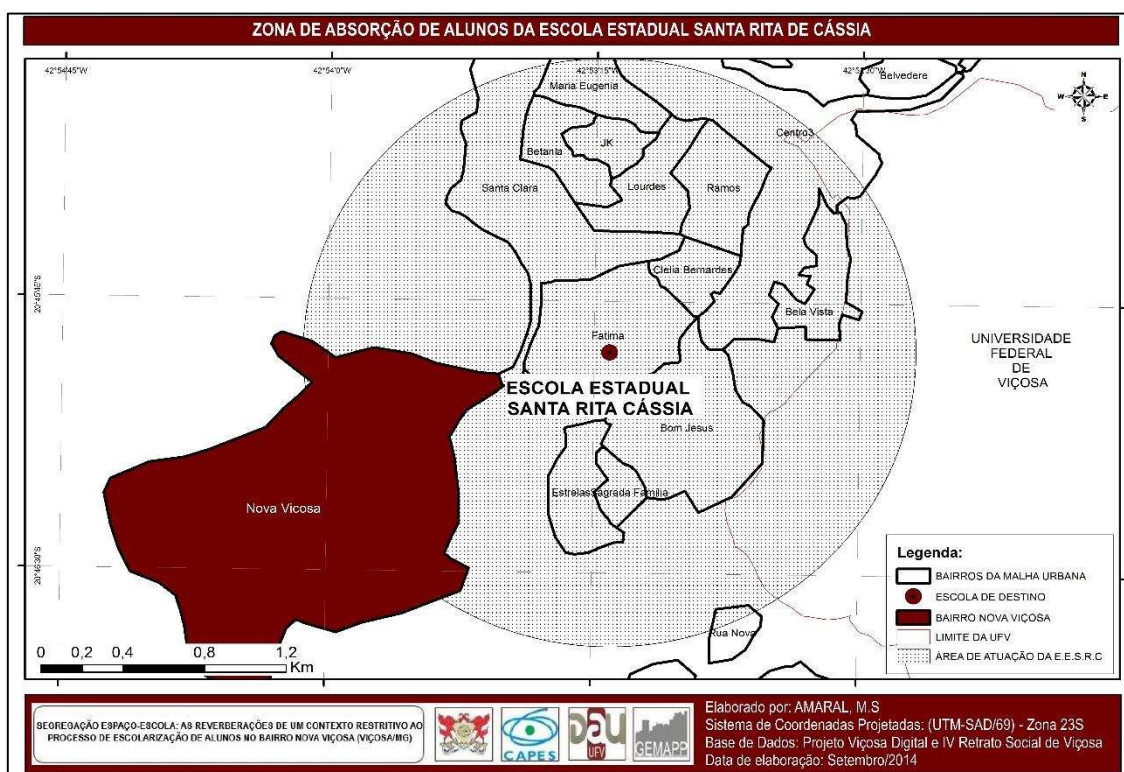
A escola foi fundada em 1964, localiza-se na Rua Eça de Queiroz, 119, bairro de Fátima. Possui 13 salas de aula e oferece o ensino fundamental e médio em três turnos, matutino e vespertino e noturno, este com vistas a findar-se em breve. A escola recebeu em nível médio no ano de 2013 cerca de 171 alunos do bairro Nova Viçosa, reduzindo em 2014 para 109 estudantes.

De acordo com a gestão escolar – na ocasião fomos recebidos pela diretora, as regiões atendidas são o Alto Santa Clara, Bairro de Fátima, Bom Jesus, Sagrada Família e principalmente o Nova Viçosa (Figura 26), “essa escola quando abriu o ensino médio, o objetivo de fato foi acolher os alunos do Nova Viçosa por ser mais próxima do bairro. Para os alunos do centro era fácil acomodá-los nas escolas existentes, aos estudantes do Nova Viçosa, não”.

Pela sua localização em uma região com alta população escolarizável, a escola não apresentou uma perda substancial no número de alunos, “pois nos bairros que nós absorvemos, as famílias não apresentam um controle de natalidade, nós somos uma escola que vamos demorar perder turmas”. Diferentemente das instituições mais centralizadas, posicionadas em sítios com baixa demanda de alunos, convivem cada vez mais com o fechamento de turmas, é o caso da escola “Effie Rolfs, por exemplo, está perdendo o perfil de alunos oriundos do centro, está tendo que atender a alunos de outros bairros”. Ou seja, a Lei de Zoneamento tende a saturar as instituições posicionadas nas regiões que apresentam maiores quantidades de alunos.

⁹⁴ In: RIBEIRO, S. C. A pedagogia da repetência. In: Estudos Avançados. v. 5, nº 12, São Paulo, IEA/USP, 1991, p. 7-12.

Figura 26: Área de absorção de alunos da Escola Estadual Santa Rita de Cássia



O bairro Nova Viçosa faz parte do zoneamento apenas da Escola Estadual Santa Rita de Cássia entretanto, o número de vagas não atende à demanda do bairro, necessitando com isso a oferta de transporte a outras instituições, principalmente ao E.S.E.D.R.A.T.

No que se refere ao número de desistências e evasões dos alunos do bairro Nova Viçosa, a diretora apontou que existe maior significância de acordo com o turno, e os motivos são de diversas ordens, sendo os mais recorrentes a saída para o trabalho e a dificuldade para acompanhar a turma. Em suas palavras, “o aluno na verdade não conclui, aquele aluno que está fora da faixa etária certamente ele prefere trabalhar, principalmente com a extinção do ensino noturno⁹⁵, que foi feito pelo governo para “forçar” a criança a estudar, mas ocorreu justamente o inverso, um significativo número de abandonos.

Outro motivo que faz esses alunos do Nova Viçosa evadirem “é a decepção que eles têm por não acompanhar o ritmo da turma. No turno na manhã a evasão é menor, eles recebem bastante incentivos para permanecer na escola, e geralmente são de famílias em que não precisa de sair para trabalhar”.

⁹⁵ A partir de 2014 algumas escolas fecharam o primeiro ano do ensino médio noturno. A resolução nº 2442/2013, determina que as novas turmas somente poderão ser abertas com alunos maiores de dezoito anos ou que apresentem carteira de trabalho assinada.

Com relação ao elevado e crescente índice de analfabetismo, a diretora explicou que um provável motivo seja a migração, em especial das cidades vizinhas. “Isso pode ser explicado pelo processo de formação do bairro, a migração responde a isso, esse produto não é nosso [nós instituições de ensino], esse produto vem de Porto Firme, isso vem de Paula Cândido, é o que eu acredito com uma visão de desenvolvimento econômico”. Nesta linha, CORRÊA (1995) aponta que no processo de formação das periferias a população advém de outras periferias valorizadas, bem como de zonas rurais e pequenas cidades do entorno.

A supressão do ensino noturno vem impactando diretamente no número de evasões escolares, os alunos que realizam alguma atividade profissional possuem apenas esse turno para o seu processo de escolarização, e, como se sabe, muitos do bairro Nova Viçosa são de famílias com renda total inferiorizada, e portanto, é costumeira a realização de atividades remunerativas para complementação.

As relações interpessoais e as características do bairro podem ser percebidas no perfil do alunado, são donos de capitais culturais ou informacional próprio, diferente dos alunos da região central, “considero o perfil do aluno do Nova Viçosa mais rural, e trazem consigo a sua bagagem, da horta, do chá, do respeito, do senhor, senhora. As trocas comunitárias são maiores por parte destes alunos”.

Foi possível perceber com base na fala da diretora, que, se por um lado estes alunos tem uma bagagem teórico-conceitual defasada, por outro, a vivência com as situações cotidianas são mais sobressaltadas. Há de se sublinhar que estes conhecimentos devem ser úteis ao ensino dito formal, de forma a contribuir no caminho de um constructo pedagógico mais contemporâneo, significativo e robusto.

Quando questionada a respeito da necessidade e importância de uma escola em nível médio no bairro, a diretora manifestou um certo “protetorado” à sua clientela, justificando que os alunos ao migrarem para o centro, tendem a apresentar uma melhora no comportamento, por “sair de sua zona de conforto”, e que se fosse para criar uma escola no bairro, esta deveria ser aberta à comunidade de forma a absorver o seu perfil e não ficar ilhada, e mesmo assim não teria o devido valor,

a escola que tem lá vira e mexe é depredada, também é uma questão cultural, eles em algum momento buscariam vagas em escolas do centro, porque eles querem crescer, e para isso eles precisam sair dali, e isso é muito positivo, que mesmo estigmatizados, eles têm o sucesso escolar. (Informação verbal)

Com base nas aproximações com os gestores escolares, percebeu-se que as condições socioespaciais são de grande relevância e excedem os fatores intra-escolares. O fato de se residir em uma localidade segmentada da região central faz com que grande parte dos alunos já recebem pré desígnios, em sua maioria desfavoráveis. Na visão dos gestores o alto índice de analfabetismo atinge esses valores em virtude do contexto familiar adjunto ao processo de migração, pois é um bairro mais acessível à população imigrada de menor renda.

A conjuntura social e espacial do bairro determina fortemente os processos de absenteísmo educacional de jovens e adolescentes, a saída para o trabalho além de necessária é incompatível com as distâncias que devem ser superadas, entre a residência, o trabalho e a escola. Com relação ao transporte que é ofertado, os três gestores não apresentaram queixas substanciais.

Cabe explorar também a instabilidade do transcurso escolar da maior parte dos alunos, tendo em vista a permanente migração interescolar, discentes de bairros segregados não conseguem se habituar em uma determinada escola por problemas de aprendizagem, estigma e outros, e rotineiramente se matriculam em outras instituições, esse fenômeno foi bastante visível entre as Escolas Estaduais Santa Rita e Dr. Raimundo Alves Torres.

4.3 SEGUNDO EIXO – FATORES ESPECÍFICOS

4.3.1 Dificuldades, Evasões e Desistências: os principais empecilhos encontrados no processo de escolarização dos alunos do Bairro Nova Viçosa

Após a discussão dos elementos mais gerais, relacionados aos aspectos socioespaciais, essa etapa privilegia os agentes envolvidos nos eventos de acidentes escolares, em maior destaque aos processos de evasão e desistência. Os interstícios qualitativos do cotidiano intraescolar, como repetência, rankings escolares, defasagens etárias, entre outros, não foram diretamente discutidos, o que não significa a sua negligência. Para preservar a identidade e o anonimato dos estudantes e das famílias partícipes da pesquisa, foram suprimidas quaisquer informações que possibilitassem a identificação dos envolvidos.

Conforme referido no terceiro capítulo deste texto, o efeito vizinhança afere grande significância no mundo do trabalho e/ou nas questões escolares ao indivíduo.

Considerando essa constatação, tentamos reunir a amostra de alunos de forma a privilegiar diferentes áreas do bairro. Optou-se por utilizar a setorização censitária do IBGE que, teve como critério principal em sua definição o número de domicílios ocupados. (IBGE, 2010).

O índice considerado no setor⁹⁶ se refere ao fator desenvolvimento humano, especificamente os fatores renda e educação. Buscou-se distribuir espacialmente as amostras de forma a privilegiar todos os setores que se apresentam no bairro. Para manter certa proporcionalidade dentro dos setores, foram criados aleatoriamente nove microsetores, como pode ser visto na (Tabela 8), foi possível também manter maior heterogeneidade amostral. É oportuno lembrar que essa divisão atingiu a representação espacial esperada.

Após levantados os endereços dos estudantes em situações escolares acidentadas, totalizando 60 alunos, foi feita uma amostragem adotando critérios espaciais e de origem institucional, com 30 estudantes, que, por meios de questionários, buscou-se compreender, como dito, os fenômenos socioespaciais de maior preponderância.

Tabela 8: Seleção das amostras por setor censitário

Nº do setor 31713030 50000(...)	IDH (Renda)	IDH (Educação)	IDH (Agregado)	NTAE*	AMOSTRA	Micro - setores (nº)
16	0,562711	0,626585	0,594648	12	8	2
58	0,571219	0,657846	0,614532	35	15	4
57	0,587959	0,684092	0,636025	7	3	1
17	0,615906	0,701285	0,658559	9	4	2
54	0,807466	0,835643	0,821554	0	0	0
TOTAL	-	-	-	60	30	9

*Número Total de Alunos Evadidos

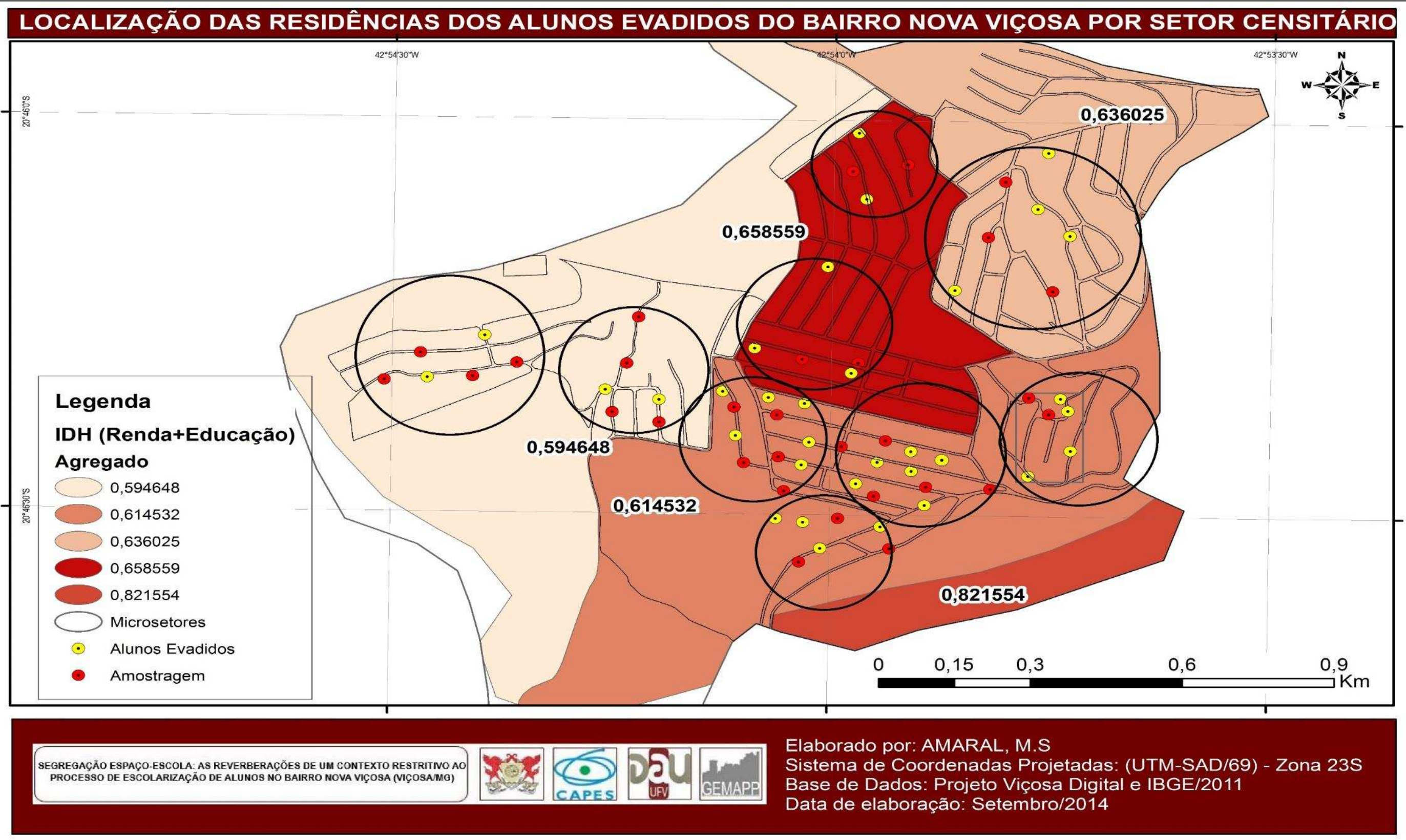
Fonte: IBGE (2010) e dados do autor (2013/14)

A partir da espacialização dos endereços dos alunos em situação irregular com relação à frequência escolar, observou-se que os setores de menores IDH's 3171303050000 (16); (58); (57) abrigam maior número de estudantes em carreiras acidentadas. É oportuno ponderar que o setor 317130305000016 é o que possui maior número de jovens em idade entre 15-24 anos segundo o IBGE/2010. (Figura 27).

⁹⁶ O setor censitário é a menor unidade territorial, formada por área contínua, integralmente contida em área urbana ou rural, com dimensão adequada à operação de pesquisas. (IBGE, 2010)

O setor com valor de IDH (0,658559), localizado na região central do bairro, é o mais alto dentre os analisados. Isso em consequência de ser uma das primeiras áreas ocupadas, bem como concentrar a praça, os comércios, posto de saúde, sede da APOV, confluência das linhas de ônibus, entre outros. Percebe-se também que é a porção menos declivosa do Nova Viçosa, com ruas mais retilíneas – típicos de loteamentos. A melhoria no padrão construtivo das residências tende a seguir a centralidade do bairro.

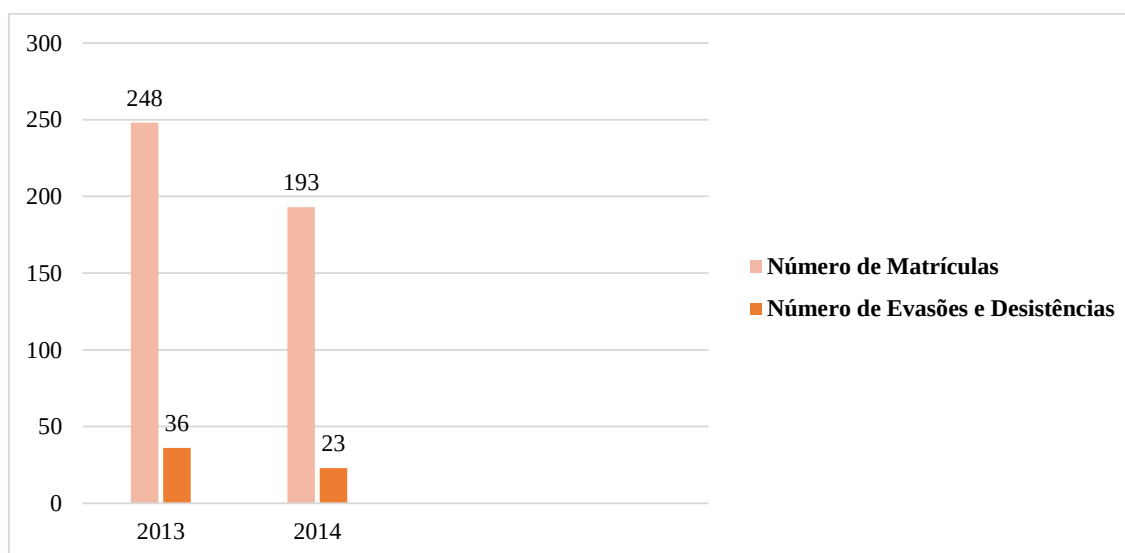
Figura 27: Localização das residências dos alunos evadidos do bairro Nova Viçosa



No início de 2013, houveram 248 alunos do bairro Nova Viçosa que se matricularam nas três escolas públicas em nível médio disponíveis⁹⁷. No final do ano, foi constatado deste quantitativo a significância de 36 alunos em situação de desistência ou evasão, um valor percentual de (14,51%).

Até o final de 2014, a situação apresenta uma ligeira evolução, quando comparada ao ano anterior, no que se refere ao número de alunos evadidos no bairro Nova Viçosa. Foi verificada uma retração no número de matrículas na rede pública, 193 escolares. O número de alunos evadidos e desistentes foi composto por 23 alunos, percentualizados em (11,91%). (Figura 28).

Figura 28: Número de matrículas e evasões em escolas públicas de ensino médio dos alunos do bairro Nova Viçosa



Fonte: Arquivo das Escolas Estaduais Santa Rita de Cássia, Doutor Raimundo Alves Torres e Effie Rolfs.

Ao se distribuir institucionalmente os acidentes escolares no ano de 2013, foi visto que se concentram em duas escolas, na Escola Estadual Santa Rita com 23 casos, e na Escola Estadual Raimundo Alves Torres, 13 eventos. No ano seguinte, na primeira escola houve 13 alunos e na segunda 10. A Escola Effie Rolfs tanto em 2013 como em 2014 não apresentou casos de desistências e evasões (Tabela 9). Ou seja, verifica-se que possivelmente as famílias visam, de fato, uma qualidade institucional superior, minimizando os casos de evasões e desistências nos percursos educacionais dos jovens.

⁹⁷ Neste valor os alunos em cursos de suplência não foram considerados.

Tabela 9: Número de alunos evadidos no biênio 2013/14 nas escolas pesquisadas

ESCOLA	2013			2014		
	NTA*	NTAE**	%	NTA	NTAE	%
E.E.D.R.A.T	68	23	33,82	78	13	16,66
E.E.S.R.C	171	13	7,60	109	10	9,17
E.E.E.R	9	0	0	6	0	0
TOTAL	248	36	14,51	193	23	11,91

*Número Total de Alunos

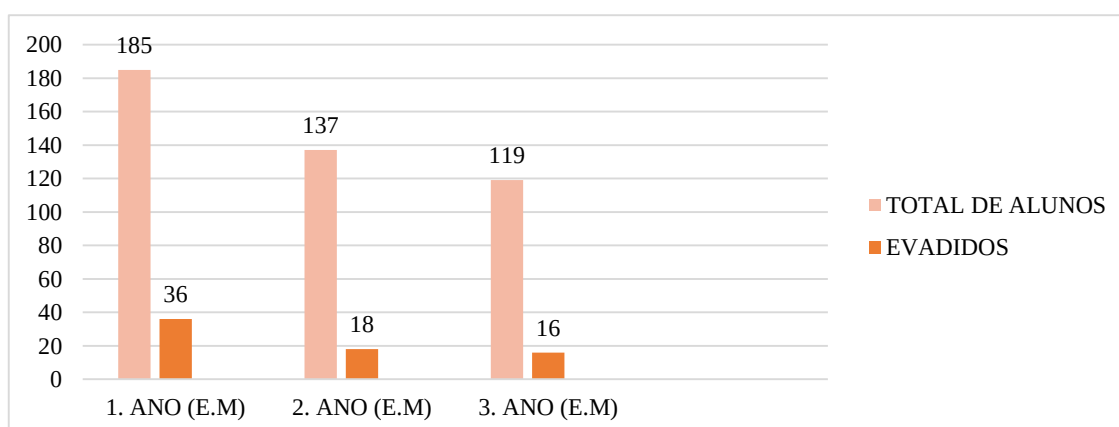
**Número Total de Alunos Evadidos

Fonte: Arquivos (E. S. R. C.), (E. S. E. D. R. A. T.) e (E. R.) (SIMADE).

Os casos de desistências e evasões decaíram (17,16%) entre os anos de 2013 e 2014, na Escola Estadual Doutor Raimundo Alves Torres, já na Escola Estadual Santa Rita de Cássia verificou-se um aumento da ordem de (1,57%), e por fim, a Escola Effie Rolfs – a mais distante e reputada dentre as analisadas, não expressou nenhum caso de quebra de vínculo letivo pelos alunos.

Com relação ao número de evasões e desistências dos alunos do bairro Nova Viçosa de acordo com a seriação, e no período 2013-2014 percebeu-se que os números de evasões decrescem com o findar do ciclo médio, ao 1º Ano (185 matrículas – 35 evasões); 2º Ano (137 matrículas – 18 evasões) e 3º Ano (119 matrículas – 16 evasões). Em termos percentuais, tem-se respectivamente os valores, (18,91%); (13,13%) e (13,44%), essa queda é verificada em virtude da proximidade com a conclusão dessa etapa, significando maior ímpeto com a frequência escolar.

Figura 29: Número de matrículas e evasões de alunos do bairro Nova Viçosa por série do Ensino Médio entre 2013 e 2014



Fonte: Arquivos (E. S. R. C.), (E. S. E. D. R. A. T.) e (E. R.). (SIMADE – 2014/15).

Assim como variáveis relacionadas com o local de moradia exercem distintamente relação com os resultados educacionais, em acordo com Leme e Wajnam (2000), concentração de alunos conforme o gênero do estudante a alocação do tempo para as suas funções sociais, se dá de maneira diferenciada. Em concordância com a Tabela 10, verifica-se uma maior na faixa etária entre 18 e 21 (65,07%). Pode-se constatar também que, no biênio analisado, a porcentagem de estudantes do sexo feminino em situação de evasão é significativamente maior do que dos rapazes, aos primeiros, observou-se um número de 41 alunas, já aos segundos um valor total de 22 estudantes.

Tabela 10: Número de alunos em situação de evasão

FAIXA ETÁRIA	NTAE*	%	♂ (M)	♀ (F)
14 – 15	4	6,34	1	3
16 – 17	11	17,46	2	9
18 – 19	18	28,57	7	11
20 – 21	23	36,50	8	15
Acima de 21 anos	7	11,11	4	3
TOTAL	63	99,94	22	41

*Número Total de Alunos Evadidos

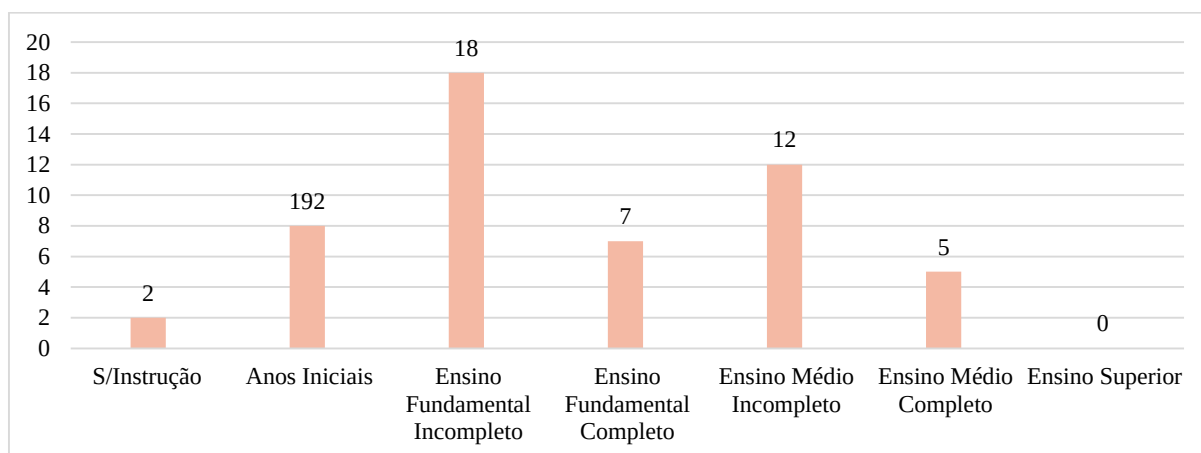
Fonte: Arquivo das Escolas Estaduais da cidade de Viçosa/MG (2013/14)

A composição amostral revelou que a receita familiar média é bastante reduzida, quando comparada com outras regiões da cidade e do próprio bairro, dentre as 30 famílias pesquisadas, tendo como valor base o salário mínimo, 16 alegaram possuir mensalmente entre 0 – 1; doze famílias entre 1 – 2; duas famílias entre 3 – 5; e nenhuma unidade familiar com valores mensais acima de cinco.

O nível de escolaridade dos pais destes alunos se mostrou bastante escasso, pelos 30 alunos estudados, encontraram-se um número de 52 responsáveis, sendo que duas mulheres não possuíam nenhum tipo de instrução; oito pessoas estudaram apenas até os anos iniciais. A maioria, 18 respondentes, não completaram o ensino fundamental; a conclusão deste nível foi presenciada somente em sete indivíduos; com relação ao ensino médio foram observados 12 indivíduos com essa etapa inconclusa, e apenas cinco a realizaram integralmente; nenhum destes sequer ingressaram no ensino superior (Figura 30). Assim como foi verificado nos textos de cunho qualitativo de Leme e Wajnam

(2000), as chances do jovem apenas estudar se tornam complacentes com o maior nível de escolaridade dos pais.

Figura 30: Grau de instrução dos responsáveis pelos alunos em amostra



Fonte: Dados do autor - 2014

No entendimento de Salata e Sant`Anna (2010), a significância da vida escolar às populações de menor poder aquisitivo não ocuparia centralidade em suas preocupações, às famílias de alunos trabalhadores estimam a educação enquanto mecanismo de instrumentalização, em que se funcionalizaria como meio de enquadramento em bons postos no mercado de trabalho. Ao passo que, em razões preferencialmente simbólicas, (realização pessoal e profissional), como cursar o nível superior, figura como elemento de maior valor atribuído ao processo educacional às camadas médias e altas.

De uma forma geral, a escolaridade dos jovens tende a acompanhar a dos pais, o que percebemos é que os responsáveis por desinteresse ou falta de oportunidade, não buscaram um enquadramento mais completo em sua escolarização. Com a retração e a concorrência cada vez mais elevada do mercado de trabalho, se torna primordial que os jovens necessitem aumentar progressivamente as suas credenciais educacionais.

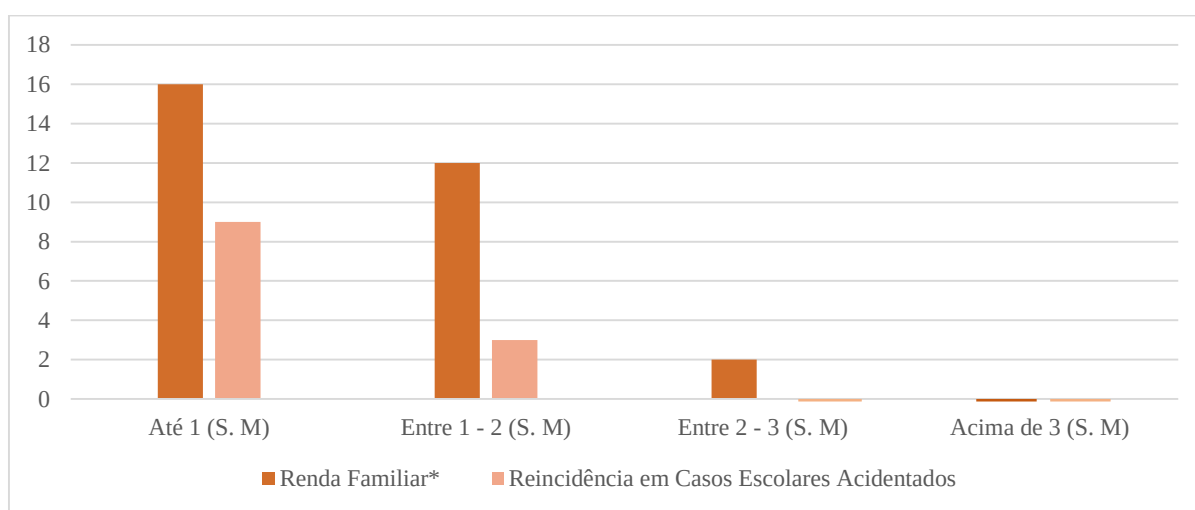
Um fato que merece consideração é o elevado número de jovens e adultos do bairro Nova Viçosa que frequentam o Centro Estadual de Educação Continuada – CESEC⁹⁸, instituição que disponibiliza estudos suplementares. Entre (40-60%) da população discente dessa instituição originam-se deste bairro. Boa parte deste quantitativo compõe-se de adultos que retornam à escola depois de vários anos de atividade não qualificada, estes eventos demonstram que o processo educativo se torna

⁹⁸ Existe a necessidade de se possuir no mínimo 15 anos para o Ensino Fundamental, e 18 anos para o Ensino Médio. As aulas são cursadas de modo semipresencial, havendo a necessidade que o aluno venha à escola para que o professor o oriente quanto ao conteúdo e avaliações.

uma opção à exclusão social frente as dificuldades encontradas pela ausência de escolarização (BARBOSA; SANT'ANNA, 2010).

A reincidência em casos de acidente no percurso escolar, foi verificada em 12 casos, ou seja, estes alunos em outras situações desistiram ou evadiram do ano escolar. Diante desse aspecto, ao correlacionar esse número com os rendimentos mensais das famílias, percebe-se que os acidentes escolares estão mais presentes àqueles que comungam de renda total mais baixa. Nove reincidentes de famílias até um salário mínimo e três entre um e dois. (Figura 31).

Figura 31: Correlação entre a renda total e os casos de reincidência nos processos de escolarização acidentados



*Valores baseados no padrão mínimo de salário (R\$ 788,00 – vigente desde 01/01/2015)

Fonte: Dados do autor (2013/14)

Com base nas variáveis apresentadas nos questionários⁹⁹ a respeito dos principais motivos que impactam no processo de desistência dos alunos em amostra do bairro Nova Viçosa, percebe-se que a condição socioespacial significa grande preponderância. Diante dos dados levantados, dentre os trinta estudantes analisados, constatou-se que as principais causas destes eventos foram:

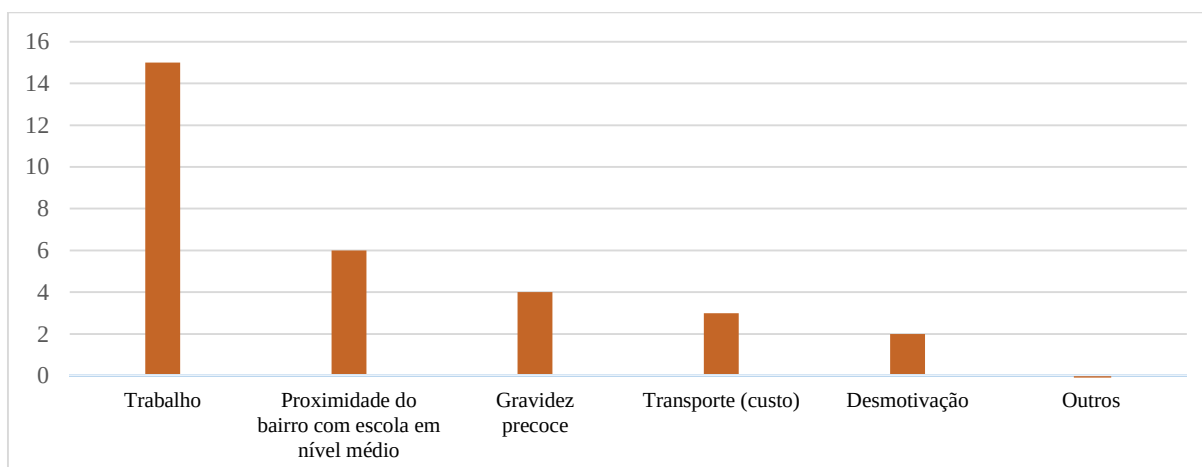
- O trabalho para 15 alunos, representando (50%) dos respondentes. Como visto, grande parte dos alunos que compõe o quadro de acidentes escolares, originam-se de famílias com renda total inferiorizada, e por tal, carecem de alguma atividade para complementar os rendimentos familiares. Com relação à

⁹⁹ Sua versão original encontra-se nos apêndices.

natureza das ocupações destes estudantes, assim como na escola a fragilidade e intermitência estão presentes copiosamente, o mercado de trabalho para esses jovens de formação incipiente se torna excludente e concentrador, mantendo assim vínculos instáveis, ocupações temporárias, remunerações insuficientes, baixa qualificação e muitas vezes informalidade. Em todos os casos analisados os alunos não possuem respaldos de leis trabalhistas (carteira assinada, contribuição previdenciária e etc.), nenhum deles se enquadram como primeiro emprego e as remunerações não excedem a dois salários mínimos.

- Em seis casos, (20,0%) a dificuldade ocorre pela ausência de escola próxima ao bairro, este fator se relaciona diretamente com o primeiro, muitos destes alunos trabalham na região central, dessa maneira ao fim de uma jornada de trabalho, o trajeto bairro-centro ocorre mais vezes, significando mais custo, tempo e desgaste;
- A gravidez precoce atingiu 4 alunas entre 16 e 21 anos, elas alegaram incapacidade de frequentar as aulas por estar grávida, não ter com quem deixar os filhos ou pelo fato de ter de constituir família após a gravidez, se tornando “do lar”;
- Impossibilidade de custeamento do transporte foram dois fatores agrupados que se referiram como empecilho a três estudantes, nestes casos, houve uma não adaptação à escola mais próxima – E.E.S.R.C, e por tal, teriam de ir a outra instituição sem que o transporte fosse ofertado, incapazes de financiá-lo ou mesmo se dirigir a pé para a escola resolveram desistir. Destes fatos depreende-se que, a possibilidade de escolha escolar retrai-se à medida que as receitas familiares decrescem;
- Dois ex-alunos com idades bem defasadas em relação à série que cursavam, queixaram-se da dificuldade em conseguir acompanhar o ritmo da turma, logo se desmotivaram e desistiram do percurso escolar mais amplo; e
- Por fim, os outros motivos dispostos não foram assinalados por nenhum dos outros estudantes, a saber: inexistência ou precariedade do transporte estudantil; estrutura escolar; conclusão de algum nível desejado; os responsáveis optaram para que trabalhasse, doenças e outros.

Figura 32: Principais condicionantes relacionados a situações de acidentes escolares no bairro Nova Viçosa



Fonte: Dados do autor (2013/14)

Os dados nos aproximam do entendimento de que territórios atingidos por situações de segmentação territorial tendem a impactar diretamente nas desigualdades educacionais de jovens e crianças. Um dos méritos dessa composição é atribuir a devida importância aos fatores residenciais e os resultados de escolarização, a soma de análises alcançadas, a priori, já direcionam por meio de um respaldo teórico-metodológico a possíveis intervenções no espaço urbano que venham intensificar os mecanismos de equidade e igualdade em âmbito educacional.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Entre a cidade e a escola existe algo em comum: a diversidade dos que nela estudam. Mas, há, igualmente, uma grande diferença: se nossas cidades estão se transformando em espaços de aprisionamento de identidades e de exclusão, nossas escolas públicas de Ensino Médio devem se transformar em espaços de emancipação e de inclusão. (CARNEIRO, 2012, p.26).

Na essência da sociedade do capital, o espaço em sua complexidade (re)cria em diferentes escalas um dos grandes problemas – talvez o maior, dos conjuntos urbanos contemporâneos, a segregação socioespacial. Cabe neste sentido, analisar os interstícios deste processo e sua significância à população diretamente afetada, no campo desta pesquisa, os efeitos sobre a escolarização de alunos imersos em um ambiente de menor privilégio socioeconômico, o bairro Nova Viçosa.

O método adotado com base nos condicionantes socioespaciais ainda é pouco utilizado nas diretrizes de planejamento e gestão urbana. Enquanto mérito dos caminhos metodológicos deste material, podemos citar a sua articulação nos campos objetivos e subjetivos, estes, partícipes diretos nas carreiras estudantis.

O suporte teórico utilizado na parte inicial deste texto sustentou-se nos pensadores da Escola de Chicago, um dos intentos foi retratar de maneira breve a conjuntura sócio-étnico-espacial que demandou estudos dessa natureza, aproximar tal fenômeno em seus moldes conceituais, além de alguns modelos formulados, especialmente o centro x periferia, encontrado em Viçosa/MG. O materialismo histórico e a dialética marxista, assim como as abordagens de autores brasileiros, integrados na análise como forma de privilegiar a dinâmica e os atuais desdobramentos intraurbanos.

O papel do Estado foi destacado não por acaso, na formação do bairro Nova Viçosa, apresentou funções múltiplas, além de legitimador da produção do espaço, atuou como proprietário fundiário e promotor imobiliário. Cabe lembrar também que, no percurso de formação urbana da cidade de Viçosa/MG, a segregação teve sua origem a partir da criação de fixos religiosos, educacionais, de transporte, além da abertura de vias que privilegiaram parcelas da população compatíveis economicamente para fazer uso de tais espaços. Por outro lado, o poder público, pautado em ações eleitoreiras e utilitárias, direcionou, por meio de loteamentos, as populações empobrecidas das áreas centrais, rumo às periferias – algo que também era de interesse da elite centralizada, formando bairros como o Nova Viçosa.

Os bairros periféricos da malha urbana são acometidos por severas desigualdades qualitativa e quantitativa dos equipamentos públicos, as escolas concentram-se em sua maioria na região central, especialmente as ofertantes do nível médio, que inexistem no bairro Nova Viçosa. A realidade socioeconômica do bairro é uma das piores da cidade, algo que compromete em grande medida o acesso e permanência ao ensino médio dos moradores do bairro, com uma queda de (30,19%) entre o ciclo fundamental e médio. Foi verificado também que nas franjas urbanas se concentram as maiores demandas estudantis em todos os níveis, sem a correspondente e necessária presença escolar.

Autores como Galster e Killen (1995), abordam a insuficiência no trato da “igualdade de oportunidades”, justamente por desconsiderar a dimensão geográfica. O desenvolvimento do conceito de Geografia das Oportunidades, visa primordialmente relacionar os caminhos escolares dos jovens com os aspectos socioespaciais que os condicionam, influenciados por características objetivas e subjetivas, tal como pelas redes sociais que se estabelecem na vizinhança.

Um dos grandes objetivos nacionais deste século, a universalização do ensino fundamental no Brasil, pôde significar a abertura do sistema educacional em favor de um grande quantitativo discente, apesar disso, o imperativo qualitativo não foi assistido a crianças até então excluídas, comprometendo em grande medida – como nos diz a literatura utilizada¹⁰⁰, a mobilidade social idealmente sugerida. A segregação socioespacial mostra-se nestas linhas como um mecanismo de obstáculo quanto a superação – via escolarização, do panorama de debilidade social que vivem moradores das regiões periféricas das cidades. As avaliações escolares materializadas nos IDEB's, expressam permanente correlação espacial, as instituições mais centralizadas tendem a apresentar as melhores notas.

Com relação a um dos alicerces fundamentais ao acesso à escola por parte de alunos moradores do bairro Nova Viçosa, o transporte escolar, este se apresentou após o ano de 2011 com a lei Municipal nº 2.202, e aprimoramentos no final de 2014, suficiente à demanda estudantil. Tanto o corpo de gestão escolar, quanto alunos e responsáveis, se mostraram, em certa medida, satisfeitos com o serviço ofertado, não se configurando como fator de maior proeminência nos casos de comprometimento educacional em nível médio.

¹⁰⁰ Salata e Sant'Anna (2010).

Não exclusivo à realidade municipal em Viçosa/MG, as leis de zoneamento a que estão expostas as escolas e que regem a admissão do alunado, conduzem ao processo (re)produção da segregação socioespacial. As instituições educacionais mais próximas a localidades socialmente homogêneas decantam o público do entorno.

A ausência de capitais familiares, sejam eles culturais, econômicos e informacionais, participam ativamente nos trajetos educacionais de crianças e jovens, comprometendo-os. Os casos estudados são compostos basicamente pela escassez destes recursos, que, somados aos condicionantes espaciais, preponderam grandemente nas situações de limitações estudantis de alunos do bairro Nova Viçosa.

Foi verificado que as escolas que mais absorvem os alunos do Nova Viçosa, são aquelas que mantêm proximidade física com o bairro, especificamente, as Escolas Santa Rita de Cássia e Edmundo Alves Torres, sendo que em tais instituições, se perceberam percalços de diversas ordens, entre os dominantes, ressalta-se a estigmatização dos alunos, elevada rotatividade docente, IDEB reduzido, e sobretudo, os altos números de evasões e desistências.

Os critérios utilizados e o universo amostral empregado na pesquisa, se mostraram eficientes do ponto de vista qualitativo e quantitativo, tendo em vista que foi possível atingir os elementos socioespaciais preponderantes sobre os casos de insucesso escolar, somado à recorrência de tais eventos entre os casos analisados.

Nestes termos, foi possível verificar que os elementos de maior relevância dentre os estudados, e reverberantes sobre as trajetórias escolares dos alunos do bairro Nova Viçosa, incidem sobretudo em jovens entre 18 e 21 anos, em sua maioria do sexo feminino, famílias com renda familiar baixa, e nível de escolaridade dos responsáveis igualmente inferior. A necessidade de ingressar no mercado de trabalho, a distância do bairro até a instituição de ensino, gravidez, impossibilidade de custeamento do transporte, atuam respectivamente, como agentes limitadores do desenvolvimento educacional dos alunos residentes no bairro.

Em síntese, os exemplos demonstram que somado ao perfil socioeconômico, as circunstâncias espaciais conduzem o indivíduo em linhas progressivas ou regressivas em sua trajetória educacional. Os prejuízos educacionais a crianças e jovens das regiões periféricas compõem-se enquanto um dos vieses da situação de exclusão socioespacial presentes nos conjuntos urbanos. Diversos fatores contribuíram para a formação de uma cidade contraditória, e cabe agora a necessidade de se atribuir esforços coletivos para minimizar um problema de ordem estrutural, mas que exigem a permanência e ampliação

de medidas que visem a equidade em diversos elementos, fundamentais à permanência efetiva do alunado em situação de exclusão socioespacial na escola.

Ciente da importância da dimensão espacial na pesquisa educacional, cabe ainda destacar, para futuras investigações, a necessidade de admissão dos atributos educativos em trabalhos de cunho urbanísticos – as feições escolares e seus reflexos no espaço urbano. Neste itinerário é importante angariar recursos analíticos às discussões realizadas, tal como a informação presente a nível de bairro, que afeta diretamente a percepção do indivíduo acerca do arcabouço de oportunidades disponíveis. Assim como a segregação urbana formata a geografia de oportunidades,

[...] os estudos sobre o efeito da organização sócio-territorial das cidades sobre oportunidades educacionais ainda são incipientes no âmbito da pesquisa sobre o contexto brasileiro e apresentam pouca penetração na discussão tanto no campo da sociologia, quanto do planejamento urbano. Estudos posteriores de cunho quantitativo e/ou qualitativo podem contribuir para essa discussão, a partir da investigação mais aprofundada dos mecanismos através dos quais a segregação e a segmentação residencial afetam a demanda e a oferta da educação (RIBEIRO & KOSLINSKI, 2010, p. 153).

REFERÊNCIAS

ALVES, F.; FISCH, G.; REGIS, A. Escolha por estabelecimentos escolares: efeito das características das famílias e do contexto de moradia. 33ª Reunião da ANPED. Caxambú, MG, 2006. Disponível em <http://33reuniao.anped.org.br/33encontro/app/webroot/files/file/Trabalhos%20em%20PDF/GT14-6402--Int.pdf>. Data de acesso: 08/05/14.

_____.: LANGE, W.; BONAMINO, A. A Geografia Objetiva de Oportunidades Educacionais na Cidade do Rio de Janeiro. In: RIBEIRO, L. C. Q. (Org.). Desigualdades Urbanas, Desigualdades Escolares. Rio de Janeiro: Letra Capital, Observatório das Metrópoles: IPPUR/UFRJ, 2010. 1ª Parte, p. 67 – 91.

BARBOSA, M. L. O.; SANT´ANNA, M. J. G. As classes populares e a valorização da educação no Brasil. In: RIBEIRO, L. C. Q. (Org.). Desigualdades Urbanas, Desigualdades Escolares. Rio de Janeiro: Letra Capital, Observatório das Metrópoles: IPPUR/UFRJ, 2010. 1ª Parte, p. 155–175.

BOURDIEU, P. Efeitos de Lugar. In: BOURDIEU, P. (Org.). A miséria do mundo. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997. p. 159-166.

_____; PASSERON, J. C. A reprodução: elementos para uma teoria do sistema de ensino. Tradução Reynaldo Bairão. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1975.

BRASIL/MEC/SESU. Secretaria de Educação Superior/Ministério da Educação. Comissão Especial de Estudos sobre a Evasão nas Universidades Públicas Brasileiras. Brasília, 1996/1997 Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/me001613.pdf>. Data de acesso: 03/03/14.

_____. Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001.

_____. Estatuto da criança e do adolescente. Lei 8.069 de 13 de Julho de 1990. Brasília, Distrito Federal: Senado Federal, 1990.

_____. Constituição da República Federativa do Brasil. 1988. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

_____. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 20 dez. 1996. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seed/arquivos/pdf/tvescola/leis/lein9394.pdf> > Data de acesso: 04/08/13.

_____. Lei 10.709, de 31 de julho de 2003.

BURGESS, E. W. O crescimento da cidade: introdução a um projeto de pesquisa. In: PIERSON, D. (Org). Estudos de ecologia humana: leituras de Sociologia e Antropologia Social. 2ª ed. São Paulo: Livraria Martins Editora, 1970. p. 353-368.

CARLOS, A. F. A. A cidade. São Paulo, Contexto, 1992.

_____. Diferenciação Socioespacial. *Cidades*. São Paulo, SP, v. 4, n. 6, p. 45-60, 2007. Disponível em: <http://revista.fct.unesp.br/index.php/revistacidades/article/viewFile/569/600>. Acesso em 10/09/2014.

CARNEIRO, M. A. O nó do Ensino Médio. Petrópolis: Vozes, 2012. 285p.

CARVALHO, C. P. Entre as promessas escolares e os desafios da reprodução social – famílias de camadas médias do ensino fundamental à Universidade. 2004. Tese de Doutorado, PUC– Rio, Rio de Janeiro, 2004.

CASTEL, R. As metamorfoses da questão social. Tradução de I. D. Poleti. Petrópolis: Vozes. 1998.

CASTELLS, M. La Cuestión Urbana. México: Siglo Veintiuno. 1978.

_____. A questão urbana. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

CID, G. S. V. Segregação urbana e segmentação escolar: efeitos do lugar num equipamento público de ensino no interior de um condomínio fechado no bairro da Barra da Tijuca. 2009. 100p. Mestrado em Planejamento Urbano e Regional – IPPUR/UFRJ. Rio de Janeiro, RJ, 2009.

CHRISTIAN, T. Le profit, la rente et la ville: Eléments de théorie. Paris: Economica. 1984.

CHRISTOVÃO, A. C. A vizinhança importa: desigualdades educacionais no morro do Cantagalo. Rio de Janeiro. 2009. 128 f. Dissertação de Mestrado, IUPPUR/UFRJ, 2009.

_____.; SANTOS, M. M.. Escola na favela ou favela na escola?. In: RIBEIRO, L. C. Q. (Org.). *Desigualdades Urbanas, Desigualdades Escolares*. Rio de Janeiro: Letra Capital, Observatório das Metrópoles: IPPUR/UFRJ, 2010. 2ª Parte, p. 277 – 298.

COLEMAN, J. S. Equality of educational opportunity. Washington: U.S. Government Printing Office, 1966.

CORRÊA, R. L. O espaço urbano. 3ª ed. São Paulo: Ática, 1995.

_____. Espaço: um conceito-chave da geografia. In: CASTRO, I. E., GOMES, P. C. C.; CORRÊA, R. L. (Orgs.). *Geografia: Conceitos e Temas*. 5ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand, 2003. p. 15 – 48.

_____. *Trajetórias Geográficas*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

_____. Segregação residencial: classes sociais e espaço urbano. In: VASCONCELOS P. A. (et al). (Orgs). *A cidade Contemporânea: Segregação Espacial*. São Paulo: Contexto, 2013.

CRUZ, T. A. et al. IV Retrato Social de Viçosa 2014. Viçosa: CENSUS, 2012.

_____. et al. V Retrato Social de Viçosa 2014. Viçosa: CENSUS, 2014.

DIAS, A. L. N.; SANTOS, J. M.; CARVALHO, A. W. B.; FARIA, T. C. A.. Estudo comparativo do processo de ocupação irregular do solo urbano nas áreas centrais e periféricas. Viçosa, MG: 2011. Relatório de Iniciação Científica.

EUFRASIO, M. A. Estrutura urbana e ecologia humana: a Escola Sociológica de Chicago (1915-1940). 2ª ed. São Paulo: Editora 34, 2013.

FLORES, C. Segregação residencial e resultados educacionais na cidade de Santiago do Chile, In: RIBEIRO, L. C. Q.; KAZTMAN, R. (Orgs) A cidade contra a escola? Segregação urbana e desigualdades educacionais em grandes cidades da América Latina. Rio de Janeiro: Letra Capital. 2008.

GALSTER, G. C.; KILLEN, S. P. The Geography of metropolitan opportunity: a reconnaissance and conceptual framework. Housing Policy Debate Alexandria, v. 5, n. 1, p. 7-43, 1995.

GALVARRO et al. Campus da Universidade Federal de Viçosa, MG. Oito décadas de arquitetura. Arqutextos. Disponível em: <http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arqutextos/11.132/3881>. Acesso: 20/02/14.

GIST, N.; FAVA, S. La sociedad urbana. Barcelona: Ediciones Omega, 1986.

GONÇALVES, T. G. B. Periferias segregadas, segregação nas periferias: por uma análise das desigualdades intraurbanas no município de São Gonçalo, RJ. 2012. 218f. (Programa de Pós-Graduação em Urbanismo) – UFRJ/PROURB, Rio de Janeiro, RJ, 2012.

GOTTDIENER, M. A produção social do espaço urbano. São Paulo: Edusp, 1997.

GRAFMEYER, Y.; JOSEPH, I. *L'École de Chicago: Naissance d'écologie urbaine*. Paris: Aubier, 2000.

HAESBAERT, R. O Mito da Desterritorialização: do "fim dos territórios" à multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006. 252 p.

HARVEY, D. Class structure in a capitalistic society and the theory of residencial differentiation. In: PEEL, R., CHISHOLM, M. & HAGGET, P. (Orgs). Processes in physical and human geography. London: Heinemann, 1975. p. 26-49.

_____. Teoría revolucionaria y contrarrevolucionaria em geografia y el problema de la formación del ghetto. Revista Geo Crítica. Barcelona, ano I, n. 04, p. 0 - 26, Jul. 1976.

_____. A Justiça Social e a Cidade. São Paulo: Editora HUCITEC, 1980.

_____. The Urban Experience. Baltimore: Johns Hopkins UP, 1989.

_____. A Condição Pós-Moderna. São Paulo, Editora Loyola, 1993.

_____. A Produção Capitalista do Espaço. São Paulo: Annablune, 2005.

HOYT, H. The pattern of movement of residential rental neighborhoods. In: Mayer & Kohn (Orgs). Readings in the urban geography, Chicago, 1959 [1939]. (Reedição).

HUGHES, P. J. A. Periferia: um estudo sobre a segregação socioespacial na cidade de São Paulo. 2003. Dissertação (Doutorado) – PUC, São Paulo, 2003.

INEP – INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS ANÍSIO TEIXEIRA. Publicações. 2013b. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/>> Data de acesso: 21/03/14.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílio, 2010. Disponível em <http://www.ibge.gov.br>. Acesso em 10/05/13.

KAZTMAN, R. Segregación espacial, empleo y pobreza em Montevideo. In: Revista de la CEPAL. 85, Santiago do Chile: CEPAL, 2005.

KOSLINSKI, M. C.; LASMAR, C.; ALVES, F. Observatório Educação e Cidade: algumas hipóteses sobre a relação entre território e oportunidades educacionais. Rio de Janeiro. Revista e-metropolis, n.8, 2012. p. 8-20.

KOWARICK, L. A espoliação urbana. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

LACERDA, W. M. G. Da Escola Estadual Effie Rolfs ao Colégio de Aplicação da UFV: um estudo sobre o efeito escola e as práticas educativas familiares. 2010. 60f. Relatório de pesquisa – Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, MG, 2010.

LEFEBVRE, H. O pensamento marxista e a cidade. Póvoa de Varzim, Ulissea. 1972.

_____. Espacio y política. Barcelona: Península, 1976.

_____. A revolução urbana. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999.

LEME, M. C. S.; WAJNMAN, S. A alocação do tempo dos adolescentes brasileiros entre o trabalho e a escola. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 12, 2000. Caxambu. Anais... Caxambu: ABEP, 2000.

LISBOA, J. C. B. Histórico e actualidade da Escola Superior de Agricultura e Veterinária do Estado de Minas Gerais. 1935.

LOJKINE, J. O Estado capitalista e a questão urbana. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

LÓPEZ, N. A escola e o bairro. Reflexões sobre o caráter territorial dos processos educacionais nas cidades. In: RIBEIRO, L. C. Q.; KAZTMAN, R. A cidade contra a escola?: segregação urbana e desigualdades educacionais em grandes cidades da América Latina. Rio de Janeiro: Letra Capital, FAPERJ; Montevideu: IPPES, 2008. p. 33-58.

MARCUSE, P. Enclaves, sim; guetos, não: a segregação e o Estado. Espaço & Debates, São Paulo, n. 24, 2004 (1ª ed. 2001), p. 24-33.

MARICATO, E. Na periferia do mundo globalizado: metrópoles brasileiras. In: Brasil, cidades: alternativas para a crise urbana, Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2001. p. 15- 45.

_____. Metrópole, Legislação e Desigualdade. Estudos Avançados, São Paulo, v. 17, nº 48, 2003, p.151-167.

MARQUES, E.; TORRES, H. G.; FERREIRA M. P.; BITTAR, S. Pobreza e Espaço: padrões de segregação em São Paulo. São Paulo: Estudos Avançados, n.17, p. 97-128, 2004.

MELLO, F. A. O. Análise do processo de formação da paisagem urbana do município de Viçosa, Minas Gerais. Viçosa, 2002. 120p Dissertação (Mestrado em Engenharia Florestal) – Programa de pós-graduação em Ciência Florestal, Universidade Federal de Viçosa, 2002.

MCKENZIE, R. D. The Ecological Approach to the Study of the Human Community. Revista American Journal of Sociology, vol 30, n 3, p 287-301, Nov. 1924. Disponível em <<http://www.jstor.org/stable/2764963>> Data de acesso 13/06/2013.

NEGRI, S. M. Segregação Socioespacial: alguns conceitos e análises. Coletâneas Do Nosso Tempo, Ano VII, v. 8, nº 8, p. 129 – 153, 2008.

NOGUEIRA, M. A.; NOGUEIRA, C. M. M. Bourdieu e a Educação. São Paulo: Autentica, 2002.

PANIAGO, M. C. T. Viçosa - Mudanças sócio culturais; evolução histórica e tendências. Viçosa, MG: UFV, 1990. 330 p.

PARK, R. E. La ciudad y otros ensayos de ecologia urbana. Barcelona: Ediciones del Serbal, 1999.

PATTO, M. H. S. A Produção do Fracasso Escolar: histórias de submissão e rebeldia. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1999.

PIZZOLATO, N. D.; SILVA, H. B. F. Proposta metodológica de localização de escolas: estudo do caso de Nova Iguaçu. Pesquisa Operacional, 14(2), 1-13. (1993).

_____.; SILVA, H. B. F. The location of public schools: evaluation of practical experiences. International Transactions in Operations Research, 4(1), 13-22. (1997).

PIZZOLATO, N. D.; BARROS, A. G.; BARCELOS, FABRÍCIO, B.; CANEN, A. G. C. Localização de escolas públicas: síntese de algumas linhas de experiências no Brasil. Pesquisa Operacional. vol. 24 nº.1 Rio de Janeiro Jan./Apr. 2004

PRÉTECEILLE, E. A construção social da segregação urbana: convergências e divergências. In: Espaço e Debates. Revista de Estudos Urbanos e Regionais. São Paulo, v. 24, nº 45. NERU, 2004.

RAUTA RAMOS, M. H.; ATAIDE, S. G.; SILVA, A. I. Metamorfoses sociais e políticas urbanas. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

RIBEIRO, L. C. Q. (Org.). Desigualdades Urbanas, Desigualdades Escolares. Rio de Janeiro: Letra Capital, Observatório das Metrôpoles: IPPUR/UFRJ, 2010.

RIBEIRO, L. C. Q.; KOSLINSKI, M. C. A metropolização da questão social e as desigualdades de oportunidades educacionais no Brasil. In: RIBEIRO, L. C. Q. (Org.). Desigualdades Urbanas, Desigualdades Escolares. Rio de Janeiro: Letra Capital, Observatório das Metrôpoles: IPPUR/UFRJ, 2010. 1ª Parte, p. 33 – 67.

RIBEIRO FILHO, G. B. A Formação do espaço construído: cidade e legislação urbanística em Viçosa, MG. 1997. 244p. Dissertação (Mestrado em Urbanismo),

Universidade Federal do Rio de Janeiro, Departamento de Arquitetura e Urbanismo, Rio de Janeiro, 1997.

_____. G. B.; ARANTES, P. T. L. Estrutura Político Administrativa, Legislação Urbanística e Espaço Urbano: Lições de Viçosa - Brasil e Halifax – Canadá. Viçosa, Relatório de Pesquisa, 1999. 128p.

ROBERTO, R. F. O programa de apoio a planos de reestruturação e expansão das universidades federais: o caso REUNI na Universidade Federal de Viçosa. APGS, vol. 03, n. 3, p. 300 – 323, jul./set., 2011.

RODRIGUES, N. M. A Organização do Espaço Urbano, Segregação Socioespacial e Plano Diretor na Cidade de Viçosa, MG (1996-2005): o caso do bairro Maria Eugênia e Centro. Viçosa (MG), 2008. 79p. Monografia (Bacharel em Geografia) – Departamento de Geografia, Universidade Federal de Viçosa, Viçosa (MG), 2008.

SALATA, A. R.; SANT´ANNA, M. J. G. Entre o mercado de trabalho e a escola: os jovens no Rio de Janeiro. In: RIBEIRO, L. C. Q. (Org.). Desigualdades Urbanas, Desigualdades Escolares. Rio de Janeiro: Letra Capital, Observatório das Metrópoles: IPPUR/UFRJ, 2010. 1ª Parte, p. 91–121.

SANTOS, A. M. C. Sociabilidade e ajuda mútua na periferia urbana de Viçosa, Minas Gerais. 1991. 351p. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural), Universidade Federal de Viçosa, Departamento de Economia Rural, Viçosa, MG, 1991.

SANTOS, M. Sociedade e espaço: a formação social como teoria e como método. São Paulo: AGB, 1977.

_____. Por uma Geografia Nova. São Paulo: Hucitec, Edusp, 1978.

_____. Espaço e Método. São Paulo: Nobel, 1985, (3ª edição: 1992).

_____. Metamorfose do Espaço Habitado. 3.ed. São Paulo: Hucitec, 1994.

_____. SILVA, M. L. O Brasil: território e sociedade no início do século XXI. 6. ed. Rio de Janeiro: Record, 2007.

SARAVÍ, G. Segregação urbana, sociabilidade e escola na Cidade do México: a coexistência de mundos isolados. In: RIBEIRO, L. C. Q.; KAZTMAN, R. A cidade contra a escola?: segregação urbana e desigualdades educacionais em grandes cidades da América Latina. Rio de Janeiro: Letra Capital, FAPERJ; Montevidéu: IPPES, 2008. p. 33-58.

SAWAIA, B. Exclusão ou inclusão perversa?. In: SAWAIA, B. (Org.). As artimanhas da exclusão. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999. p. 7-13.

SEABRA, T. Desigualdades escolares e desigualdades sociais. Sociologia, Problemas e Práticas, n.59, 2009, p. 75-106.

SILVA, G. G. Avaliação gerencial da localização de rede de ensino público de Niterói. Dissertação de Mestrado, Programa de Engenharia Civil, UFF. (1995)

SINGER, P. O uso do solo urbano na economia capitalista. In: MARICATO, E. A produção capitalista da casa (e da cidade). São Paulo: Alfa-Omega, 1982. p. 21-36.

SOJA, E. A dialética sócio-espacial. In: Geografias pós-modernas: a reafirmação do espaço na teoria social crítica. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993, p. 97-116.

- SOUZA, M. L. ABC do desenvolvimento urbano. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.
- SPOSATI, A. Debate: A pesquisa sobre segregação: conceitos métodos e medições. In: Espaço e Debates. Revista de Estudos Urbanos e Regionais. v. 24, nº 45. NERU, São Paulo, 2004.
- SPOSITO, M. E. Capitalismo e Urbanização. 7ª ed. São Paulo: Contexto, 1996.
- _____. Novos Conteúdos nas periferias urbanas das cidades médias do estado de São Paulo, Brasil. Investigaciones Geográficas. Boletín del Instituto de Geografía-UNAM, nº 54, 2004, p. 114-139
- _____. Segregação socioespacial e centralidade urbana. In: VASCONCELOS, P. A.; CORRÊA, R. L.; PINTAUDI, S. M. P. A cidade contemporânea - Segregação Espacial. 1ª ed. São Paulo: Contexto, v.1, p. 61-93. 2013.
- SUÁREZ, A. LOURDES; G. F. Segregação residencial e conquistas educacionais na Argentina. In: RIBEIRO, L. C. Q.; KAZTMAN, R. A cidade contra a escola?: segregação urbana e desigualdades educacionais em grandes cidades da América Latina. Rio de Janeiro: Letra Capital, FAPERJ; Montevidéu: IPPES, 2008. p. 33-58.
- TASCHNER, S. Debate: A pesquisa sobre segregação: conceitos métodos e medições. In: Espaço e Debates. Revista de Estudos Urbanos e Regionais. São Paulo, v. 24, nº 45. NERU, 2004.
- TOPALOV, C. Análise do ciclo de reprodução do capital investido na produção da indústria da construção civil – Capital e propriedade fundiária. In: FORTI, R. Marxismo e urbanismo capitalista. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas. 1979.
- TORRES, H. Debate: Debate: A pesquisa sobre segregação: conceitos métodos e medições. In: Espaço e Debates. Revista de Estudos Urbanos e Regionais. São Paulo, v. 24, nº 45. NERU, 2004.
- WILSON, W. J. The truly disadvantaged: the inner city, the underclass, and public policy, Chicago, University of Chicago Press, 1987.
- VALVERDE, O. Estudo regional da Zona da Mata de Minas Gerais. Revista Brasileira de Geografia. v. 20, nº 1, IBGE: 1958.
- VÉRAS, M. P. B. Trocando olhares: uma introdução à construção sociológica da cidade. Educ Studio Nobel, São Paulo, 2000.
- VETTER, D.; MASSENA, R. “Quem se apropria dos benefícios líquidos dos investimentos do Estado em infra-estrutura? – Uma teoria da causação circular”. In: SILVA, L. A. Machado da (Org). Solo urbano – Tópicos sobre o uso da terra. Série Debates Urbanos. Rio de Janeiro: Zahar Ed, 1981.
- VILLAÇA, F. Espaço intra-urbano no Brasil. São Paulo: Editora Studio Nobel, 2001.
- _____. O processo de urbanização no Brasil: falas e façanhas. In: DEÁK, C.; SCHIFFER, S. R. (Org.). O processo de urbanização no Brasil. 1. ed. São Paulo: EDUSP, 2004. p. 169-241
- _____. São Paulo: Segregação Urbana e Desigualdade. Estudos avançados. São Paulo, SP, v. 25, nº 71, p. 37–58, 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ea/v25n71/04.pdf>. Acesso: 02/08/2013.

SUPORTE ELETRÔNICO

Site Prefeitura Municipal de Viçosa e da Câmara Municipal de Viçosa: <<http://www.vicosa.mg.gov.br/>> Data de acesso: 23/04/14.

Site Arquivo Público Mineiro: <<http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/>> Data de acesso: 14/03/15.

Site do CENSUS: <<http://www.censusvicosa.com.br/>> Data de acesso: 15/05/13

Site do IBGE: < <http://www.ibge.gov.br/home/> > Data de acesso 01/06/13

Museu Virtual: <<http://vicosacidadeaberta.blogspot.com.br/2012/12/museu-virtual-de-vicosa-no-facebook.html>> Data de acesso: 12/12/14

Site da Universidade Federal de Viçosa: < www.ufv.br> Data de acesso: 08/03/13

Portal Simade. Disponível em: <<https://simade.caedufjf.net/Simade>>. Data de acesso: 15/03/14

FONTES PRIMÁRIAS

ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO. Jornal Integração. Jornais Avulsos Rolo 128. “*Folha*” de Viçosa. Viçosa, Minas Gerais, 1978.

BRASIL, MINAS GERAIS, VIÇOSA. Lei n. 609, de 30 de dezembro de 1971. Dispõe sobre “Prolongamento de Favelas”, Legislação Municipal. Câmara Municipal de Viçosa, 1971.

BRASIL, MINAS GERAIS, VIÇOSA. Legislação Municipal de Viçosa. Legislação Municipal. Câmara Municipal de Viçosa.

Desfavelamento. Folha de Viçosa. Viçosa, Minas Gerais, ano VIII, n. 166, s/p, 08 ago. 1971.

“Rebenta Rabicho”: pobreza e marginalização de uma favela a 300 metros do centro de Viçosa. Jornal Integração. Viçosa, Minas Gerais, ano IV, n. 169, s/p, 24 jun. 1983.

APÊNDICES**UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA - PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
ARQUITETURA E URBANISMO - QUESTIONÁRIO PARA FINS DE PESQUISA -
ESTUDANTE**

1. Qual escola você estudava?

2. Quanto tempo em média você leva para chegar à escola?

3. Sexo:

() Masculino () Feminino

4. Sua idade atual está entre:

() 16 e 20 anos () 21 e 24 anos () Mais de 25 anos

5. A faixa salarial de sua família é de:

() Até um salário mínimo;

() Entre um e dois salários mínimos;

() Entre três e cinco salários mínimos;

() Mais de cinco salários mínimos.

6. Você já abandonou a escola alguma vez?

() Sim () Não

7. Qual ou quais dos motivos abaixo o(a) fizeram desistir de dar continuidade nos estudos?

() Repetência escolar;

() Dificuldades de acesso à própria instituição de ensino;

() A inexistência ou precariedade do transporte público;

() Estrutura da escola;

() Distância de casa até a escola;

() Concluiu a série ou o curso desejado;

() Não quis mais frequentar a escola;

() Os pais ou responsável optou para que o estudante trabalhasse;

() Não existe escola perto que ofereça curso mais elevado;

() Doenças/dificuldades dos alunos;

() Trabalhar ou ajudar nos afazeres domésticos;

() Gravidez e/ou filhos pequenos;

() Outro. Qual(is)? _____

8. Cursar o Ensino Médio é importante por qual motivo?

9. Qual ou quais foram as suas maiores dificuldades para estudar morando no Nova Viçosa?

10. Na sua opinião, para melhorar a situação da evasão escolar atual, seria necessário:

() Mais atenção do governo com as famílias mais carentes;

() Melhorar as condições da escola;

() Ter professores mais pacientes com os alunos;

() Oferecer transporte escolar de qualidade para todos os alunos;

() Tomar todas estas e outras medidas.

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA - PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
ARQUITETURA E URBANISMO - QUESTIONÁRIO PARA FINS DE PESQUISA –
RESPONSÁVEIS PELO DISCENTE**

1. Nível de escolaridade

() Não estudou () Anos iniciais () Ensino fundamental completo () Ensino Fundamental incompleto () Ensino médio completo () Ensino médio incompleto

2. Qual sua renda aproximada?

() Até um salário mínimo () Até dois salários mínimos () Acima de dois

3. Em qual escola o seu filho estuda?

4. O seu filho participa de atividades fora do horário de aula?

Sim () Não () Se não, qual o motivo _____

5. Transporte utilizado para ir à escola?

() A pé () Transporte Escolar () Transporte Coletivo () Outro

7. Quais foram as razões que levaram a senhor(a) a matricular seu filho na escola em questão?

() Era a única opção () Horário das aulas () Qualidade de ensino () Recomendação de amigos () Foi escolhida por sua localização () Outro.

Qual _____

8. Se resposta for pela localização a escola é:

() Perto do trabalho () Perto da residência () Longe da violência

9. Por que resolveu morar no bairro Nova Viçosa?

() Valor do terreno () Próximo aos familiares () Gosta do bairro

10. No bairro existe tudo o que você precisa?

() Sim () Não. O que mais faz falta _____

11. Os horários e a qualidade do transporte em pontualidade, conforto, segurança e limpeza para a área central da cidade são satisfatórios?

() Sim () Não () Em partes.

12. Você acha que uma escola de Ensino Médio faria com que mais alunos terminassem os seus estudos?

() Sim () Não () Talvez

13. Qual das instituições públicas faz mais falta no bairro?

() Escola () Creche () Posto de saúde () Área de lazer () Delegacia () Outro(s)

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA - PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
ARQUITETURA E URBANISMO – ROTEIRO DE ENTREVISTA PARA FINS DE
PESQUISA – GESTOR ESCOLAR**

1. Qual a origem dos alunos matriculados nessa escola?
2. Há alguma legislação municipal que controla a admissão de alunos de acordo com o seu local de origem? Como foi a implantação desta?
3. Foi verificada a existência de (abaixo) alunos oriundos do bairro Nova Viçosa. Qual o motivo do elevado número de matrículas de alunos oriundos do bairro Nova Viçosa?
4. Há alguma relação entre o número de desistências e evasões com o fato de residir no bairro Nova Viçosa? (95,05% E.F para 64,86%, uma queda de a maior queda percentual de 30,19%).
5. **Qual ou quais dos motivos abaixo o(a) fizeram desistir de dar continuidade nos estudos?**
 - () Repetência escolar;
 - () Dificuldades de acesso à própria instituição de ensino;
 - () A inexistência ou precariedade do transporte público;
 - () Estrutura da escola;
 - () Distância de casa até a escola;
 - () Concluiu a série ou o curso desejado;
 - () Não quis mais frequentar a escola;
 - () Os pais ou responsável optou para que o estudante trabalhasse;
 - () Não existe escola perto que ofereça curso mais elevado;
 - () Doenças/dificuldades dos alunos;
 - () Trabalhar ou ajudar nos afazeres domésticos;
 - () Gravidez e/ou filhos pequenos;
 - () Outro. Qual(is)?
6. Qual ou quais os possíveis fatores que fazem o índice de analfabetismo do bairro Nova Viçosa apresentar um crescente, 9,61 em 2011 para 13,00% em 2013.
7. Em sua opinião, os alunos residentes no bairro Nova Viçosa carregam, ou não, alguma bagagem informacional e cultural maior ou menor quando comparados aos alunos de outras localidades?
8. Os pais escolhem as escolas dos seus filhos? O que mais pesa na escolha de uma escola, em especial àqueles pais do bairro Nova Viçosa?
9. Uma escola no bairro Nova Viçosa teria um impacto positivo na continuidade escolar dos alunos?
10. Os alunos que vem do bairro Nova Viçosa apresentam algum problema de horário para chegar à escola?
11. Quantos alunos utilizam o transporte escolar na escola?
12. O transporte escolar atende às necessidades dos alunos e da escola?
13. São transportados com segurança? Há atrasos? São superlotados?
14. Na sua opinião, morar em um bairro segregado e pobre traz consequências negativas à continuidade estudantil dos moradores?